



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ana Paula Barros dos Santos

**Entre empregos e trabalhos:
o adiar de uma vida**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ana Paula Barros dos Santos

**Entre empregos e trabalhos:
o adiar de uma vida**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Sociologia
Área de especialização em Organizações e Trabalho

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Ana Paula Marques

Outubro de 2012

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha orientadora, Professora Doutora Ana Paula Marques, pelo seu constante apoio e interesse nesta temática. Pelo seu profissionalismo, paciência e disponibilidade sempre presentes.

Agradeço a todas as pessoas que participaram neste projeto de investigação como entrevistados, pelo seu tempo, disponibilidade e contributos valiosos que foram a base desta pesquisa. Muito obrigada por terem a coragem de partilhar os seus trajetos de vida com uma desconhecida.

O meu agradecimento muito especial ao meu marido e ao meu filho pela inesgotável paciência, pelo apoio e carinho que me proporcionaram desde sempre, fator que me permitiu reunir condições para abarcar e concluir mais esta etapa da minha vida. Muito obrigado por estarem sempre presentes. Sem a vossa compreensão, motivação e colaboração este trabalho não seria possível.

Por último, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram neste longo processo, meus pais, amigos, familiares, conhecidos.

A todos o meu muito obrigado.

Resumo: Entre empregos e trabalhos: o adiar de uma vida

Temos vindo nas últimas décadas a assistir a um prolongamento cada vez maior das trajetórias escolares e ao correspondente adiamento dos processos de inserção no mercado de trabalho, onde os jovens, atualmente, têm que lidar com a precariedade, a imprevisibilidade e a instabilidade das relações contratuais.

O trajeto tradicional de fim de escolaridade, obtenção de emprego, saída de casa dos pais associada geralmente ao casamento e um pouco mais tarde ao nascimento dos filhos, tende, nos dias de hoje, a diversificar-se e a multiplicar-se em percursos e projetos distintos e não lineares, intensamente reflexivos e individualizados. Não existe, por isso, uma forma de se entrar na vida adulta, mas sim diversos caminhos que se podem percorrer, observando-se uma pluralidade de situações e de trajetórias que levam a um sem número de jovens adultos a adiar a sua vida em termos de realização pessoal na esfera familiar privada.

Nesta linha de abordagem pretendemos com esta investigação caracterizar as dificuldades de inserção e manutenção no mercado de trabalho, as situações de dependência ou autonomia residencial face à família de origem e ao adiamento de projetos familiares privados, como a conjugalidade e a parentalidade, por parte de treze jovens portugueses, detentores de títulos académicos, com idades compreendidas entre os vinte e cinco e os trinta e cinco anos.

A informação recolhida, através de entrevistas semidirectivas, permite-nos descrever segmentos de jovens que vivem “entre empregos e trabalhos” no sentido de já terem passado por várias experiências profissionais, acompanhadas sobretudo por períodos de emprego alternados com períodos de inatividade e desemprego, situações que os leva a protelar no tempo a constituição de um projeto de vida familiar e/ou privado, ou seja, “o adiar de uma vida”.

Estas vivências descontínuas e subjetivadas destes jovens em relação com o trabalho, emprego e desemprego levam-nos a questionar o lugar do projeto de vida inscrito numa temporalidade de incerteza, suspensão e adiamento com consequências na capacidade de formulação de alternativas de integração na sociedade e sua (re)produção.

Palavras-chave: Juventude, Diplomas, Mercado de Trabalho, Emprego, Família.

Abstract: Between jobs and employments: the postponing of a life.

In the last decades, we have been observing an ever greater prolonging of school trajectories and the corresponding postponed insertion on the job market, where young people, nowadays, have to deal with precarious conditions, unpredictability and instability of contractual relationships.

The so called traditional project at the end of school life, obtaining a job, moving out of the family home associated with marriage and later on the birth of children, tends more recently in a way, to diversify, to multiply in paths and projects, both distinct and nonlinear, intensively reflexive and individualized. There isn't truly a way to enter adult life, but rather, diverse paths possible of being taken. We are able to observe a plurality of situations and trajectories that lead an endless number of young adults to postpone the self-realization in their private family life.

In this type of approach we pretend to, in the next pages of this investigation project, to characterize the difficulties of insertion and maintenance in the job market, the situations of dependency or residential autonomy facing the lineage of origin and the delay of private family projects as conjugality and parenthood in the behalf of thirteen young Portuguese, holders of academic titles and with ages comprehended between twenty five and thirty five.

The information gathered through semi directive interviews, allows us to describe segments of young people who are living "between jobs and employments" in the sense that they have already been through several professional experiences, accompanied mostly by periods of alternating jobs with periods of inactivity and unemployment, situations that lead them to postpone in time the constitution of a family/private life project, thus "adjourning their lives".

These discontinuous and subjective experiences that young people have in relation with work, job and unemployment, make us question the place of the life project in scripted into a time of uncertainty, suspension and postponing with consequences in the capacity to formulate alternatives of integration in society and in its (re)production.

Keywords: Youth, Diplomas, Job Market, Employment, Family.

Índice Geral

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Lista de Quadros e Figuras	xi
Introdução.....	13

Parte I. Juventude, emprego e família

Capítulo I. Estado social e regulador do emprego

1.1 Trabalho e emprego	19
1.2 Novas formas de emprego.....	24
1.3 A crise económica e o aumento do desemprego	27

Capítulo II. Vida adulta em transição

2.1 A longa estrada da juventude	30
2.2 Da universidade ao mercado de trabalho	34
2.3 Juventude e vida familiar	38

Capítulo III. Percurso Metodológico

3.1 Modelo de análise.....	42
3.2 Notas metodológicas.....	44
3.2.1 A seleção da amostra: critérios e procedimentos.....	45
3.2.2 Entrevista semidirectiva	48
3.2.3 Análise de conteúdo	51
3.3 Caracterização da amostra	52

Parte II. Entre empregos e Trabalhos: o adiar de uma vida

Capítulo IV. As diferentes formas de viver o percurso educativo

4.1 Percursos atribulados	57
4.2 Caminhos alternativos.....	61
4.3 Adorei a escola	63
4.4 Amizades, amores, associações.....	66
4.5 Eternos estudantes	71

Capítulo V. Trajetórias profissionais: relações de trabalho heterogêneas e descontínuas

5.1 Efetivos à procura de trabalho.....	74
5.2 Muitos trabalhos, poucos vínculos	79
5.3 Informalidade da relação do trabalho	86
5.4 Vivências de situações de desemprego	90
5.5 Prolongamento dos estudos: a outra “estatística”	97

Capítulo VI. Vida privada, autonomia e (in)dependências

6.1 Autonomia residencial adiada	101
6.2 Regressar a casa da família de origem.....	104
6.3 Autónomos, mas a viver na corda bamba	105
6.4 Autónomos	107
6.5 Estamos adiar, adiar e vamos adiar	109

Capítulo VII. Um futuro em aberto

7.1 Futuro profissional e pessoal.....	112
7.2 Pensar, criar, aplicar um sonho: ser empreendedor	116
7.3 Não há um sítio para se estar, o sítio é o mundo	123
Conclusão	129
Referências Bibliográficas	135
Anexos.....	141

Lista de Quadros e Figuras

Figuras

Figura 1: Modelo de análise orientador da investigação da transição para a vida adulta.....43

Figura 2: Caminho até aos entrevistados.....46

Quadros

Quadro 1: Caracterização dos jovens entrevistados, por idade, área de residência
e habilitações académicas53

Quadro 2: Caracterização dos jovens entrevistados, por situação familiar,
profissão e vínculo contratual..... 54

Introdução

O trabalho de investigação realizado no âmbito da tese de mestrado que agora se apresenta aborda a problemática dos processos de inserção e manutenção no mercado de trabalho por parte de jovens com qualificações superiores. A escolha deste tema prende-se com o facto de muitos jovens viverem atualmente uma situação profissional não linear “entre empregos e trabalhos” e a protelar no tempo projetos de vida como a saída de casa dos pais, o casamento ou a coabitação, a maternidade, a obtenção de uma habitação própria, enfim, “o adiar de uma vida”.

Com efeito, o trabalho é, nas sociedades contemporâneas, considerado como uma das principais vias de construção de identidade pessoal e social do indivíduo. Via privilegiada de integração como estratégia de autonomização, de capacitação do indivíduo e como fundamento de uma cidadania, não apenas atribuída formalmente, mas também reconhecida e exercida socialmente. Contudo, a perspetiva de um emprego para toda a vida que nos leva todos os dias em horário pré estabelecido a encontrarmos no mesmo local para realizarmos tarefas e executarmos funções sob condições contratualmente definidas, tem vindo a esbater-se progressivamente.

Nas últimas décadas temos vindo a assistir a uma evolução do mercado de emprego, em particular das formas de trabalho, que tem feito emergir uma multiplicidade de modalidades de emprego ditas “atípicas”¹ ou flexíveis que se distanciam do modelo de emprego inseridas na relação salarial do pós guerra.

Do ponto de vista de alguns trabalhadores, algumas destas modalidades, como por exemplo: o trabalho a tempo parcial, trabalho temporário onde se inclui o trabalho sazonal e os contratos a termo, o trabalho independente e o trabalho ao domicílio, surgem como interessantes e desejáveis pois permitem conciliar o trabalho com outros aspetos da sua vida, como a família, estudos ou até ter outra ocupação laboral. No entanto, para a maioria dos trabalhadores, estas modalidades correspondem a empregos precários², pois são exercidos com um carácter não voluntário. Ou seja, as pessoas por falta de outras alternativas de emprego acabam por se sujeitar a esse tipo de situação (Duarte:2004), o que provoca nos indivíduos um sentimento de subaproveitamento das

¹ Expressão “empregos atípicos” engloba todas as formas de emprego que se afastam do perfil do que social e juridicamente se convencionou designar como emprego por tempo indeterminado, a tempo inteiro e com proteção social. Tal pode ocorrer, quer do ponto de vista da duração e da estabilidade, quer do ponto de vista do tempo de trabalho e do salário (Duarte, 2004).

² Empregos precários definem-se pelo vínculo contratual instável. Remetem para a perda de regalias sociais coletivamente asseguradas e institucionalizadas pelo Estado Social.

suas capacidades, assim como uma falta de perspectivas a nível de evolução profissional impedindo-os de projetarem o futuro com um mínimo de segurança e previsibilidade.

Esta conjuntura é sentida pelos mais diversos atores sociais, dos quais os jovens com qualificações superiores são apenas um exemplo. Obrigados a laborar em trabalhos que não ambicionavam, com salários que não chegam até ao final do mês, estes jovens sujeitam-se a sobreviver com reduzida qualidade de vida, com insegurança, com incertezas, angústias, mas sobretudo com uma falta de controlo sobre a sua vida profissional, o que acaba por se refletir em domínios como os familiares e afetivos, podendo mesmo converter-se numa fonte aguda de problemas e conflitos.

Neste contexto, a emancipação dos jovens que tradicionalmente culminava com a constituição de um lar próprio, habitualmente precedida pela obtenção de um emprego encontra-se nesta perspectiva, como refere Machado Pais (1993: 24), cada vez mais bloqueada, colocando assim em causa a noção de estabilidade profissional, familiar e pessoal de muitos jovens diplomados.

É, portanto, a partir deste cenário que pretendemos responder à seguinte questão: *Como é que estes jovens conciliam uma atividade profissional incerta, sem a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira programada, com a constituição de um projeto de vida familiar e/ou privado?*

Temos como objetivos gerais caracterizar o perfil sócio demográfico dos jovens que tem apresentado ritmos e formas diversas e descontínuas de transição para a vida adulta. Importa, por isso, relacionar estas formas de transição e as características como o género, a idade, as habilitações académicas, a sua situação familiar, a profissão atual assim como o seu vínculo contratual. No que concerne aos objetivos específicos, pretendemos conhecer os seus percursos profissionais, caracterizar as expectativas e preocupações que sentem acerca do emprego e como pensam articular a vida profissional e pessoal. Saber se estes têm algum tipo de apoio da família, do Estado, das entidades empregadoras e que expectativas têm em relação ao futuro profissional e familiar, constitui outro dos nossos objetivos a pormenorizar nesta investigação.

Enquanto estratégia de investigação privilegiamos a metodologia intensiva ou estudos de casos, procurando analisar em profundidade as características, as representações e as práticas sociais de uma amostra teórica (não representativa do ponto de vista estatístico) selecionada de acordo com os objetivos de investigação assumidos. No que concerne à estrutura, a presente proposta de dissertação encontra-se decomposta em duas partes que, por sua vez, se dividem em vários capítulos, para facilitar a

compreensão e a organização dos temas analisados.

Neste contexto, na primeira parte deste trabalho procuramos contextualizar o objeto de investigação através de uma síntese das principais problemáticas teóricas envolvidas neste estudo, apresentando, por isso, uma discussão teórica em torno do trabalho e das novas formas de emprego, assim como do desemprego e as suas consequências nas vidas dos jovens (capítulo I). Procedemos também a uma reflexão sobre o processo de transição dos jovens para a vida adulta (capítulo II) e, por último, explicitamos os pressupostos metodológicos e epistemológicos subjacentes à investigação, bem como os procedimentos seguidos no trabalho empírico (capítulo III).

A segunda parte incluiu a interpretação dos dados recolhidos através das entrevistas realizadas, encetando com a apresentação da análise das trajetórias escolares dos entrevistados, desde a entrada na escola primária até à universidade (capítulo IV). Em seguida analisam-se as trajetórias profissionais, desde a sua inserção no mercado de trabalho até à sua situação profissional atual (capítulo V). Depois interpretam-se os projetos de vida privados (capítulo VI) e, por fim as expectativas face ao futuro profissional e pessoal (capítulo VII). Terminamos com a conclusão geral, apresentando uma síntese crítica do trabalho realizado.

Pensamos que os resultados apresentados neste projeto de investigação sejam relevantes para a elaboração de políticas públicas e de emprego, assim como para as Universidades no sentido de refletirem, de uma forma mais profunda, a relação entre a oferta da formação académica e as exigências do mercado de trabalho. Visto que, atualmente, muitos jovens com qualificações superiores evidenciam dificuldades, não só, em entrar no mercado de trabalho, como simultaneamente, dificuldades em encontrar um emprego enquadrado na sua área de especialização. Deste modo, ao se captar as dificuldades que os jovens vivenciam no que diz respeito à sua inserção e manutenção no mercado de trabalho será possível compreender que estratégias poderão ser desenvolvidas de modo a que estes indivíduos possam perspetivar a sua vida ao nível profissional e, sobretudo, familiar e/ou privada.

Parte I

Juventude, emprego e família

Capítulo I. Estado social e regulador do emprego

Neste primeiro capítulo, a estrutura do texto segue a seguinte disposição: primeiro tem lugar uma delimitação teórica onde se discute o conceito de trabalho e emprego, seguindo-se uma discussão sobre as novas formas de trabalho atípico, por fim, faremos um breve enfoque teórico sobre o desemprego.

1.1 Trabalho e emprego

A maioria das pessoas associa as palavras trabalho e emprego como se fossem a mesma coisa, contudo não o são. Apesar de estarem ligadas, estas palavras possuem significados diferentes. O trabalho é mais antigo que o emprego. Ele existe desde que o homem começou a transformar a natureza e o ambiente que estava à sua volta.

No passado, o homem trabalhava para produzir o que consumia: alimentos, roupas, abrigos, entre outros bens essenciais, pelo que o trabalho tinha um único propósito: a sobrevivência. Caso ele nos proporcionasse subsistência o seu papel estava cumprido. Com o surgimento das primeiras sociedades o trabalho assenta numa espécie de troca direta: um indivíduo ou artesão ia ao mercado trocar o seu produto por outro que lhe fizesse falta. Na verdade, o ser humano sempre usou o câmbio de produtos quando tinha uma necessidade imediata. Com o passar do tempo o comércio organiza-se e consolida-se. Até então, era possível obter um trabalho através de uma simples conversa sem exigir qualquer tipo de documentação ou comprovação de experiência anterior. É a industrialização que incrementa o trabalho assalariado, sinónimo da participação dos indivíduos no processo de produção das mercadorias. A noção moderna de trabalho, tal como foi conceptualizada pela economia política clássica, inscreveu-o no mercado de trabalho, ou seja, dotou-o de um valor mercantil, equiparando-o a qualquer outra mercadoria. No contexto específico do capitalismo moderno, o indivíduo passa a fazer parte integrante de um processo, enquanto simples peça de engrenagem sem qualquer sentido para ele. O trabalho deixa de valer por si mesmo, vale apenas o salário que permite obter. Trata-se de um trabalho alienante e inumano, pois os trabalhadores deixam de pertencer a si próprios, constrangidos que estão a vender-se para ganhar a vida (Cruz, 2002:160).

Segundo Freire (2002:360) o trabalho é uma atividade deliberadamente concebida pelo homem, consistindo na produção de um bem material, na prestação de

um serviço ou no exercício de uma função, com vista à obtenção de resultados que possuam, simultaneamente, utilidade social e valor económico, através de dois tipos de mediações necessárias: uma técnica e outra organizacional.

Por sua vez, para Kovács (2002:1), o trabalho deve ser entendido como toda a atividade humana orientada para a produção de bens e serviços úteis ou considerados como tal. O trabalho apresenta-se, assim, como um conceito ambíguo e complexo que significa atividade física e intelectual. Trata-se de um ato compulsório, mas também, um ato de criação que constitui uma fonte de desenvolvimento e de satisfação. Um meio de subsistência, mas ao mesmo tempo, uma forma de autorrealização, fonte de rendimento, de estatuto, de poder e de identidade.

Giddens (2007:378) define o trabalho, seja ele remunerado ou não, como a realização de tarefas que envolve o dispêndio de esforço físico e mental, com o objetivo de produzir bens e serviços, para satisfazer as necessidades humanas. O trabalho é o suporte do sistema económico em todas as culturas. Mesmo quando as condições de trabalho são relativamente desagradáveis e as tarefas a realizar monótonas, o trabalho tende a ser um elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas atividades quotidianas.

Tal como expõe Freire (2002:360), o trabalho foi, é, e continuará a ser uma realidade social primordial, através da qual a espécie humana, antes de mais, assegura a sua subsistência material e a continuidade da vida coletiva, ao mesmo tempo que alimenta íntimas relações de permanência e de mudança com outros domínios ou esferas da vida social, como o consumo, os valores, o político ou o simbólico. O trabalho constitui ainda um meio privilegiado de interação e de integração entre os indivíduos e a sociedade: *“Trabalho que nos pode aparecer como algo abstrato, fugidio e ilusório que, não obstante, é impossível deixar de contemplar, tal a sua função na vida dos indivíduos e no funcionamento da sociedade”* (Idem, 1997:12).

Por isso, o sentimento que os indivíduos têm relativamente à importância que o trabalho representa nas suas vidas, comumente representado como central, apresenta-se como um produto de socialização na medida em que os indivíduos aprendem a valorizar o trabalho a partir da sua cultura, dos seus familiares e dos seus amigos. Daí que o trabalho tenha apresentado e irá certamente continuar a apresentar significados pessoais e sociais variados. Ele encontra-se estritamente articulado com os traços fundamentais da estrutura e da dinâmica de qualquer sociedade. Por isso, sofre representações e valorizações diversificadas, atendendo a nele coexistirem questões de

utilidade ligadas ao esforço que garantem a sobrevivência, como por exemplo, a ideia de ganha-pão ou de obrigação vital, a que nenhuma sociedade conseguiu escapar porque ele é a própria condição da existência humana. Trata-se, por isso, de uma atividade central que estrutura a vida dos indivíduos e a vida social em geral.

Em termos genéricos, e segundo Casaca (2005:3), o trabalho diz respeito às condições de exercício da atividade profissional, as quais se relacionam com a organização do trabalho como a estrutura hierárquica, os salários, as oportunidades de promoção, o conteúdo das tarefas e funções, os horários praticados, as qualificações requeridas. O trabalho engloba todas as atividades, remuneradas ou não, de produção e de distribuição de bens e serviços, desde as que são suscetíveis de transação na esfera económica e concorrencial, até aquelas que são prestadas à margem de qualquer relação mercantil e que se revestem de utilidade social. Portanto, o trabalho tanto pode ter lugar na esfera económica, como no espaço doméstico, como ter expressão em atividades cívicas e de voluntariado.

Contudo, na grande maioria dos casos quando as pessoas no seu quotidiano se referem ao trabalho, referem-se ao trabalho assalariado, coletivamente negociado e com um conjunto de direitos e garantias, ou seja, ao termo “emprego”³ importante fonte de desenvolvimento emocional, ético e cognitivo do indivíduo. O termo emprego corresponde à ocupação de um determinado posto de trabalho, que é remunerado, que se associa a um determinado estatuto e que está cada vez mais sujeito a diferentes regimes de tempo, de graus de formalização, regulação laboral, de integração e proteção social (Casaca, 2005:4). A nível micro, um emprego é um posto de trabalho que, geralmente, corresponde a um somatório de tarefas; a nível macro, o emprego é um conjunto de postos de trabalho existente numa região, num país (Rebelo, 1999:10).

Processos como a globalização, a difusão das tecnologias de informação e a intensificação da concorrência provocaram importantes e significativas mudanças no mercado laboral. Se, por um lado, assistimos ao investimento na inovação e na qualidade, o que permitiu e incentivou o aumento das qualificações, por outro, verificamos uma deterioração do emprego e das condições de trabalho, sendo evidentes os sinais de crise do modelo de emprego que vigorou durante o regime de acumulação fordista e a sociedade industrial. Entre eles, a diminuição da estabilidade e segurança

³ O emprego compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma atividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema (INE, 2009).

dos vínculos laborais, a multiplicação de formas frequentemente flexíveis e precárias de emprego, o aumento do desemprego, as deficiências ao nível da proteção e da integração social, das regulações sociais e, ainda, uma certa crise de identidade individual e coletiva (Kovács, 2005:8). O emprego estável e para toda a vida que caracterizava os percursos profissionais dos trabalhadores do pós guerra é cada vez mais, nos dias de hoje, um privilégio.

As sociedades, em geral, encontram-se neste momento envolvidas numa grave crise global, situação que coloca em aberto as fragilidades do mundo dito desenvolvido, nomeadamente os problemas do mercado laboral. Esta crise de contornos financeiros que se vive atualmente, onde Portugal também não escapa, não só coloca em risco inúmeros postos de trabalho, como também fragiliza outros cada vez mais precários.

Portugal tem assistido, nos últimos anos, à emergência de uma nova estrutura social resultante da modernização que se tem vindo a sentir nos vários domínios da sociedade. Assistiu-se a uma terciarização do mundo laboral, à massificação não só do ensino básico e do secundário, mas também à disseminação do universitário, fatores que conduziram a um aumento das qualificações da população.

É verdade que grande parte dos jovens portugueses, sujeitos a um mercado laboral em constante transformação, sai do sistema de ensino portador de habilitações académicas superiores à dos seus pais. No entanto, face à crise económica que se tem vindo a sentir nos últimos tempos, encontram inúmeras contrariedades na sua inserção e manutenção no mercado de trabalho, estando cada vez mais sujeitos a trabalhos desqualificados, mal remunerados e com problemas a nível da segurança social, situação responsável por conduzir estes jovens a vidas constantemente adiadas.

Até há bem pouco tempo a inserção profissional correspondia à procura de um emprego no mercado de trabalho que tivesse uma boa posição, mercado onde todos tinham lugar até mesmo aqueles que eram detentores de qualificações académicas e profissionais mais baixas, presentemente, isto já não é assim. Os lugares da estrutura ocupacional escasseiam e mesmo os jovens portadores de um diploma correm “*o risco de se transformar em peças supranumerárias de um puzzle cada vez mais complexo*” (Alves, 2008:13). O período de entrada no mercado de trabalho é, assim, para um número cada vez mais crescente de jovens, um período onde impera a precariedade, a insegurança e a instabilidade. A questão nos dias de hoje já não passa por encontrar o melhor emprego, mas sim encontrar qualquer um, independentemente do que seja.

As empresas face às novas tecnologias e a um mercado laboral cada vez mais

competitivo, devido a um sistema organizacional cada vez mais exigente, sentiram a necessidade de estar em constante mutação, obrigando ao aparecimento de novas modalidades de emprego que se distanciam dos “*conceitos e representações de trabalho, emprego e empresa que foram construídas desde o início do século XX*” (Kovács, 2002:2). O considerado trabalho ou emprego típico que compreende um contrato com duração indeterminada, que tem um horário completo e regulado por contratação coletiva, que é exercido num determinado local, que possibilita a progressão numa carreira profissional e ainda uma conceção hierárquica e coletiva das relações de trabalho, tem vindo a dar lugar a novas formas de emprego consideradas como atípicas das quais falaremos de seguida.

1.2 *Novas formas de emprego*

No decorrer das últimas décadas temos vindo a assistir a uma série de metamorfoses⁴ na sociedade em geral, em particular nos sistemas produtivos, que conduziram a mudanças nas organizações e nas dinâmicas do mundo laboral. Um dos aspetos fundamentais das transformações na organização do trabalho consiste no recurso às novas formas de trabalho, ou formas flexíveis de trabalho, ou também denominadas de formas atípicas. Entre as mais diversas formas flexíveis de emprego podemos destacar as mais difundidas, tais como o trabalho com contrato de duração determinada, o trabalho temporário, o trabalho independente e o trabalho a tempo parcial (Cerqueira *et al.*, 2000; Rebelo, 2004; Kovács, 2004, 2006; Casaca, 2005). A sua expansão insere-se no movimento de reestruturação do processo produtivo e da flexibilização do mercado de trabalho, levando à desagregação e dispersão da realização do trabalho e à fragmentação da sua organização (Kovács, 2004: 34).

Num contexto de forte competição nos mercados globais as empresas têm que melhorar simultaneamente a produtividade e a qualidade dos seus produtos ou serviços, reduzir custos, e ao mesmo tempo adaptar-se rapidamente ao mercado incerto e variado (Kovács, 2006:42). As empresas para poderem responder a estas exigências reconfiguram-se, desburocratizam-se, criam novos modelos organizacionais, mais flexíveis e menos hierarquizados, não só na sua estrutura interna como no seu modo de funcionamento (Cerqueira *et al.*, 2000:21), pois têm como objetivo tornarem-se globalmente mais competitivas. Empresas que ao flexibilizarem a sua organização, sinónimo de inovação organizacional, se afastam do modelo rígido e burocrático de produção taylorista-fordista, apresentando uma capacidade de resposta rápida e maleável às variações externas (Casaca, 2005:7). Empresas que de acordo com estratégias diferenciadas, combinam diferentes regimes de emprego dentro de si mesmas, com vista a obter tanto flexibilidade funcional ou qualitativa, como flexibilidade numérica ou quantitativa. Ou seja, a flexibilidade é frequentemente entendida como a possibilidade de a empresa ajustar a quantidade de trabalho de acordo com a oscilação das necessidades do mercado visando sobretudo reduzir os custos, neste contexto, a flexibilidade funcional aponta para a rápida adaptação dos indivíduos, de grupos, de unidades e até da própria organização da empresa em geral às novas

⁴ Globalização, desenvolvimento das tecnologias da informação, comunicação e tecnológicas, crescente terciarização, entre muitos outros fatores.

exigências e oportunidades. Por sua vez, a flexibilidade numérica aponta para o aumento da competitividade através da redução dos custos salariais, concretizada na opção pelo emprego instável e pelo trabalho com remunerações reduzidas (Kovács *et al.*, 2006:9). Empresas que se designam como flexíveis, consideradas como “ideais” por conseguirem uma adequação às condições de instabilidade de uma economia globalizada (Kovács, 2004:34), constituídas por um núcleo reduzido de gestores, especialistas e trabalhadores qualificados polivalentes, onde os restantes trabalhadores são mão de obra externalizada através do recurso à subcontratação e ao trabalho temporário, com horários e salários flexíveis e com possibilidade de fácil despedimento para fazer face às flutuações do mercado e à conjuntura económica. Estas alterações no conteúdo das atividades de trabalho, para além de oscilarem de empresa para empresa, vêm contribuir não só para uma nova reconfiguração do modelo de pleno emprego permanente e seguro, mas também para o surgimento das novas formas de trabalho que vêm provocar alterações no quotidiano das relações laborais, como por exemplo o modelo de contrato com termo incerto celebrado entre a entidade empregadora e o funcionário com o fim de satisfazer as necessidades temporárias da empresa.

Formas flexíveis de emprego que em Portugal têm particular incidência em certos grupos, tais como mulheres, jovens, trabalhadores pouco qualificados e atualmente licenciados (Rebelo, 2004:106), fruto da massificação do ensino superior em que a entrada no mercado de trabalho se faz cada vez mais de uma forma não linear.

Embora a forma de emprego mais utilizada pelas empresas portuguesas, ainda, seja o contrato permanente, nas novas contratações as empresas têm recorrido cada vez mais a formas que lhes permitem a flexibilização quantitativa, nomeadamente a contratação a termo certo, a subcontratação de pequenas e médias empresas e a contratação de prestação de serviços como é o caso do trabalhador independente (Kovács, 2006:54). No primeiro trimestre de 2011 cerca de 3814 mil indivíduos eram trabalhadores por conta de outrem (INE, 2011), destes 19% (714 mil) estavam ligados à sua entidade patronal por um contrato a termo certo, 3,5% (129 mil) encontravam-se noutro tipo de situação contratual. De um total de 4866 mil indivíduos empregados 14% (668 mil) exercia a sua atividade a tempo parcial, a maioria mulheres 393 mil (17%). Nesse mesmo ano, Portugal era o terceiro país da União europeia com maior índice de trabalho a termo certo. O nosso país encontrava-se atrás da Espanha (25%) e da Polónia

(27%), valores bastante acima da média europeia que se situava nos 14%⁵.

É claro que a emergência das novas formas de emprego não pode ser desligada das estratégias dos atores e das mutações dos estilos de vida. As motivações, os interesses e comportamentos são naturalmente muito diversificadas existindo mesmo posições contraditórias. A procura de uma maior disponibilidade, a necessidade de dispensar mais tempo nos cuidados com a família, de possuir mais horas livres, de ter maior autonomia ou rendimentos económicos acrescidos, são algumas das razões que levam muitos trabalhadores a optar por estas novas formas de trabalho. As opções por um emprego a tempo parcial, por trabalhar no domicílio ou ter um trabalho autónomo, são algumas das modalidades de emprego em que os trabalhadores não obedecem a uma escolha não condicionada pelo empregador. No entanto, para a grande maioria dos trabalhadores a opção de flexibilidade da relação laboral decorre sobretudo de um condicionalismo imposto, ou seja, trata-se de uma situação forçada que evidencia uma redução das possibilidades de escolha, resultantes não apenas de pressões internas à empresa, mas também da inexistência de alternativas de emprego aceitáveis no atual contexto do mercado de trabalho (Cerdeira *et al.*, 2000:26). Tal situação amarra os indivíduos a um percurso profissional marcado pela precariedade o que significa instabilidade, insegurança, forte vulnerabilidade económica, ausência de benefícios em termos de acumulação de experiência, de formação e de carreira profissional planeadas a longo prazo, a ausência de condições para garantir os direitos sociais como a questão da segurança e de saúde (Kovács, 2006:53), assim como a vivência do espectro diário do desemprego, o qual falaremos a seguir.

⁵ Fonte: Observatório das desigualdades, <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iste.pt/index>.

1.3 A crise económica e o aumento do desemprego

Portugal tem vindo nestes últimos tempos a enfrentar um quadro de crise económica e financeira na qual o desemprego se destaca como objeto de debate político e social dado o elevado número de indivíduos que abrange e as correspondentes consequências individuais e sociais que alberga. Podemos dizer que “ *desempregado é toda a pessoa de idade ativa, sem emprego, que o procura, e está imediatamente disponível para o ocupar*” (Rebelo, 1999:16).

Segundo dados do INE, no segundo trimestre de 2012, a taxa de desemprego no nosso país situava-se nos 15%, o equivalente a 827 mil pessoas sem emprego, passando Portugal a ter uma das taxas de desemprego mais elevadas da Europa, apenas inferior à da Espanha (25% em abril), e da Grécia (22% em março). No que toca à zona Euro, as estimativas do Eurostat (2012) referiam que em janeiro deste ano a taxa de desemprego se situava nos 11%, o que significava 17 milhões de pessoas desempregadas. Já nos 27 países que compõem a União Europeia a taxa de desemprego situava-se no mesmo período de tempo nos 10%, o que correspondia a um total de 25 milhões de pessoas sem emprego. Estes números indicam um aumento de 191 mil desempregados na União Europeia, e 185 mil na zona Euro face a dezembro de 2011, e mais de 1,488 milhões e 1,221 milhões, respetivamente, em relação a janeiro de 2011.

No entanto, convém salientar que o desemprego não ocorre somente numa faixa etária específica, atualmente, assume um carácter transversal aos mais diversos grupos sociais, desde as pessoas mais novas até às mais velhas, com características diversas, colocando sérios desafios à sua erradicação. Todavia, nos últimos tempos encaixam como uma luva neste perfil os jovens que procuram iniciar agora ou iniciaram nos últimos tempos a sua vida profissional. Se olharmos para os dados do Instituto Nacional de Estatística correspondentes ao primeiro trimestre de 2012, a taxa de desemprego para os jovens entre os 15 aos 24 anos atingia em Portugal o valor de 35,5% o que correspondia a 149 mil homens e mulheres desempregadas. Logo seguido pelo grupo etário dos 25 aos 34 anos com uma taxa de desemprego de 17,6%, o que corresponde a 235 mil pessoas, mais 50 mil indivíduos face aos valores do segundo trimestre de 2011. Valores que colocam Portugal com a terceira maior taxa de desemprego jovem no contexto da União Europeia, logo a seguir à Grécia e à Espanha com taxas acima dos 50%. Desagregando agora por nível de educação, o maior contingente de pessoas no desemprego tem apenas o ensino básico: 522 mil indivíduos. Entre os licenciados a taxa

de desemprego continua a ser inferior à média 10,2% o que corresponde a 108 mil indivíduos. De acordo com o relatório mensal do IEFP (2012), em agosto deste ano o número de licenciados inscritos nos centros de emprego chegou aos 83 500, mais 54,5% que no mesmo período do ano passado. Num ano, foram mais 29 462 desempregados licenciados a inscreverem-se no Instituto de Emprego e Formação Profissional, mais 9081 mil trabalhadores face a julho.

Se antigamente os mais qualificados tendiam a ter boas oportunidades no mercado de trabalho, com bons salários e maior autonomia na gestão do seu tempo, atualmente, o desemprego também atinge estes trabalhadores, vítimas da supressão de numerosas funções intermédias. É verdade que a formação e a qualificação são, sem dúvida, trunfos ou mesmo necessidades, mas não bastam para se obter um emprego. A formação contínua, as políticas de reciclagem e a adaptação às novas tecnologias são tarefas cada vez mais indispensáveis num sistema educativo mais aberto e mais flexível. Contudo, cada vez mais se torna complicado para os jovens entrarem no mercado de trabalho após a conclusão dos seus estudos académicos. Em conjunturas como as que se vive atualmente, marcadas pelo aumento do desemprego, os jovens são objeto privilegiado das práticas dos empregadores de uma diminuição do volume de mão de obra nas organizações e, simultaneamente, de contração do seu peso nas admissões (Gonçalves, 2005:137).

Do ponto de vista económico, conforme sabemos, o desemprego constitui um enorme desperdício de recursos. A nível humano é uma grande fonte de angústia, pois prejudica a motivação e a autoestima do trabalhador. Embora a experiência do desemprego seja individual, os indivíduos que se encontram desempregados vivem muitas das vezes um sentimento de choque, seguido de um otimismo face a novas oportunidades. Porém, quando essas expectativas não são correspondidas, como sucede frequentemente, os indivíduos podem cair num período de depressão e profundo pessimismo, sobre si mesmos e sobre as perspetivas de encontrar um novo emprego (Giddens, 2007:413), assim como a uma quebra de relações de amizade e de companheirismo que a experiência de trabalho potenciara. Como refere Kovács (2002:150) *“estes trabalhadores perdem mais que o seu salário, perdem a sua dignidade, um espaço importante de afirmação pessoal e ficam privados de um conjunto de relações sociais”*, situação que mostra claramente que o trabalho assalariado é muito mais do que uma atividade meramente instrumental.

Outra característica do desemprego relaciona-se com a relativa insuficiência do

sistema de proteção social. Os montantes dos subsídios de desemprego dados às pessoas que se encontram nesta situação não cobrem muitas das vezes todas as necessidades básicas, assim, como as situações de maior gravidade, ou seja, aquelas em que o desemprego dura por vezes anos e os desempregados já não têm direito aos apoios que recebiam anteriormente, o que os deixa sem qualquer rendimento de substituição. Não podemos também esquecer que o acesso a este tipo de proteção depende fortemente da participação do indivíduo no mercado de trabalho. Neste contexto, a rede familiar tem, no modelo Estado Providência português, um grande peso como cuidadora dos seus membros dependentes, em bens financeiros ou serviços, que se encontram em situação de desemprego.

Esta escassez de oportunidades de empregos leva também a que muitos jovens enveredem por sair de Portugal tentando noutros países aquilo que o nosso não lhes pode oferecer. Tal situação levará dentro em breve a que Portugal tenha uma vez mais uma nova geração de emigrantes. Segundo dados do jornal Público⁶ durante o ano de 2011, perto de 23 mil desempregados deixaram de estar inscritos nos centros de emprego porque decidiram aceitar ofertas de trabalho no estrangeiro. Destes 235 procuravam o primeiro emprego, 6116 tinha entre 25 e 34 anos. Quanto às habilitações, 1893 pessoas tinham o nível superior. A emigração para outros países com economias mais desenvolvidas cria em muitos jovens a esperança de ver as suas qualificações académicas e competências profissionais valorizadas e remuneradas condignamente.

Uma outra vertente perspetivada por muitos jovens como uma via de inserção/manutenção no mercado de trabalho e fortemente divulgada por instâncias políticas responsáveis neste setor por programas e políticas públicas, passa pelo empreendedorismo. Ou seja, a criação do seu próprio emprego/empresa.

Constituindo uma dura realidade para muitos jovens portugueses, a vivência do desemprego condiciona em muito as suas práticas, representações e identidades, obrigando-os a aceitar e circular entre trabalhos precários, temporários e mal remunerados em áreas muito diferentes daquelas em que se formaram, sem perspetivas de elaboração de projetos de investimento profissionais e familiares para o futuro.

⁶ A partir de informação disponibilizada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o jornal *Público* (março, 2012) informa que o número de licenciados que emigraram aumentou 49,5% entre 2009 e 2011. [<http://economia.publico.pt>. Consult. Setembro 2012].

Há que ter em conta que os dados aqui apresentados não retratam a emigração portuguesa, referem-se unicamente ao universo dos inscritos nos centros de emprego, outros grupos ficaram de fora como, por exemplo, o dos jovens que decidem emigrar mal terminam os seus estudos sem se inscrever no IEFP.

Capítulo II. Vida adulta em transição

Propomos neste segundo capítulo, em primeiro lugar, uma reflexão sobre o conceito de juventude e o prolongamento do período de moratória que constitui a transição para a vida adulta. Nesta linha procuraremos abordar as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, a permanência na residência parental e o adiamento dos projetos familiares privados por parte dos jovens.

2.1 *A longa estrada da juventude*

Nas gerações anteriores, a juventude era para muitos atores um tempo marcado pelo exercício de uma atividade remunerada que correspondia ao início de uma carreira profissional duradoura. A entrada na vida adulta remetia, assim, para o final do percurso educativo com início de uma atividade profissional coincidente com a saída de casa dos pais e com a constituição de uma nova família. Acontecimentos centrais em qualquer processo de transição para a vida adulta que poderão, hoje em dia, não se sucederem por esta ordem. Isto porque, por um lado, surgiu o prolongamento dos estudos e uma marcada instabilidade profissional que têm vindo a dificultar a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Por outro, porque os processos de emancipação residencial em relação à família de origem tendem a ocorrer mais tardiamente em termos etários, o que se repercute na idade para a constituição de uma família própria, levando a que em muitos casos o papel parental seja também adiado. De um modo geral, as mudanças sociais colocam novos desafios ao modo como os jovens vivem o seu trajeto para a idade adulta, fazendo surgir uma nova figura de adulto em transição. A verdade é que esta noção de juventude associada a um processo de transição entre estádios, correspondente a uma faixa etária, está cada vez mais desatualizada.

Tradicionalmente considerada como um período de vida que se estendia desde a adolescência até à idade adulta, a noção de juventude sempre significou mais que uma mera etapa de desenvolvimento física e psicológica, encontrando-se esta noção intimamente relacionada com o estatuto social que os jovens têm vindo a assumir no contexto das sociedades ocidentais e industrializadas.

Segundo Machado Pais (1993:26), a juventude é uma categoria socialmente construída, (re)formulada em contextos sociais, económicos e políticos particulares. Uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo, produto de um complexo

processo de construção social. A sua visibilidade enquanto grupo social com características específicas relacionadas com uma fase de vida tornou-se objeto de consciência social na segunda metade do século XIX, mediante o reconhecimento dos problemas e tensões a ela associados: ” *Eles são os problemas de inserção profissional, os problemas de droga, os problemas da escola, os problemas com os pais, só para focar alguns dos problemas socialmente mais reconhecidos como específicos dos jovens*” (Ibidem:27). Juventude e problemas sociais passam, assim, a ser duas expressões indissociáveis e a integrar não só os discursos do senso comum, como também os científicos e políticos.

Em Portugal, a juventude começa a surgir como questão e conseqüentemente como objeto social por alturas da década de sessenta do século XX. Revoltados diretamente contra o regime político de então, e indiretamente contra as gerações mais velhas, os jovens portugueses terão chamado a atenção para determinados problemas que os afetariam, designadamente, a fraca capacidade de resposta por parte das universidades portuguesas e a própria imposição da Guerra do Ultramar, entre outros (Pais, 1993:25). Desde então, o reconhecimento da existência de problemas sociais específicos que afetam particularmente a juventude no nosso país tem sido uma constante na cena científica nacional. Contudo, esta noção de juventude tem vindo ao longo das últimas décadas a sofrer flutuações conceptuais.

Encarada inicialmente como uma fase de vida própria e por conseguinte detentora de uma aparente “*unidade social*” como refere Pais (1993:22), a juventude era vista num contexto de homogeneidade em que prevalecia a procura de aspetos mais uniformes que caracterizavam esta fase de vida, aspetos que fariam parte de uma cultura juvenil específica, ou seja, de uma geração definida em termos etários. Posteriormente, a postura sociológica que se imponha era a de procurar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre os jovens ou grupos de jovens, mas sim, fundamentalmente, as diferenças sociais que entre eles existem (Ibidem:23). Deste modo, quando se fizer referência a jovens pertencentes a classes médias, a jovens operários, a jovens estudantes, a jovens trabalhadores, a jovens solteiros, a jovens casados, a jovens em contexto urbano ou rural, referimo-nos à juventude com sentidos diferentes, ou a diferentes juventudes, ou como diz Machado Pais (Ibidem: 33) “*simplesmente reconhecemos a existência das diferentes culturas juvenis.*” Isto porque os jovens não vivem ou experimentam as mesmas coisas e de forma semelhante. Cada um tem o seu próprio percurso individual que varia consoante a especificidade do seu

trajeto cotidiano, com as encruzilhadas com que se deparam, que podem estar diretamente relacionadas com a família, a classe, a origem social e até mesmo com os diferentes mapas de significação que cada um atribui para si próprio. Assim, quando as juventudes são consideradas na sua diversidade, as vertentes a ter em conta no acesso à vida adulta são elas próprias diferenciadas e flutuantes.

Todavia, uma tendência comum delinea-se nas sociedades ocidentais contemporâneas que se traduz no adiamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho, bem como no acesso a uma condição profissional estável e duradoura, o que significa, no domínio da vivência social, num prolongamento da condição social de jovem. Tal adiamento resulta da alongada permanência no sistema escolar e das dificuldades de inserção e manutenção dos jovens no mercado de emprego, dadas as características atuais dos sistemas produtivos (Gonçalves *et al.*, 1998:142) das quais se salientam: as decrescentes necessidades de mão de obra, os novos perfis profissionais exigidos pelos processos de inovação tecnológica e organizacional, a forte tendência para a adoção de várias formas de estratégia e de práticas de flexibilização por parte dos empregadores. Enfatiza-se, assim, a tendência dos jovens para adiarem algumas das decisões e responsabilidades, mantendo-se mais tempo na semidependência da família, privilegiando as oportunidades de educação e de formação disponibilizada pelo sistema atual de ensino, em sentido lato.

Para Guerreiro e Abrantes (2007:39) este estatuto de semidependência dos pais pode também estar associado a uma tendência para o adiamento de decisões e responsabilidades vinculativas, criando entre a adolescência e a entrada na vida adulta um período de escolhas, liberdade e experimentação, pois muitos jovens desejam viver a vida de forma descontraída, com emoções e sem grandes preocupações. A sua prioridade foca-se na vontade de conhecer novos locais, conviver com os amigos, sair à noite, procurar novas experiências, aprender e divertir-se antes de assentar, ou seja, de assumir as rotinas e obrigações inerentes à vida adulta. Estes jovens podem apresentar por isso trajetos escolares demorados, que incluem a frequência de cursos e de formação pós graduada, com inserções limitadas ou temporárias no mercado de trabalho. Muitas destas transições deixam, progressivamente, de ser processos lineares e bem definidos no tempo, para passar a constituir percursos longos, complexos e individualizados, onde o casamento e a parentalidade são vistos como fortemente limitadores de oportunidades, experiências pessoais, promoções profissionais e em particular a obtenção da tão desejada estabilidade profissional.

Porém, este prolongamento de juventude está longe de abranger toda a população jovem. Para aqueles que são de condição social mais desfavorecida a passagem para a autonomia familiar, os projetos de conjugalidade e parentalidade, continuam a fazer-se, em grande medida, segundo padrões mais próximos de um tipo tradicional. Neste grupo continuam a ser frequentes os filhos antes dos 20 anos, muitas das vezes em associação com o abandono escolar e entrada precoce no mercado de trabalho (Guerreiro e Pegado, 2006:6). Jovens fortemente limitados e subordinados no espaço doméstico que anseiam por alcançar a independência através da constituição da sua própria família. Esta situação é sobretudo acentuada no caso das raparigas dos meios populares onde a autonomia face à autoridade paterna surge como fortemente restringida até ao momento do casamento ou da maternidade, em que se aceita a passagem ao estatuto de mulher. Deste modo, o casamento e a maternidade, ainda que precoces, constituem vias únicas de emancipação e valorização face a quotidianos reprimidos (Guerreiro e Abrantes, 2007:101). Contudo, também existem jovens que vivem situações transitórias de grande complexidade marcadas por processos de exclusão, isolamento, inseridos muitas das vezes em fenómenos de criminalidade, delinquência juvenil e condutas de risco. Jovens que não estão integrados em esferas familiares, que abandonaram a escola antes de sequer terminar o ensino obrigatório e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho (Ferreira *et al.*, 2006).

Em síntese, os processos de transição para a vida adulta tendem nos dias de hoje a diversificar-se, multiplicando-se em trajetos e projetos distintos e não lineares, intensamente reflexivos e individualizados. Não existe uma forma de se entrar na vida adulta, mas sim diversos caminhos que se podem percorrer. O tal trajeto tradicional de fim de escolaridade, obtenção de emprego, saída de casa dos pais e casamento tende, assim, a dissolver-se num sem número de percursos complexos, diferenciados, cada vez menos padronizados. Tais processos assumem formas, combinações e tempos de duração e concretização diferentes, consoante os grupos e contextos sociais a que os jovens de uma mesma geração pertencem. O processo de passagem para a vida adulta já não é fundamentado em critérios como a idade, ou o afastamento do jovem da família de origem rumo à independência, pois presentemente é possível um jovem ser adulto, autónomo e continuar a viver com a família de origem.

2.2 Da universidade ao mercado de trabalho

As transformações ocorridas nos últimos anos na sociedade portuguesa, em particular no sistema educativo, repercutiram-se fortemente na oferta e na procura social de formação escolar. A melhoria dos níveis de vida, o prolongamento da frequência escolar obrigatória, a par do alargamento da rede escolar de todos os níveis de ensino e das políticas de democratização de acesso à educação, após o 25 de Abril de 1974, traduziram-se numa significativa ampliação da população escolarizada em todos os níveis e ramos do sistema escolar (Silva, 1999:98), com o ensino superior a não fugir desta tendência.

Com efeito, desde a década de oitenta do século XX que o ensino superior português tem sido objeto de profundas alterações quer no setor público, quer no setor privado. A expansão deste segmento do sistema educativo foi acompanhada pelo alargamento da sua base social de recrutamento, por um processo de diversificação e regionalização da sua oferta formativa, assim como uma crescente feminização⁷ do seu público. Esta situação foi fruto do crescimento económico e da conseqüente expansão de lugares oferecidos no mercado de trabalho e duma procura otimista deste tipo de qualificações (Alves, 2007:184) por parte dos jovens portugueses. As razões dessa procura de formação de ensino superior são várias, no entanto, a que melhor permite compreender o seu crescimento tem como fundamento a relação virtuosa entre diploma do ensino superior, posição social e elevadas recompensas materiais e simbólicas. A obtenção de um diploma de ensino superior significava e continua a ser encarado, por muitos jovens e respetivas famílias, como um passaporte para um emprego e um seguro contra o desemprego (*Idem*, 216). Segundo Gonçalves (2009:36): *“o diploma tem uma importância notória, na medida em que é um sinal do sucesso do indivíduo e das suas capacidades de conformação às normas, sendo usado pelo empregador, em conjugação com a sua experiência, para estimar a futura produtividade e desempenho, em geral daquele indivíduo na qualidade de assalariado”*. É de salientar que nessa altura a inserção profissional dos jovens diplomados não apresentava dificuldades de nota. O acesso ao ensino superior apresentava-se, apesar do aumento da oferta, como uma forma de diferenciação efetiva face ao futuro profissional dos jovens.

⁷ Nos últimos anos, notou-se uma evolução positiva no nível de instrução das mulheres, nomeadamente a feminização do ensino superior. Em 1996 estavam matriculadas no ensino superior 81.083 indivíduos, destes 46.949 eram mulheres e 34.136 homens. Em 2011 estavam matriculadas 131.508 indivíduos, 73.468 mulheres e 58.040 homens (PORDATA, 2012).

Contudo, esta situação tem vindo a modificar-se. Atualmente, os ritmos e as formas de transição da escola para o mercado de trabalho são diferentes das que foram vividas por gerações anteriores. Com efeito, a passagem do universo escolar para o mundo do trabalho deixou de ser um acontecimento biográfico e instantâneo para passar a ser um processo longo e complexo que começou inicialmente por afetar os jovens menos escolarizados para rapidamente se generalizar à população mais escolarizada.

Detentores de títulos académicos que certificam trajetórias escolares longas e qualificantes, os jovens licenciados são, hoje em dia, confrontados com um futuro onde a incerteza e os riscos espreitam. Com efeito, a licenciatura já não garante, a muitos jovens, o acesso imediato aos empregos mais qualificados e melhor remunerados (Marques, 2006; Alves, 2007; Gonçalves, 2009). Os processos de inserção profissional perdem assim a sua linearidade que durante séculos os caracterizou, transformando o emprego diplomado num problema social e político.

Hoje a inserção dos jovens no mercado de trabalho faz-se, cada vez mais, de uma forma precária através de contratos a termo, trabalho temporário ou outras formas de prestação de serviço, conduzindo a que o processo de transição para a vida adulta seja pautado por uma grande instabilidade profissional. Este facto leva-os a transitar entre situações de formação, empregos diversos, subemprego e desemprego. Além de muitas das vezes aceitarem empregos para os quais têm excesso de qualificações académicas, devido à escassez de empregos adequados ao seu nível de formação. O registo destes constrangimentos têm reflexos sobre o processo de transição para a vida adulta, pois, a integração no mercado de trabalho continua, a ser um passo indispensável no equacionamento da saída de casa dos pais, do casamento ou da parentalidade, sobretudo, em países como o nosso em que os apoios estatais são reduzidos (Guerreiro e Abrantes, 2007; Marques, 2006, 2007).

Na origem deste fenómeno está o desajustamento entre o ritmo de produção dos diplomas e a evolução do mercado de emprego (Alves, 2007:219). Não nos podemos esquecer que o tecido empresarial português é constituído na sua maioria por micro e pequenas empresas, geradoras de emprego, na maior parte dos casos pouco qualificado e mal remunerado, não sindicalizado e com insuficientes oportunidades de formação (Guerreiro e Abrantes, 2007:26). Algumas destas empresas têm importantes debilidades organizativas, produtivas e tecnológicas, com fraca capacidade de inovação e de obtenção de níveis elevados de competitividade, alicerçadas quase em exclusivo por fundos comunitários, que concorrem, nem sempre de modo extensivo, para alterações

significativas e qualificantes daquela realidade (*in.*, Gonçalves *et al.*, 2009:51). Um outro vetor explicativo passa pelo decréscimo acentuado nos últimos tempos de contratação pública destinada à administração pública e ensino. Este setor que constituía uma parcela significativa do recrutamento de diplomados do ensino superior, ao reduzir os fluxos de contratação de diplomados, por motivos de contenção das despesas públicas, obstrui assim uma autêntica válvula de criação líquida de empregos (Gonçalves, 2005:139).

Na verdade, este processo de transição do ensino superior para o mercado de trabalho tem ganho nos últimos anos, dimensões preocupantes, quando se pensa nas consequências sociais que acarreta, tudo porque a procura de educação continua a crescer e a hierarquização e regulação da oferta continua a denotar, de uma forma cada vez mais evidente, uma ineficácia preocupante (Sousa, 2003: 202). Esta situação tem por isso despoletado um aceso debate sobre os jovens diplomados e a sua situação no mercado de trabalho, ao qual os estabelecimentos de ensino superior não têm escapado, proliferando investigações no quadro de diferentes universidades, que se destinam a analisar os processos de inserção profissional dos respetivos licenciados (Marques, 2006; Gaio, 2003; Alves, 2009; Gonçalves *et. al*, 2009). Sintetizando, estes estudos referem que é verdade que a precariedade está mais difundida, que a estabilidade demora em chegar, contudo, os diplomados continuam a gozar de uma situação francamente favorável no mercado de trabalho, nomeadamente, nos processos de inserção profissional. Segundo estes investigadores os discursos políticos e mediáticos sobre a inserção profissional de graduados são excessivamente alarmistas e negativistas, necessitando de ser relativizados pelos *media*, na medida em que os resultados das pesquisas não permitem apoiar a ideia de que as situações de inserção dos diplomados possam ser considerados como catastróficas e geradoras de níveis de insatisfação muito elevadas entre os diplomados (Alves, 2007; Gaio, 2010).

Efetivamente, os valores registados ao nível do desemprego, da fragilidade dos vínculos contratuais e dos patamares salariais, espelham uma vulnerabilidade que se abate sobre os jovens portugueses em pleno processo de trânsito para a vida adulta. Note-se, porém, que os níveis de qualificação escolar do público jovem atual fazem com que os jovens com qualificações académicas superiores representem atualmente uma proporção muito maior de jovens ativos, estando por isso mais expostos às dinâmicas do mercado de trabalho. É um facto que a precariedade de instalou entre os jovens licenciados, de que existe desemprego e dificuldade de inserção no mercado de trabalho

por parte deste grupo social, contudo, convém salientar que esses valores são sempre inferiores ao dos trabalhadores com menores qualificações académicas. Segundo os dados do INE (2010), no terceiro trimestre de 2010 o número de desempregados com o ensino básico correspondia a 28,9 mil indivíduos, com ensino secundário 28,6 mil e apenas 4,2 mil indivíduos tinham o nível de escolaridade completo ao nível do ensino superior. O destaque atribuído ao problema de inserção e manutenção no mercado de trabalho por parte dos jovens licenciados, acaba por relegar para segundo plano situações persistentes da fragilidade de outros grupos sociais, nomeadamente, jovens menos qualificados.

2.3 Juventude e vida familiar

A par das mudanças no mundo do trabalho, a modernidade introduziu também enormes transformações na esfera privada dos jovens portugueses. Tradicionalmente, e como anteriormente referido, a transição para a vida adulta correspondia ao momento em que os jovens, simultaneamente, abandonavam o agregado familiar de origem, casavam e constituíam uma nova família. Apesar de ser ainda um modelo dominante em Portugal a transição familiar tem vindo a complexificar-se e a diversificar-se observando-se uma pluralidade de situações e trajetos (Guerreiro e Abrantes, 2007) heterogéneos, marcados por apreciáveis descontinuidades e ruturas (Pais, 2001:61).

Presentemente, sair de casa dos pais pode nem sempre coincidir com o fim da escolaridade ou com o casamento, a obtenção de uma experiência profissional pode ocorrer na fase de estudante, já não é preciso sair de casa para se viver uma experiência amorosa, a coabitação pode ser anterior à obtenção de um emprego estável, nem tão pouco o viver em casa própria tem de estar associado à conjugalidade, assim como o casamento pode não ser para toda a vida, e em alguns casos os jovens que deixaram de viver com os pais, por se terem casado, regressam divorciados ao velho lar familiar (Pais, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2007).

Contudo, obstáculos como a insegurança profissional, a precariedade económica, a difícil inserção e manutenção no mercado de trabalho, o desemprego, a falta de recursos financeiros, a escassez de apoios sociais no acesso à autonomia residencial e guarda das crianças, levam a que a maioria dos jovens portugueses acabem por permanecer em casa dos pais, perpetuando a sua dependência económica e adiando a sua saída de casa, assim como a realização de projetos familiares privados, como o de ter uma habitação própria, casar e ter filhos (Aboim, 2011). Esta situação prolonga-se em alguns casos até depois dos trinta anos de idade (Guerreiro e Abrantes, 2007). Portanto, a saída de casa dos pais faz-se nos dias de hoje cada vez mais tarde. Por exemplo, a proporção de jovens a cargo da família de origem, com idades entre os 15 e os 29 anos, passou de 60% em 1991 para 76% em 2001. O número de jovens nessa faixa etária a viverem sós é por isso pouco expressivo no nosso país, situando-se nos 2%, valores que contrastam com os países escandinavos com 25%, seguidos de perto da Alemanha e do Reino Unido com percentagens que rondam os 20%. Esta independência precoce de jovens escandinavos face ao prolongamento da dependência residencial entre os jovens portugueses é explicável não só por razões económicas e fatores culturais,

visto estes países valorizam bastante a autonomização dos jovens face aos seus ascendentes, mas também pela existência de sistemas de proteção social (Torres *et al.*, 2006:26) mais fortes que os do nosso país. É também de salientar que em Portugal as mulheres iniciam mais cedo do que os homens uma vida autónoma, por volta dos 27 anos, saindo em média, dois anos mais cedo do que estes de casa dos pais (*Idem*: 112).

Casar e ter filhos também são protelados no tempo. A idade média ao casamento continua a aumentar situando-se em 2010 nos 34 anos para os homens e 31 para as mulheres (30 e 27, respetivamente para homens e mulheres em 2001). O número de casamentos realizados nesse ano foi de 39 993, menos 18 397 face a 2001, o que determinou uma taxa de nupcialidade de 3,79 casamentos por mil habitantes, a mais baixa de que há registo (INE, 2011).

Para além do adiamento dos projetos de casamento e do declínio da nupcialidade entre a população jovem portuguesa, uma outra tendência que tem vindo a desenvolver-se é a progressiva secularização do matrimónio. Ainda que o casamento católico continue a ser a forma predominante de celebração do casamento entre os jovens, o facto é que esta modalidade tem vindo progressivamente a diminuir, em detrimento da cerimónia civil. Em 1960, quase a totalidade dos casamentos entre jovens era celebrada catolicamente (cerca de 92%), sendo apenas 7% os que se limitavam à cerimónia civil (Ferreira, 1999:63). Em 2001, por forma de celebração, os casamentos católicos representavam 63% do total, os restantes 37% foram pelo civil, considerado como o maior valor proporcional verificado desde os anos 30, para esta modalidade de casamento (INE, 2002), descendo para 43% e subindo para 58% respetivamente em 2010 (INE, 2011). Por outro lado, é importante referir que muitos jovens já optam por viver em união de facto, podendo ou não casar posteriormente. Os dados revelam que em 44% dos casamentos celebrados em 2010, os nubentes já possuíam residência anterior comum, face a 16% registados em 2001. Valores que demonstram que a conjugalidade tem vindo a se tornar mais informal, passando a assumir diversas formas.

No entanto, a relação conjugal deixou de ser uma instituição a preservar a qualquer preço ou à custa de todos os sacrifícios (Ferreira, 1999: 65). Com efeito, as possibilidades de dissolução do casamento têm vindo a crescer, como prova o movimento percentual de divórcios que ocorre quer entre a população jovem, quer na população em geral. Assim, o número de divórcios decretado em 2010 foi de 27 903, face a 19 044 em 2001, registando-se uma taxa bruta de 2,6 de divórcios por mil habitantes, valor mais elevado desde 2002 (2,7%) onde se registaram 27 960

casamentos dissolvidos (INE, 2011).

Ter o primeiro filho é, entre as restantes etapas de transição, aquela que, quer no plano social quer no plano simbólico, mais marcadamente remete para a assunção plena da vida adulta. Por consequência, também esta decisão é cada vez mais adiada em grande medida porque os jovens não só se encontram dependentes das condições em cima referidas, mas também, devido aos progressos da medicina, especificamente, a contraceção, com a sua difusão alargada, a inauguração de uma nova constelação de valores relativos à vivência da conjugalidade e da sexualidade, bem como a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho (Ferreira, 1999:96). É relevante destacar que a maioria das mulheres, atualmente, só tem filhos depois de estarem laboralmente ativas. Quer isto dizer que esperam até terem alguma estabilidade económica para terem filhos. Como por vezes encontram alguns entraves na entrada para o mercado de trabalho e na estabilização da sua vida laboral, adiam esta decisão. Disto resulta o retardamento da idade em que têm os filhos, o que também implica com questões de diminuição da fertilidade da mulher. Questões económicas relacionadas com a educação das crianças podem também ter implicância no número de filhos que cada mulher tem, pois os custos económicos aumentam consideravelmente com a decisão de ter o segundo e até o terceiro filho (Ferreira *et al.*, 2006:64). Com efeito, a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho passou de 27 anos em 2001 para 29 em 2010. E paralelamente ao retardamento da idade de nascimento do primeiro filho ou filhos em geral, assiste-se também, a uma diminuição acentuada da natalidade no nosso país. Em 2010 nasceram 101 381 bebês, menos 11 393 que em 2001, resultando na redução do índice sintético de fecundidade de 1,46 para 1,37 criança por mulher entre 2001 e 2010. A taxa de natalidade reduz assim de 11 nados vivos por mil habitantes em 2001 para 9,5 em 2011 (INE, 2011). Valor que coloca Portugal com a terceira menor taxa de natalidade dos 27 Estados membros da União Europeia, logo atrás da Alemanha (7,9) e da Áustria (9,1), em contraste com a taxa mais elevada registrada na Irlanda com 16,8 nascimentos (EUROSTAT, 2010).

Apesar de Portugal ter já alguns apoios à família, como sejam as licenças de maternidade e paternidade, o abono de família, assim como o alargamento da rede pública de guarda de crianças com a universalização do pré primário e o aumento de infantários, o que se verifica é que tais apoios têm-se afigurado como insuficientes. Por exemplo, os horários de muitos dos pré-primários são difíceis de conciliar com a “cultura do horário prolongado” que se regista em muitos contextos profissionais e que

obriga os pais a saírem tarde do emprego. Esta situação leva muitas famílias a recorrer às instituições privadas com mensalidades elevadas, o que implica uma sobrecarga no seu orçamento familiar (Guerreiro e Abrantes, 2007:142). Um outro exemplo que podemos destacar surge no âmbito da habitação. Basta dizer que muitos dos casais jovens portugueses permanece em casa dos pais de um deles, mesmo depois de casar e ter filhos, devido à incapacidade de adquirir habitação própria. Os apoios concedidos pelo Estado à compra de habitação são muito escassos, e apesar de existir algum apoio ao nível dos arrendamentos, nomeadamente através de reduções no montante das rendas, o facto é que essa situação não surge como atrativa para muitos jovens porque é considerada como demasiado arriscada e temporária (*Idem*:141).

Portugal ao contrario dos países do norte da Europa, caracteriza-se assim por um welfare stat relativamente frágil e fragmentado, que providencia apenas estruturas básicas de educação e saúde às pessoas mais carenciadas, ignorando todas aquelas que, não revelando insuficiência tão acentuadas, carecem também de tempo e de serviços de apoio. Neste sentido, as redes de familiares, surgem como fundamentais no apoio à conciliação entre trabalho e vida familiar de muitos jovens (*Idem*:139).

Em termos gerais, podemos dizer que para os jovens as oportunidades de viver autonomamente ou de constituir família própria são enquadradas por diferenças de valores culturais e de género, mas também de condições socioeconómicas, de acesso ao mercado de trabalho e às modalidades de inserção neste, bem como pela ausência ou presença de políticas que possibilitam simultaneamente o emprego, a autonomia e a constituição de família (Torres *et al.*, 2006:115).

Capítulo III. Percorso Metodológico

O objetivo deste capítulo visa expor o modelo de análise utilizado, apresentar o método empregue na recolha dos dados por meio do qual foi testada a nossa hipótese, fio condutor da presente investigação e seu trabalho de campo. Neste contexto, a principal técnica adotada foi a entrevista semiestruturada, sendo que abordaremos também o modo de aplicação da mesma, o guião de entrevista, assim como apresentaremos uma sistematização das principais características dos jovens entrevistados.

3.1 *Modelo de análise*

Nas últimas décadas, e de forma cada vez mais intensa, o mercado do trabalho tem vindo a atravessar um conjunto de transformações significativas. As novas tecnologias de informação e comunicação, os modelos organizacionais, o surgimento e desaparecimento de ocupações, o aumento do desemprego em termos de volume e tempo de duração, as novas formas de trabalho atípico, são alguns dos exemplos dessas mutações que têm conduzido a um significativo decréscimo da estabilidade e da previsibilidade da vida laboral dos atores sociais, com efeitos decisórios no delineamento e planeamento dos seus respetivos cursos de vida.

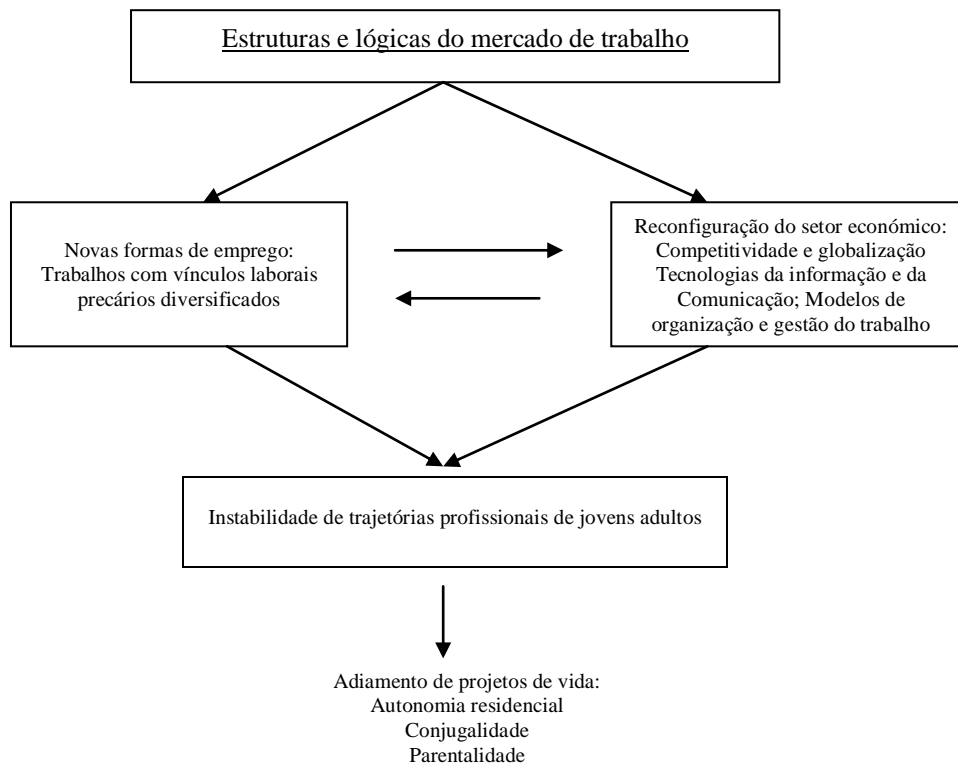
Neste contexto, os jovens começam também a ser reconhecidos como um dos grupos mais fortemente atingido pelas transformações ocorridas na economia e no mundo laboral. Os jovens têm cada vez mais dificuldades na integração e manutenção no mercado de trabalho, mesmo quando as suas qualificações académicas são elevadas. Esta situação leva a que o significado de transição para a vida adulta, “*culturalmente ligado a ideias de independência e autonomia, à capacidade de se sustentar economicamente e de iniciar relações donde advenham responsabilidades para com outras pessoas, incluindo outras gerações, como os próprios filhos*” (Nilsen, 1998:67), acabe por ser associado a um processo que se define pelo adiamento, talvez indefinidamente.

Por conseguinte, neste trabalho de investigação pretendemos compreender como é que os jovens perspetivam as suas vidas quer a nível profissional, quer a nível familiar e/ou privado, e que expectativas apresentam quanto ao seu futuro. Propomos para isso tentar responder à seguinte questão de partida: *Como é que estes jovens conciliam uma atividade profissional incerta, sem a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira*

programada, com a constituição de um projeto de vida familiar e/ou privada?

Tendo presente a questão de partida, coloca-se a seguinte hipótese estruturada a partir do modelo de análise representado em baixo na figura 1: *As novas formas de emprego com vínculos laborais diversificados (como por exemplo, contrato de trabalho temporário, contrato de trabalho a termo (certo ou incerto), trabalho ao domicílio, trabalho a tempo parcial, contrato de prestação de serviços e trabalho informal) caracterizam trajetórias profissionais de jovens adultos que se pautam pelo adiamento de projetos de vida, nomeadamente quanto à constituição de projetos de autonomia residencial, conjugalidade e parentalidade.*

Figura 1: Modelo de análise orientador da investigação da transição para a vida adulta



Deste modo, a representação do modelo de análise na figura 1 leva-nos ao seguinte eixo de análise: as transformações ocorridas no mercado de trabalho, nas últimas décadas, devido a processos como a globalização, a difusão das novas tecnologias de informação e comunicação, assim como a modelos de organização e gestão do trabalho, conduziram ao surgimento das novas formas de emprego, ou seja, a uma multiplicidade de formas contratuais consideradas como “atípicas” e precárias.

Estas novas formas de emprego conduzem os jovens, nomeadamente, os jovens com qualificações superiores, a trajetórias profissionais de instabilidade no mercado de trabalho, o que origina o adiamento de projetos de vida familiar privados: autonomia residencial, conjugalidade, parentalidade.

3.2 Notas metodológicas

Falar de estratégia metodológica é falar dos procedimentos teóricos e instrumentos de trabalho de investigação que os sociólogos recorrem para dar a conhecer a realidade social.

Esta definição, embora pouco precisa, tem a vantagem de incluir diferentes modalidades de produção do conhecimento, como, por exemplo, realizar sondagens, diagnósticos, planos de desenvolvimento, análises com objetivos de intervenção em diferentes localidades, ou em empresas e outras organizações. Estes pedidos implicam que se desenvolvam procedimentos de pesquisa empírica diversificados. Ou seja, os métodos e as técnicas utilizadas para conhecer os vários aspetos da realidade social que podem ter um carácter mais quantitativo quando por exemplo, o universo em estudo é muito vasto, ou podem ter um cariz qualitativo, quando se pretende analisar em profundidade as características, as opiniões, uma problemática relativa a uma população determinada. Deste modo, podemos dizer que as estratégias de investigação sociológica são variadas, o que permite recolher diferentes tipos de dados, consoante o problema sociológico com que se está a lidar (Almeida, 1994).

Assim, neste projeto de investigação privilegiámos, enquanto estratégia de investigação, a metodologia intensiva ou estudos de caso, porque procuramos analisar em profundidade as características, representações e práticas de uma amostra selecionada de acordo com os critérios teóricos referenciados no modelo de análise.

Para este tipo de estratégia uma das técnicas que melhor auxilia o investigador a obter informações pormenorizadas é a entrevista, cuja opção foi privilegiada nesta investigação. Enquanto procedimento principal de recolha de informação a aplicação de entrevistas não obedeceu à construção de um guião rígido ou a perguntas estruturadas, adotou-se, sim, por uma directividade relativa, sendo concretizadas entrevistas semidirectivas através de um conjunto de questões chave, abertas, sobre as quais se pretendia recolher informação (ver anexo I). Como técnica de tratamento da informação, privilegamos a análise de conteúdo, realizada a partir de uma grelha

temática.

De seguida, detalha-se um pouco mais a escolha efetuada relativamente aos instrumentos utilizados nas várias fases associadas à elaboração desta investigação, assim como à definição das técnicas utilizadas e à justificação da sua escolha.

3.2.1 A seleção da amostra: critérios e procedimentos

Neste ponto coloca-se a seguinte questão: como é que foi então construída a amostra qualitativa apresentada neste projeto de investigação?

Inicialmente, comecei por criar uma página de grupo na rede social “Facebook,” cujo tópico era “ Entre empregos e trabalhos: o adiar de uma vida” tema deste projeto de investigação. Escolhi esta modalidade de contacto porque atualmente “ *adquire na sociedade em rede um papel adicional enquanto suporte de informação e meio de comunicação*” (Cardoso *et al.*, 2005:225). Na página do facebook, descrevi não só o tema e os objetivos desta investigação, mas também coloquei textos, imagens, entre outras mensagens, de forma adaptada para cativar a atenção dos jovens utilizadores.

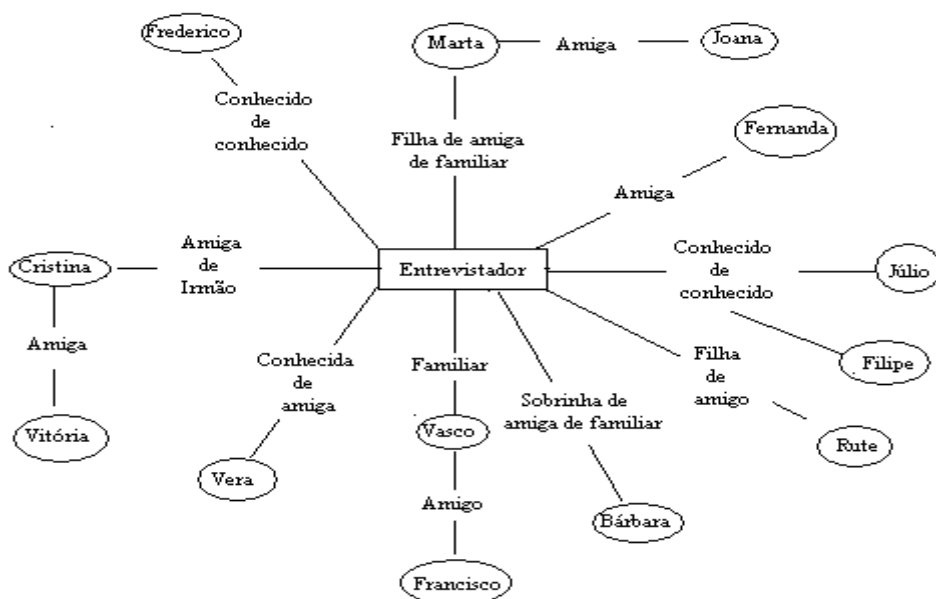
Para conseguir o máximo de aderência a esta página comecei por, inicialmente, enviar convites a pessoas minhas conhecidas, informantes privilegiados que, por sua vez passaram o convite a outras pessoas suas conhecidas e por aí em diante. Ou seja, tratou-se de um procedimento em amostragem por bola de neve. Dentro deste grupo, os jovens e todos os membros associados ou denominados “amigos” poderiam, em forma de comentário deixar as suas informações e impressões acerca deste tema. Mediante a aderência a esta página selecionaríamos os indivíduos segundo os critérios propostos (idade, formação académica, empregados ou desempregados) e, em seguida, procederíamos à construção de uma base de dados com os respetivos contactos para posteriormente, contacta-los através do correio eletrónico, enviando-lhes uma mensagem onde explicaríamos o tema e os objetivos da investigação, assim como a importância da sua colaboração neste estudo. Conforme o número de participantes conseguidos através do primeiro contacto decidiríamos se seria necessário uma segunda abordagem para tentar obter uma taxa de resposta mais alta, sendo que, o nosso objetivo era obter o maior número de participantes. Porém, os contactos não se realizaram através destas interfaces *online*. Apesar das pessoas contactadas através desta rede inicialmente me dizerem que estavam a passar a mensagem, o certo é que não houve nenhum feedback por parte de quem era contactado posteriormente.

Não nos podemos esquecer que o desenvolvimento destas redes sociais tem-se furtado aos controles administrativos ou burocráticos. Segundo Sousa (2006), estas redes não têm um controle centralizado, pelo contrário, opera-se como uma anarquia cooperativa, onde um dos maiores problemas que se coloca à internet é a falta de controlo da informação. Esta situação que leva a uma falta de credibilidade e segurança por parte de quem disponibiliza informações demasiado pessoais, porque se perde o seu controlo após as mesmas serem colocadas *online*. Daí, na nossa perspetiva, talvez algum desconforto ou até constrangimento por parte de quem era contactado em revelar a sua situação laboral.

Em face deste resultado menos positivo enveredei por uma nova etapa, o contacto face a face. Ou seja, em vez de contactar as pessoas via internet passei a divulgar o meu projeto de investigação pessoalmente a todas as pessoas conhecidas, amigas, familiares, expondo os objetivos da nossa pesquisa e questionando-os sobre a sua disponibilidade, não só em colaborar através da cedência de uma entrevista a agendar segundo as suas primazias, mas também, indicar outros interlocutores que estivessem inseridos nas suas redes sociais e disponíveis em participar.

A partir da representação gráfica em baixo apresentada é possível perceber o caminho traçado por nós para chegar até aos entrevistados. Vejamos:

Figura 2: Caminho até aos entrevistados⁸



⁸ Referência: contactos realizados entre outubro 2011 e janeiro de 2012.

- Marta é filha de uma amiga de um familiar da entrevistadora que, por sua vez indicou uma amiga sua, Joana;
- a entrevistadora é amiga de escola de Fernanda;
- a entrevistadora conhecia uma pessoa que trabalha numa faculdade no Porto que lhe indicou o Júlio e o Filipe;
- a Rute é filha de um amigo da entrevistadora;
- a Bárbara é sobrinha de um familiar da entrevistadora;
- Vasco é familiar direto da entrevistadora que, por sua vez indicou um amigo de trabalho, Francisco;
- Vera é vizinha de uma amiga da entrevistadora;
- Cristina é uma amiga do irmão da entrevistadora, que por sua vez indicou uma amiga de faculdade Vitória;
- por último, Frederico é conhecido de uma outra pessoa conhecida do marido da entrevistadora.

É claro que este modo de aceder aos entrevistados não foi fácil. É de ressaltar que até chegar a estes jovens foram realizados muitos outros contactos. Inicialmente verificamos todos os potenciais casos para se apurar se correspondiam ao perfil desejado e só depois é que foram marcadas as entrevistas. Esta etapa demorou mais tempo do que se tinha julgado inicialmente ser necessário, ou seja, demorou mais um mês do que aquilo que era esperado. Apesar de ter tido bastante aderência, esta situação implicou um envolvimento muito forte da nossa parte, tendo mesmo episódios de algum insucesso, principalmente na abordagem ao grupo de jovens do sexo masculino, que se limitavam apenas a dizer que não estavam interessados em participar. Uma das consequências residiu em termos uma amostra constituída por mais mulheres que homens (quadro 1). Gostaríamos de salientar também que todos os nomes apresentados nesta investigação são fictícios de modo a respeitar o anonimato e a confidencialidade dos participantes.

Paradoxalmente, durante este nosso percurso, embora se pretendesse respeitar o desenho inicial, como se pode constatar surgiram sempre novos problemas, que não foram previstos e que exigiram soluções específicas. Nenhuma decisão sobre o novo passo a dar surgiu de um rasgo inspirador, foi necessário um longo e demorado processo de trabalho com algumas hesitações, desvios e incertezas, todavia, apresentou-se mais como desafio do que propriamente um obstáculo para a própria investigação (Almeida, 1994; Quivy e Campenhoudt, 1992).

3.2.2 *Entrevista semidirectiva*

Conforme anteriormente referido a técnica de recolha de dados contemplada neste projeto de investigação foi a entrevista semidirectiva. Este procedimento técnico, importante para a sociologia, consiste num encontro interpessoal que se desenvolve num quadro e situação social determinados e na qual estão implicados um profissional e um indivíduo. Podemos mesmo dizer que há sempre um contexto, um código, uma mensagem, um contacto, entre o entrevistador e o entrevistado. Instaura-se, assim, uma verdadeira troca na qual o interlocutor exprime as suas perceções, interpretações e experiências acerca de um acontecimento ou situação (Ghiglione e Matalon, 2005). É tipo semidirectiva porque não é inteiramente aberta, nem conduzida para um grande número de perguntas precisas. Ou seja, apesar de haver um guião com perguntas previamente estabelecidas, o entrevistador não está limitado por elas. Ele tem liberdade não só de incluir outras, mediante as respostas dadas pelo entrevistado às primeiras, tendo em conta, é claro, os objetivos da investigação, assim como a sua aplicação não tem que ser forçosamente de acordo com a ordem em que as anotou. Tanto quanto possível, o entrevistador deve *deixar andar* o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e na ordem que lhe convier. O investigador deve apenas reencaminhar, de forma tão natural quanto possível, a entrevista para os objetivos pretendidos de cada vez que o entrevistado deles se afastar (Quivy e Campenhoudt, 1992:194). Portanto “*a grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade*” (Bell, 1997:118).

Contudo, como qualquer outro instrumento ao serviço da investigação em ciências sociais, esta não se encontra imune aos perigos e problemas aquando da sua utilização. E um dos que ressalta de imediato é a complexa e abundante informação obtida e a dificuldade inerente ao seu tratamento. A sua transcrição pode revelar-se muito exposta às perceções e vivências do investigador. Mais ainda, toda a envolvente existente no momento da entrevista como por exemplo, o local, a hora ou até mesmo a inibição do entrevistado, resultante da interação face a face com o entrevistador, pode influenciar as respostas do inquirido. A relação do entrevistador com o entrevistado deve, por isso, transformar-se durante a entrevista numa relação de confiança, o que pressupõe uma certa familiaridade com a população em estudo. Não se trata de criar uma intimidade com a pessoa em causa, já que, em muitos casos, provoca efeitos negativos limitando a espontaneidade do entrevistado, este deve apenas sentir-se à

vontade, ocupando um lugar central durante a entrevista para que possa tomar em muitos momentos a iniciativa do discurso. O entrevistador deve assim evitar condicionar as respostas pelas próprias perguntas que faz, risco que existe, sobretudo, quando se parte para o trabalho de campo com um esquema teórico explicativo, predefinido e demasiado elaborado (Lalanda, 1998:874).

Neste sentido, tendo em mente todos os fatores acima descritos e mediante a abordagem metodológica na qual nos ancoramos na nossa investigação, este tipo de entrevista, a semidirectiva, foi aquela que nos pareceu mais adequada, uma vez que, por um lado, possuímos aprioristicamente um corpo minimamente estruturado de conceitos, por outro, porque pretendemos dar ao entrevistado uma margem de liberdade para discorrer sobre os tópicos apresentados. Esta situação permitiu-nos obter informações relevantes sobre o percurso de vida pessoal e profissional dos jovens adultos em estudo, mediante a elaboração de um guião de entrevista (ver em anexo I) que se pautou por cinco domínios de análise. Estas são:

i) *trajetória juvenil e percurso escolar*, onde se abordou as recordações escolares desde a infância até a entrada na universidade, o sucesso ou insucesso escolar, hesitações e dificuldades em escolher o curso superior, as redes de sociabilidade, a importância de se ter um diploma;

ii) *trajetória profissional e estratégias de procura de emprego*, onde se abordou as experiências profissionais desde o momento em que terminou o ensino superior até a atualidade; dificuldades ou não na procura de emprego, satisfação face ao trabalho, situação profissional e pessoal atual;

iii) *trajetória de vida familiar privada*, abordando as questões de autonomia, conjugalidade e parentalidade;

iv) *expectativas face a um futuro em aberto*, onde se selecionou questões relativas aos receios e aos projetos futuros quer a nível pessoal, quer a nível profissional;

v) *identificação do entrevistado*, nomeadamente, a sua idade, estado civil, a área de residência, as suas habilitações académicas e a sua situação de habitação e profissional, assim como, a caracterização da sua família de origem, designadamente, capital habilitacional e condição socioprofissional.

Resumidamente, o guião de entrevista permitiu contextualizar conjunturas relativas ao percurso de vida dos jovens em estudo, o seu passado, presente e expectativas e projetos de futuro no âmbito profissional e pessoal.

Após a elaboração do guião de entrevista procedemos à aplicação de um pré teste, no mês de dezembro de 2011, de maneira a verificar se existia alguma questão que suscitasse alguma dúvida e caso fosse necessário proceder à sua alteração. Como não foram apresentadas quaisquer dificuldades o guião de entrevista não foi alterado.

A recolha dos depoimentos dos jovens entrevistados ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2012 e foram realizadas nas mais variadas horas e locais, como, por exemplo: casa dos entrevistados, casa de amigos e familiares dos entrevistados, gabinete de trabalhos dos entrevistados e até num restaurante. A maior parte das entrevistas foram realizadas na área de alimentação de centros comerciais: Parque Nascente, Maiashopping, Nortshopping e Arrábidashopping, tendo havido sempre a preocupação de seleccionar sempre que possível locais sossegados. Todas as entrevistas foram gravadas, o que permitiu posteriormente a sua transcrição e a possibilidade de análise dos dados aí contidos, assim como reviver de algum modo o ambiente vivido aquando da sua realização. O tempo de duração de cada entrevista foi variável, entre os quarenta e cinco minutos para os entrevistados que tiveram a propensão para resumir e sintetizar as respostas, perto de duas horas para os que se alongaram nos seus discursos. Foram explicitados a todos os entrevistados os objetivos e a finalidade da investigação, assim como a importância do seu contributo para o nosso estudo. Garantimos também a todos os atores confidencialidade e acesso à informação por eles facultada.

Gostaríamos ainda de salientar que não é nosso propósito fazer uma generalização estatística dos resultados porque não temos uma amostra da qual se possa inferir as particularidades e características de um universo de estudo. Pretendemos sim, a captação de testemunhos de percursos de vida de jovens adultos. Por esse facto, nenhuma outra técnica nos pareceu tão eficaz como a entrevista semidirectiva para este projeto de investigação.

3.2.3 Análise de conteúdo

Uma vez realizadas e transcritas as entrevistas foi necessário decidir qual seria a melhor solução para o tratamento e análise da informação empírica das mesmas. Neste contexto, decidimos proceder a uma análise de conteúdo que, segundo Berelson, “*é uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações*” (in Bardin, 2011:38). Por outras palavras, a análise de conteúdo tem como objetivo estudar o sentido e o significado da informação dada a partir da qualificação da frequência com que aparecem certas expressões, palavras, conceitos ou temas. Aplica-se a tudo o que é referido em livros, jornais, ilustrações, entrevistas, publicidade, entre muitos outros documentos.

Fazer a análise de conteúdo das informações contidas nas entrevistas realizadas foi fundamental para apreendermos a vertente simbólica e latente dos discursos apresentados. Para a efetuar foi preciso primeiro determinar categorias pertinentes que permitissem classificar e quantificar, ou seja, estabeleceu-se tópicos de análise, itens gerais que foram depois relacionados com as partes correspondentes do documento. Isto porque as respostas fornecidas pelos elementos entrevistados foram as mais variadas. Para que essas respostas pudessem ser adequadamente analisadas tornou-se necessário construir uma grelha de análise dos significados, onde foram organizados e sumariados os dados, acompanhados por excertos para que não perdessem o seu sentido. Ao analisarmos as significações do corpus em que o inquirido foi convidado a expressar a sua opinião, a análise de conteúdo permite captar informações e ideias explicitamente apresentadas, mostrando assim, a importância relativa atribuída pelos atores sociais aos temas apresentados como, por exemplo: vida escolar, profissional e pessoal.

Realçamos que foi feito um esforço no sentido de analisar e interpretar toda a informação de forma apropriada para que as conclusões obtidas se pudessem traduzir no máximo de objetividade e cientificidade.

3.3 Caracterização da amostra

Para este projeto de investigação definimos como população alvo, jovens de ambos os sexos com as seguintes características: indivíduos com qualificações académicas de nível superior, desempregados ou encontrando-se a trabalhar em situação de precariedade, nomeadamente, indivíduos com contrato de trabalho temporário, contrato de trabalho a termo (certo ou incerto), trabalho ao domicílio, trabalho a tempo parcial, contrato de prestação de serviços, entre outros, com idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos. A escolha desta faixa etária prende-se com o facto de atualmente se verificar um progressivo prolongamento temporal do processo de transição para a vida adulta por parte dos jovens, consequência direta do prolongamento da escolarização, do aumento da competitividade no mercado de trabalho, das taxas de desemprego, da instabilidade laboral e, ainda, pela incompatibilidade cada vez mais frequente entre qualificações adquiridas, saídas profissionais e expectativas pessoais. Os jovens com esta faixa etária teriam, assim, já alguma experiência de mercado de trabalho.

Esta seleção de critérios deve-se ao facto de não se pretender uma pesquisa exaustiva sobre o objeto em estudo, e não querendo, por conseguinte, uma análise quantitativa sobre uma amostra numericamente extensiva definiu-se como procedimento a constituição de uma amostra intencional segundo o modo de seleção dos entrevistados, justificada pelo propósito de selecionar os elementos a serem incluídos de forma a viabilizar uma maior heterogeneidade e diversidade do universo que se pretende analisar. Quanto mais diferenciados fossem esses percursos de vida, ao nível das discrepâncias de idade, sexo, qualificações académicas, áreas científicas, contratos de trabalho e projetos pessoais, maior seria a possibilidade de conhecer as suas trajetórias quer profissionais, quer pessoais, ainda que circunscritas à amostra intencionalmente selecionada. É de salientar que este projeto de investigação não revela ambições de representatividade em larga escala ou até de extrapolação para o universo de juventude portuguesa no âmbito de percursos de vida.

Mediante este processo foram então aplicadas entrevistas semidirectivas a treze jovens que reuniam as características que expusemos atrás e que se mostraram disponíveis no envolvimento desta pesquisa. A sua identificação sociográfica é apresentada nos quadros (1 e 2) baixo representados.

Quadro 1: Caracterização dos jovens entrevistados por idade, área de residência e habilitações académicas

Entrevistados	Sexo	Idade	Área de Residência	Habilitações Académicas
Marta	Feminino	26	Maia	Licenciatura Cardiopneumologia
Bárbara	Feminino	30	Maia	Licenciatura Gestão do Património
Joana	Feminino	30	Porto	Licenciatura Gestão Recursos Humanos
Fernanda	Feminino	29	Matosinhos	Licenciatura e Mestrado Sociologia
Rute	Feminino	31	Matosinhos	Licenciatura Gestão do Património/ Mestrado Museologia
Vera	Feminino	31	Rio Tinto	Licenciatura em Tradução
Vitória	Feminino	27	Gaia	Licenciatura Comunicação Social / Pós graduação Comunicação Marketing e Relações Públicas
Cristina	Feminino	29	Guimarães	Licenciatura Comunicação Social/ Pós graduação Consultadoria e Marketing Político
Vasco	Masculino	30	Maia	Licenciatura Tecnologias da Comunicação e Multimédia / Mestrado Gestão dos Sistemas de Informação
Francisco	Masculino	27	Maia	Licenciatura Engenharia Informática
Júlio	Masculino	28	Valongo	Licenciatura Sociologia
Frederico	Masculino	33	Porto	Licenciatura Jornalismo / Mestrado Ciências da Comunicação Política / Doutoramento História
Filipe	Masculino	25	Matosinhos	Licenciatura em Biologia / Mestrado em Biologia / Doutoramento Ciências e Tecnologias do Ambiente

Fonte: Entrevistas (janeiro – fevereiro 2012).

Deste modo, da amostra construída facilmente verificamos que oito dos entrevistados são do sexo feminino e cinco do masculino. Relativamente ao nível etário, o mais novo, Filipe, tem vinte e cinco anos, e o mais velho, Frederico, trinta e três. Na época de realização das entrevistas (janeiro e fevereiro de 2012), à exceção de Cristina que residia em Guimarães, todos os restantes viviam na área metropolitana do Porto. São todos de nacionalidade portuguesa, solteiros e sem filhos. Bárbara, Rute, Cristina, Vasco, Francisco, Júlio e Filipe ainda integravam o agregado familiar de origem que se apresenta como família nuclear (pai, mãe, um ou dois irmãos). Marta, Joana, Fernanda, Vera, Vitória e Frederico já tinham autonomia residencial.

No que concerne às habilitações académicas (apesar de terem terminado o curso em anos diferentes) Marta, Bárbara, Joana, Francisco, Vera e Júlio tinham apenas a licenciatura; Fernanda, Rute e Vasco o mestrado; Vitória e Cristina uma pós graduação; e, por fim, Filipe e Frederico estavam a frequentar o doutoramento. Os cursos mais representados são de áreas como Saúde, Ciências, Ciências Sociais, Humanidades e Tradução, Tecnologias e Gestão.

Quadro 2: Caracterização dos jovens entrevistados por situação familiar, profissão e vínculo contratual.

Entrevistados	Situação familiar	Profissão atual ou último emprego	Vínculo contratual Janeiro/ fevereiro 2012
Marta	Solteiro, sem filhos, divide casa	Cardiopneumologista	Contrato termo certo 1 ano
Bárbara	Solteiro, sem filhos, em casa dos pais	Iniciar o seu próprio negócio	Empreendedora
Joana	Solteiro, sem filhos, casa própria	Técnica de ambulância	Efetiva
Fernanda	Solteiro, sem filhos, quarto alugado	Bolseiro de Investigação	Bolsa de investigação 3 anos
Rute	Solteiro, sem filhos, em casa dos pais	Desempregada	Desempregada desde fevereiro 2011
Vera	Solteiro, sem filhos, casa alugada	Desempregada	Desempregada desde janeiro 2011
Vitória	Solteiro, sem filhos, quarto alugado,	Desempregada	Desempregada desde junho 2011
Cristina	Solteiro, sem filhos, em casa dos pais	Técnica Comunicação <i>online</i>	Não tem contrato escrito
Vasco	Solteiro, sem filhos, em casa dos pais	Consultor A. Informáticas	Contrato a termo certo 9 meses
Francisco	Solteiro, sem filhos, em casa dos pais	Engenheiro Informático	Contrato a termo certo 6 meses
Júlio	Solteiro, sem filhos, em casa dos pais	Coordenador C. Comunitário	Trabalhador Independente
Frederico	Solteiro, sem filhos casa própria	Bolseiro de Investigação	Bolsa de Investigação 2 anos
Filipe	Solteiro, sem filhos, em casa dos avós	Bolseiro de Investigação	Bolsa de FCT

Fonte: Entrevistas (janeiro – fevereiro 2012).

No que respeita à situação profissional, Rute, Vera e Vitória estavam desempregadas. Bárbara iniciava o seu próprio negócio. Joana tinha passado recentemente aos quadros da empresa. Os restantes entrevistados encontravam-se todos a desenvolver uma atividade profissional na sua área de formação à exceção de Frederico e Júlio. Nenhum deles tem um vínculo estável com a entidade empregadora.

Quanto à origem familiar dos jovens entrevistados podemos salientar de que se trata maioritariamente de filhos de pais que possuem apenas o diploma da 4ª classe (ensino primário), portanto, detendo um reduzido capital habilitacional. Apenas ambos os pais de Filipe e a mãe de Francisco têm o 12º ano. O seu pai (já falecido) assim como ambos os pais de Frederico são detentores de diplomas do ensino superior, desempenhando a sua atividade, no caso da mãe, no setor das profissões intelectuais e científicas, e o pai, na de dirigente de quadros superiores de empresas. Os restantes progenitores inserem-se em categorias profissionais como: operários, agricultores, vendedores, trabalhadores não qualificados, pessoal administrativo, na sua generalidade por conta de outrem. Por conta própria apenas há a registar os pais de Marta, Joana, a mãe de Bárbara e o pai de Júlio. Na situação de reformados, registam-se os pais de Vasco, Cristina e Vera.

Por último, salientamos que iniciaremos no próximo capítulo a etapa de apresentação e análise dos resultados empíricos recolhidos e tratados de acordo com os aspetos técnicos atrás descritos.

Parte II

Entre empregos e Trabalhos: o adiar de uma vida

Capítulo IV. As diferentes formas de viver o percurso educativo

A escola é, para a grande maioria dos jovens, um local de transmissão de saberes, de oportunidades, de realização pessoal, de construção de identidades, de experiências em que entram não só em ação valores, mas também expectativas de projetos de vida futuros. Mundo de relações sociais estabelecidas entre professores, colegas e um sem número de indivíduos, onde as afetividades estabelecidas podem ditar uma maior ou menor satisfação ou insatisfação, aceitação ou rejeição face ao contexto escolar. Em suma, um conjunto de sentimentos experimentados que podem desencadear diferentes formas de estar e viver o percurso académico.

Assim, neste capítulo, como anteriormente referido, iniciaremos a discussão dos resultados empíricos obtidos através das entrevistas realizadas e ao enquadramento dos mesmos nos diversos enfoques teóricos, encetando com a apresentação da análise das trajetórias escolares dos entrevistados desde a entrada na escola primária até à universidade. Contudo, gostaríamos de salientar que não é nosso propósito fazer aqui uma descrição exaustiva dos trajetos escolares destes jovens, apenas apresentar algumas vivências, sonhos, expectativas, dificuldades, impressões que os marcaram na sua passagem pela escola.

4.1 Percursos atribulados

Com uma infância muito conturbada devido à separação dos pais, Fernanda viveu quase sempre com os avós que eram agricultores. Como ela mesmo conta «*a minha infância foi um bocadinho estranha porque eu andei de um lado para o outro... mas era a minha avó que estava comigo a maior parte do tempo... eu era uma criança um bocado solitária também, eu só brincava com as minhas primas quando elas lá estavam e então eu tinha que arranjar brincadeiras, e arranjava, divertia-me assim, só que pronto não estava com outras crianças e então tinha que arranjar coisas que dessem para eu estar sozinha a brincar (...) portanto, não sei se foi um bocado pela minha infância, pronto, não estar habituada a estar com outras pessoas e a brincar com outras crianças, a entrada na escola fez-me muita confusão porque eu tinha que estar com imensos meninos.... A única coisa que eu realmente gostava da escola era da coisa de aprender, dos livros, gostava imenso dos livros, de folhear livros novos para aprender coisas novas, pronto, isso eu gostava. Gostava dos professores, agora não gostava dos colegas, eles eram um bocado malucos, não eram assim quietinhos como eu, então*

tive alguma dificuldade em me adaptar» (29 anos, Mestrado em Sociologia).

De facto quando um jovem inicia o seu percurso escolar encontra um mundo novo, com ideias, amizades, influências, oportunidades, situações com as quais, até então, nunca se tinha deparado. Afastar-se do aconchego do lar e enfrentar algo desconhecido significa um grande salto na vida de qualquer jovem. A entrada na escola primária para Fernanda apresenta-se assim como “algo confuso” porque representa o primeiro afastamento significativo do núcleo familiar (Benavente *et al.*, 1997). Contudo esta jovem que, em criança, queria ser hospedeira, descobre no secundário a sua afinidade com *«sociologia e achei aquilo interessantíssimo e depois quando passei para a universidade adorei, desde o primeiro ano que andava fascinada, completamente»*. Hoje *«gosto muito de ser socióloga mesmo que de vez em quando esteja desempregada»*.

Apesar de Fernanda ser um bocado tímida o seu percurso escolar foi realizado de forma linear e com sucesso, finalizando na obtenção de uma licenciatura em sociologia, área que adora e na qual trabalha como bolseira de investigação.

As transições entre ciclos de ensino também são momentos marcantes na vida social dos jovens. A mudança da escola primária para a básica e depois para o secundário nem sempre representa um momento agradável para muitos jovens. Foi o caso de Cristina, aluna interessada e participativa até à entrada do secundário.

«O secundário foi uma mudança um bocado complicada para mim porque eu fiz a primária num sítio e depois andei do quinto ao nono noutra... então eu quando venho do nono ano para o décimo ano, quando venho para o secundário...o primeiro trimestre foi muito complicado porque eu vinha de uma escola pequena, privada, onde tinha muita proximidade e muita relação com os professores e funcionários e eu cheguei ali e tinha...eu conhecia ...muita gente, identificava muitas pessoas mas não tinha afinidade com elas porque a maior parte dos meus amigos foi para outras escolas, e então para mim foi um pouco aquele choque de transição de passar de uma escola pequenina, que era a minha família, para um sítio onde eu era desconhecida por assim dizer, portanto, eu no secundário não fiz amizades porque me isolei bastante e apenas mantive contacto com pessoas com quem já tinha algum tipo de relacionamento. Portanto, para mim o secundário passou-me assim um pouco ao lado, por assim dizer, foi mais fazer as aulas e pouco mais, dedicar-me às aulas sem fazer grandes amizades» (29 anos, Pós graduação em Consultadoria e Marketing Político).

Aliás, segundo Abrantes (2008:80), a mudança de ciclo de ensino, sobretudo quando acompanhada de uma transferência entre estabelecimentos escolares, implica quase sempre uma transformação dos grupos que os alunos compõem e com quem

passam grande parte do dia, ou seja, das suas redes de sociabilidade. Esta situação implica não só um processo de rutura com uma ordem que já estava estabelecida, mas também leva a que muitos jovens tenham um sentimento de ter que “começar de novo”. No entanto, apesar da passagem do jovem entre estes contextos permitir um significativo potencial emancipatório no indivíduo e na sociedade, é de salientar que, mesmo que este pressentimento se reflita durante um período transitório, se trata de uma violência arbitrária que pode potenciar mecanismos de desintegração, aversão, exclusão e desorientação. Assim, a mudança para um ambiente escolar diferente daquele a que estava habituada conduziu esta entrevistada, como anteriormente podemos ler nas suas palavras, a uma singeleza nas redes de relações com colegas e professores, tornando-se estas mais distanciadas, formais e instrumentais o que favoreceu a sua desunião do ambiente escolar, conduzindo-a mesmo, a um sentimento de alienação estudantil. Todavia, Cristina ingressa na universidade porque segundo o seu discurso *«ninguém sai de um décimo segundo ano de humanidades ou científico natural a saber fazer alguma coisa (...) Só temos conhecimentos teóricos. Uma licenciatura não é apenas um diploma, é na minha opinião a aquisição de conhecimento mas também a aquisição de ferramentas que nos dá uma maior polivalência»*. Apesar de entrar na universidade na área que lhe interessava *«Línguas na vertente de português e alemão»* Cristina não gostou do curso e *«tive um ano e depois mudei para a área de comunicação e gostei muito»*. Percurso com sucesso que acabou por se traduzir numa licenciatura em Comunicação social na vertente de Relações Públicas. Área que Cristina adora e trabalha atualmente.

Podemos mesmo dizer que a relação que o jovem estabelece com o professor e com os seus colegas tem muita influência no modo como estes encaram a escola. Na verdade o facto de se gostar ou não da escola passa muitas vezes pela relação que os jovens têm com o professor e com os colegas. Esta visão surge demonstrada nos seguintes relatos.

Para Joana a escola *«foi um inferno. A primária para mim foi um horror. (...) mas a recordação mais marcante foi mesmo o de levar muitas reguadas, muitos estalos, muita violência física por parte da professora, eu não gostava nada da escola. Mas gostei de andar na secundária (...) para começar também fui para a área que queria porque eu gostava muito de humanidades e aí sim fiz um percurso normal. Foi um percurso mediano, vá lá, nada de extraordinário, mas gostava»* (30 anos, Licenciada em Gestão dos Recursos Humanos).

Mediador entre a sociedade e os alunos, o professor é um agente imprescindível

na socialização dos seus educandos. Porém, ser professor não constitui uma simples tarefa de transmissão de conhecimentos e técnicas, consiste em despertar no aluno a interiorização de valores, condutas, sentimentos, tendo em conta a vida deste em sociedade. Não obstante, dentro da sala de aula o que se verifica muitas das vezes é o estabelecimento de regras disciplinares de modo arbitrário que contribuem significativamente para a estruturação de atitudes negativas por parte dos seus educandos. O comportamento do professor é, assim, um elemento chave na construção da representação da escola por parte dos alunos. A forma agressiva como a professora se dirigia a Joana levou a que a sua passagem pela escola primária fosse negativamente valorizada.

No caso de Vera foram os colegas de turma.

«Eu não gostava de ir para a escola e fingia que estava doente para poder faltar às aulas, porque eu não queria ir para a escola e chorava e...fazia birras ... a passagem pela escola primária foi muito atribulada e...eu não gostava de andar na escola porque durante os quatro anos em que estive na escola primária fui vítima daquilo que agora se houve falar que é o bullying⁹... principalmente por parte de uma colega...lá da turma (...) eu queixava-me à professora e ela não se acreditava quando eu lhe dizia o que se passava e achavam todos que aquilo era uma implicância entre nós e... e...e depois a minha mãe passava a vida a correr lá para a escola a queixar-se (...) do secundário gostei, não tive problemas de maior, mas também ficava sempre no meu canto ...eu fui quase sempre uma miúda um bocado apagada» (Vera, 31 anos, Licenciada em Tradução).

Ridicularizar, humilhar, gozar, bater, chamar nomes, são comportamentos que estão cada vez mais presentes no léxico dos miúdos, causando um grande impacto no quotidiano escolar onde muitos professores ainda têm dificuldade em se posicionar face a esta questão. Esta situação pode levar em muitos casos a uma atuação errada por parte do professor pois este pode considerar que esta prática de agressão entre os jovens não passa de uma mera implicância entre alunos, como nos revela o caso de Vera. No entanto, na vítima gera sentimentos de impotência, infelicidade, tristeza, conduzindo-a ao isolamento e a dificuldades de integração social que se podem arrastar durante muito tempo, por vezes até para lá da idade adulta.

Neste contexto, podemos verificar através dos relatos acima descritos que, tal como para muitas outras crianças, a entrada e a posterior permanência na escola quer

⁹ Bulling é um termo em inglês utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidas, praticadas por um indivíduo ou grupos de indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outros incapazes de se defender.

para Joana, quer para Vera, constituíram-se como uma fase marcada por uma forte tensão e ansiedade. Ambas não gostaram da escola primária. Esta foi vista como um lugar desagradável, havendo mesmo uma sensação de encerramento, de hostilidade e estigmatização por parte da professora, no caso de Joana, e pelos colegas, no caso de Vera. Utilizando as palavras de Benavente *et al.* (1997), a escola primária para estas duas entrevistadas foi sentida quase como uma “prisão” onde foram obrigadas a estar e a resistir às constantes agressões.

Os estudos no secundário correram no entanto melhor. Joana seguiu o seu percurso escolar de forma normal, tendo entrado na faculdade no curso que pretendia, Gestão dos Recursos Humanos, e viveu a vida académica o melhor que pode. Vera também continuou os seus estudos, mas sempre muito esforçada, muito apagada, ficando sempre “no seu canto”. As suas notas ficaram sempre aquém das expectativas, por esse facto não conseguiu entrar na faculdade da primeira vez que concorreu, ficando como ela própria diz, *«a repensar a minha vida e tomei a decisão de me candidatar no ano seguinte a faculdades fora do Porto ao curso de Tradução»* onde as médias pedidas eram mais baixas. Todavia, confessa que *«não foi uma aluna brilhante como gostaria de ter sido (...) por várias vezes, em diferentes anos do curso me senti desmotivada (...) durante o meu percurso na faculdade chumbei duas vezes»,* ainda com alguma tristeza, confessa que *«apesar de ser uma pessoa um bocado fechada considero-me uma pessoa sociável e fiz amigos com alguma facilidade, contudo, confesso que não vivi ao máximo a vida académica como talvez devesse ter vivido»*. O percurso escolar foi para Vera uma pesada experiência, pautada por algum desapontamento e insucesso pelo caminho. No entanto, Vera termina a sua licenciatura em Tradução, área que adora e trabalha.

4.2 Caminhos alternativos

Prosseguir os estudos era algo que não estava nos planos de Vasco. Aluno razoável recorda que não se identificava muito com o sistema escolar formal porque *«não gostava muito das filosofias e do português, gostava sim das áreas práticas e das matemáticas»,* por isso decide, quando termina o nono ano, frequentar um curso de formação profissional através do Centro de Emprego de modo a enfrentar melhor o mercado de trabalho. A sua escolha recaiu na *«área das informáticas porque sempre gostei de tudo o que rodeava as tecnologias, por isso é que fui tirar um curso técnico profissional (...)*. Na altura pensava que ia só ficar com o décimo segundo ano e que depois ia trabalhar para

alguma empresa a dar assistência técnica, porque quando andava na escola normal eu não gostava das áreas gerais, não gostava, mas depois quando troquei pelo profissional aí gostei, apliquei-me e fui um dos melhores alunos e ... senti a necessidade de querer mais alguma coisa ...o bichinho continuou a querer saber mais e fui para a universidade (...) Fiquei na minha primeira escolha. Primeira e única escolha: Tecnologias da Comunicação e Multimédia» (30 anos, Mestrado em Gestão dos Sistemas de Informação).

Hoje em dia Vasco encontra-se plenamente satisfeito com o percurso escolar que realizou. O curso de formação profissional surgiu para este jovem como uma alternativa ao sistema formal de ensino, constituindo um ponto de viragem na sua trajetória escolar. O curso realizado permitiu-lhe não só adquirir conhecimentos, experiência, valorização profissional, desenvolver relações interpessoais, compreender as normas e valores das organizações onde posteriormente poderia vir a desenvolver a sua atividade, mas sobretudo, uma resposta adequada aos seus interesses e motivações que passavam por desenvolver um conhecimento na área da informática. O curso de formação profissional ofereceu-lhe novamente o gosto pelos estudos, o que o levou a prosseguir a sua formação académica de modo linear até ao ensino superior, onde conclui com sucesso a licenciatura em Tecnologias de Comunicação e Multimédia, e mais tarde o mestrado em Gestão dos Sistemas de Informação, área em que trabalha.

É verdade que quando os jovens obtêm sucesso escolar sentem-se estimulados em continuar com os seus estudos, visto que a educação pode proporcionar, em termos de futuro, melhores perspetivas de vida. Contudo, muitos jovens em determinadas alturas do seu trajeto escolar não conseguem atingir os objetivos mínimos requeridos para concluir com êxito essa etapa da sua escolaridade. Esta conjuntura faz com que muitos jovens deambulem pela escola imbuídos por um sentimento de desinteresse não conseguindo encontrar correspondência, nem significados na sua vivência quotidiana de estudante, abandonando assim a escola muito cedo. Este aspeto é destacado como podemos ler nas palavras de Júlio:

«No primeiro meio ano tive algumas dificuldades de adaptação à escola primária, não gostava mesmo de ir, custou-me imenso a entrada na escola. Isolei-me nas traseiras e ...e não me relacionei com o grupo, afastei-me um bocadinho. (...) mas fui bom aluno até ao décimo primeiro ano e depois no décimo segundo correu menos bem porque reprovei e...por desinteresse, por desinteresse da escola na altura e não fiz o décimo segundo ano, só o viria a fazer mais tarde no ensino recorrente (...) Portanto... a minha entrada no mercado de trabalho foi aos dezassete anos» (28 anos, Licenciatura Sociologia).

Com um percurso caracterizado pelo insucesso escolar e consequente abandono do sistema de ensino, Júlio ingressa no mercado de trabalho, todavia, o seu caminho é pautado pela instabilidade profissional. Alternando, desde os dezassete anos, entre diversos trabalhos temporários como «*restaurantes de fast food, bares, discotecas, distribuição de publicidade*» entre outros. Este jovem entrevistado sente, passado três anos depois de ter deixado a escola a necessidade de adquirir mais qualificações escolares e competências para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais em acelerada transformação (Guerreiro e Abrantes, 2007:67). Por isso, decide voltar à escola para terminar o décimo segundo ano no ensino recorrente. Durante um ano dedicou-se apenas aos estudos. Seguiram-se mais algumas experiências profissionais, contudo, aos vinte e quatro anos Júlio fica desempregado, situação que o leva novamente ao banco da escola, desta vez à universidade, porque segundo o seu relato «*estava a procurar emprego mas não arranjava trabalho e...e surgiu a ideia de concorrer para o ensino superior e...e porque era uma lacuna...uma lacuna presente (...) e porque quer queiramos quer não, uma forma de progresso profissional é de facto a escolarização (...) concorri aos maiores de vinte e três e entrei na área que queria, Sociologia*».

Ao contrário dos anteriores entrevistados, Júlio não tem um percurso linear, mas sim uma trajetória alternada entre a escola e o mercado de trabalho. Precariedade e instabilidade laboral levam muitos jovens trabalhadores a reatar percursos educativos anteriormente abandonados, como por exemplo terminar o ensino básico ou secundário, licenciaturas, pós graduações e até mesmo mestrados. Para muitos jovens, modalidades como o ensino recorrente ou até mesmo a entrada na universidade pelos maiores de vinte e três surgem como uma segunda oportunidade para quem abandonou precocemente a escola ou não conseguiu completar a escolaridade no período normal. Júlio está atualmente a terminar a sua licenciatura em Sociologia, área em que pensa posteriormente vir a trabalhar.

4.3 Adorei a escola

Todavia, se parte destes jovens entrevistados sentiu o processo de escolaridade como uma imposição, como uma violência até, a que se resistiu e que se abandonou, para os restantes, a escola foi considerada como fundamental na construção do seu percurso de vida, assim como do seu projeto identitário (Abrantes, 2003:93). É o caso dos entrevistados Filipe, Marta, Rute e Bárbara para quem a escola foi entendida como

um local de aprendizagem, de formação, de trabalho, de partilha de saberes e competências.

«(...) eu gostava muito da escola, sempre gostei, sempre fui muito curioso, era um dos melhores da turma, para mim foi muito bom. (...) acho que gostei mais do secundário porque comecei ...vi que eram matérias mais direcionadas para aquilo que eu gostava e já outro grau de exigência, acho que o básico poderia ser um bocado mais exigente, que não é, infelizmente, e... foi aí o tempo mais produtivo em termos de crescimento pessoal e tudo (...) a escola foi muito importante para mim» (25 anos, Doutoramento Ciências e Tecnologias do Ambiente).

Ao contrário de Júlio e de Vera, o percurso escolar de Filipe foi bem sucedido, por isso, nunca colocou outra hipótese que não fosse ingressar no ensino superior *«porque lá está, uma pessoa quando é bom aluno... acho que é o caminho óbvio, lógico, nem sequer se pensa noutra coisa»*. Porém, Filipe não entrou na área que tanto ambicionava Anatomia Patológica Citológica e Tanatológica mas sim na *«segunda escolha, Biologia, mas mesmo assim não fiquei nada arrependido porque até era uma área que achava bonita e... e depois confirmei que de facto era um curso bonito, com muita gente e gostei»*.

Satisfeito com o curso, Filipe opta mesmo por continuar no sistema de ensino depois de ter concluído a sua licenciatura, porque face à turbulência vivida atualmente no mercado de trabalho e às dificuldades que os jovens sentem em *«arranjar um bom trabalho, um trabalho na área pelo menos, fui fazendo um percurso que muita gente faz, optei pelo mestrado e pelo doutoramento»*. Atualmente, aluno no terceiro ano de doutoramento em Ciências e Tecnologias do Ambiente, Filipe, vinte e cinco anos, vai revelando durante a entrevista que não sabe como é que vai ser quando acabar a sua formação, todavia, parece-lhe *«bastante lógico e bastante razoável continuar os estudos e ir para o pós doutoramento»* caso lhe seja concedida uma bolsa, ou quem sabe fazer alguma formação académica no estrangeiro, pois tem o desejo de conhecer, aprender, contactar com outras culturas porque na sua *«área faz muito sentido ...bem ou mal continua a ser muito valorizado passar por uma experiência no estrangeiro (...) mas ainda tenho dois anos para acabar o doutoramento, o que me vai permitir pensar melhor naquilo que vou fazer»*.

Marta adorou a escola primária. Excelente aluna, desde cedo confessa que *«entrou para a primeira classe e pouco tempo depois passou para a terceira»*, por isso, tal como Filipe nunca equacionou outro desfecho que não fosse a entrada no ensino superior. Desde pequena que sempre soube que a área que pretendia seguir era saúde. Assim, no secundário, os pais feirantes de profissão decidiram coloca-la numa escola privada passando a andar sempre em turmas *«dos potenciais futuros senhores doutores»*

situação que detestava porque os colegas eram *«uns verdadeiros betinhos, todos muito ativos»* e ela era muito simples. Por isso, Marta não gostou muito de andar no secundário, surgindo mesmo algumas indecisões no décimo segundo ano *«tanto que eu depois resolvi fazer um décimo terceiro ano porque eu não sabia muito bem para aquilo que eu queria ir, andava ali indecisa quanto a veterinária ou medicina e...também não sabia bem como estavam as minhas notas e então fiz um décimo terceiro ano»*. No entanto, no ano em que concorreu à universidade, Marta não entrou na sua primeira opção: fisioterapia. *«(...) foi por pouco mas como era a mesma faculdade entrei para lá com a ideia de depois intrinsecamente mudar, mas... depois acabei por gostar do curso de cardiopneumologista e fui ficando e agora até agradeço por isso»*. Área que adora e em que trabalha atualmente.

Rute também protagonizou um percurso bastante linear na escolaridade prévia até ao ensino superior. Aluna brilhante e bastante empenhada desde a primária até ao secundário perseguiu desde cedo com determinação o seu objetivo de *«ser professora de matemática e... concorri para Escola Superior de Educação para o curso de matemática e... não consegui por uma décima, lembro-me que foi assim uma coisa... por causa da geometria descritiva que era assim aquela disciplina, pronto, concorri mas não entrei e estive um ano a fazer melhoria de notas, às específicas, e voltei a concorrer no ano seguinte e voltei a não conseguir entrar, no entanto, decidi concorrer a outros cursos da Escola Superior de Educação, nomeadamente, ao de Gestão de Património. Na altura, a minha ideia era entrar e depois na segunda época pedir a transferência para professora de matemática, mas gostei tanto do curso que acabei por não mudar e podia ter mudado porque depois até tinha média para entrar na segunda época»* (31 anos, Mestrado em Museologia). Rute inicia assim o seu percurso académico no curso de Gestão de Património, seguindo mais tarde para o Mestrado em Museologia área que adora e trabalha.

Considerada pela família como Maria rapaz durante a infância, Bárbara gostou sempre muito da escola, tanto que o seu sonho, tal como Rute, era ser professora. Com um sorriso no rosto vai referindo durante a entrevista que se lembra *«inclusive do dia da matrícula em que eu já queria ficar (risos). A maior parte dos miúdos ficam a chorar porque não querem ficar logo no primeiro dia que era a matrícula, para aí uma semana antes, ou que é que foi, já queria ficar lá. Adorei a escola primária. O secundário também (...) e a minha vocação era ser professora primária, sempre quis ser, ensino básico, primeiro ciclo... pensei também em direito porque era uma área que eu me adequava e na altura cheguei a pôr isso em causa, mas não... era professora, não havia hipótese porque era para professora que eu queria*

ir». No entanto, na entrada para a universidade Bárbara não entra na área que tanto desejava, mas sim, em Gestão do Património que constitui *«segunda opção porque achei interessante a parte cultural. Era também um ramo que me cativava e entrei nessa segunda opção e depois resolvi “ah eu vou mudar” porque era na mesma faculdade, mas a meio do curso comecei a gostar cada vez mais, depois também tinha a vertente dos serviços educativos que me fazia de certa forma estar a trabalhar com crianças, no fundo era a função de um professor não é, e acabei por ficar»*. Apesar de gostar muito do curso, de ter sido uma boa aluna durante a licenciatura que tirou, Bárbara nunca trabalhou na sua área. Refere com alguma mágoa que *«contínuo achar que foi sempre uma mais valia apesar de não estar a trabalhar na minha área neste momento. É sempre uma aprendizagem e aprendesse tudo, às vezes muito mais que os conteúdos do curso, o convívio com determinadas pessoas e com alguns professores por vezes acabam por nos transmitir algumas experiências de vida e alguns conhecimentos que de outra forma não os íamos adquirir»* (30 anos, Licenciada em Gestão do Património). Bárbara encontra-se neste momento a abrir o seu próprio negócio.

4.4 Amizades, amores, associações

Mas na realidade, para a maioria dos nossos entrevistados, o melhor da escola foi sem dúvida a socialização entre pares, tendo mesmo, em alguns casos, ficado grandes amizades até aos dias de hoje. Mais do que pelos saberes adquiridos que transmitiu ou pelas competências que permitiu desenvolver, esta instituição foi sobretudo valorizada não só pela sociabilidade que promoveu, mas especialmente, pela convivialidade que permitiu entre pares. Tal como Dubet (1997) sugeriu, a experiência escolar vivida por estes jovens entrevistados não foi estritamente escolar, foi sobretudo feita de relações como: as amizades, as inimizades, as paixões, as associações, os encontros e as tensões com os professores, os jogos, os copianços, entre muitas outras vivências. Leia-se então algumas palavras dos seguintes entrevistados a este propósito.

Aluno razoável durante todo o seu percurso escolar, Francisco relembra com ternura que as impressões que *«detenho da escola são mesmo aquelas paixões avassaladoras, os amores intermináveis, os jogos de futebol, as amizades e inimizades, as birras e os confrontos físicos, os copianços, os meus professores, a disciplina dos mesmos e a forma como o faziam, como por exemplo, através de uma bola de ténis ou a atribuição de pontos verdes, amarelos ou vermelhos (...) as amizades que fiz na escola mantêm-se até hoje, apesar de nos vermos menos vezes agora, mas sei que posso contar com eles, foram muitos anos de companheirismo, de gargalhadas, de muitas aventuras»*.

Adepto do desporto e habituado a passar grande parte da sua infância e juventude *«na rua, a brincar às caçadinhas, às escondidinhas, a jogar futebol, ao berlinde, um monte de jogos tradicionais...a construir cabanas, a correr pelo meio de campos de milho...»* revela que *«de facto enquanto concorria ao ensino superior tive muitas dificuldades na escolha do curso a seguir. Confesso que não sabia o que desejava nem que área se adequaria da melhor maneira à minha personalidade e aos meus gostos, pois não me via a ter que trabalhar dentro de quatro paredes (...) como não sabia para o que queria ir e porque a minha mãe dizia sempre para ir para um curso com saída profissional decidi ir para informática. O facto de ter uma ideia de que esta seria uma área muito criativa, onde pudesse dar asas à minha imaginação e elaborar qualquer tipo de produto, para qualquer tipo de área, ajudou na minha escolha. Mas andei ali um bocado perdido sem saber bem o que queria ser»* (27 anos, Engenheiro Informático).

Francisco formou-se em Informática, no entanto, revela que se fosse hoje *«teria investido numa outra área de estudos, desporto, é algo que gosto e hoje em dia há muitos ginásios, existe uma maior preocupação com a aparência e com a saúde, teria talvez mais liberdade»*. Não é que não tenha gostado de andar na universidade, gostou, mas mais porque o curso lhe deu a oportunidade de alargar a sua rede de sociabilidades através dos colegas de turma e de curso de anos mais adiante, porque quanto às disciplinas, considera que foi *«bombardeado com conteúdos teóricos que estão longe da realidade laboral, com um leque infinito de matérias e trabalhos com os quais não irei lidar no mercado de trabalho»*. Francisco trabalha na sua área de formação.

A mesma opinião tem Frederico, que desde o secundário *«tinha na cabeça que queria ser pivot de televisão»*. Apesar dos pais considerarem que ele tinha apetência para outras áreas *«nunca se opuseram a isso... sempre me deixaram seguir o caminho que eu queria»*. Refletindo atualmente sobre o seu percurso académico, Frederico, reconhece estar arrependido da decisão que tomou quando aceitou ao ensino superior, seguindo o curso desde sempre escolhido, sua única opção, jornalismo.

Protagonizando um caminho linear em toda a sua trajetória escolar, Frederico salienta que tem recordações muito boas do tempo passado quer na escola primária, quer na secundária. *«Gostei muito, tive muita sorte com os professores e com os colegas, alguns deles já vinham da pré-primária comigo. Ainda hoje falo com a minha professora primária, é minha vizinha e tenho recordações ótimas, muito, muito boas (...) a nível do secundário, foi bom, pronto, mais tarde aqueles problemas naturais dos adolescentes, as paixões e os desamores e etc. mas isso faz parte da vida não é, gostei»*. Contudo, *«não gostei*

da minha licenciatura... o que nós aprendemos lá podemos perfeitamente aprender por nós. O curso é muito teórico e nós somos muito novinhos para aquela dose maciça de teoria que nos estão a dar...e pronto...não gostei do curso», mas tentou contrariar esse sentimento aproveitando a *«licenciatura para fazer outros cursos. Fiz um curso de teatro, estive envolvido em muitas atividades na Academia de Coimbra, estive envolvido no desporto também, e em muitas outras coisas (...) fiz muitas amizades e até noutra dia fomos almoçar, éramos uns quatro ou cinco...mas do curso... arrependo-me perfeitamente de ter seguido este curso».* Ainda assim, Frederico menciona que até teve um percurso bem sucedido durante a sua licenciatura não reprovando nenhum ano.

Anos mais tarde, por motivos de realização profissional, Frederico entra novamente na universidade para realizar o mestrado *«em Ciências da Comunicação, mas na variante de Comunicação Política que é uma variante que ... está muito vocacionada para a história, para a história política»* onde a excelente socialização que tinha com os colegas de turma, marcada por um ambiente de entreajuda, assim como com os professores, nomeadamente, o orientador da tese, terá sido preponderante para despoletar de novo o interesse e empenho face aos estudos, revelando mesmo com alguma satisfação que *«gostei, gostei muito, gostei dos colegas e dos professores, aliás o meu orientador de mestrado era uma pessoa super dinâmica, muito motivadora e acabei por me apaixonar por aqueles temas e decidi em relação ao doutoramento apostar também em história e ... finalmente mudei para aquilo que gosto».* (33 anos, Doutoramento em História).

Apesar de ter um percurso profissional um bocado atribulado, Frederico sempre trabalhou na sua área de formação. Encontra-se neste momento a frequentar o segundo ano do doutoramento em História, espera no futuro vir a trabalhar como professor nesta nova área de formação.

Relativamente ao seu percurso escolar a montante do ensino superior, Vitória expõe que a sua professora primária desempenhou um papel importantíssimo na construção da sua identidade e personalidade, atuando como um agente de socialização cujo alcance ainda hoje é visível nas suas palavras: *«a escola primária marcou-me muito por um facto, a minha professora foi professora da minha mãe, e ainda hoje, já não tantas vezes, mas ainda a encontro exatamente igual. Parece que o tempo não passa por ela, é uma senhora de origens africanas mas muito meiga, muito afetuosa com as crianças. Aliás, recordo que ela se tinha reformado no nosso terceiro ano e fez questão de não se reformar e pediu uma licença especial para conseguir levar-nos até ao fim, gostei muito dela (...) gostava muito daquelas disciplinas que os outros achavam uma seca, sempre tive muita curiosidade em*

perceber de onde vinham as coisas, os vários pontos de vista das coisas». Aluna mediana durante o secundário narra que esta «foi a etapa da rebeldia, digamos assim, já a começar a entrar na área das associações dos estudantes, das manifestações, portanto, acho que é algo que nos marca assim um bocado, também foi uma altura em que comecei a fazer parte das associações fora da escola e a fazer voluntariado, acho que também tudo isso é importante para nos afirmar-mos como pessoas (...)».

Sempre muito comunicativa nunca teve dúvidas daquilo que queria seguir aquando a sua entrada no ensino superior: Comunicação Social. Filha única iniciou o seu percurso académico em Abrantes para choque dos pais. Apesar de no início se sentir um bocado só, afirma que gostou muito da sua passagem pela universidade, considerando mesmo que esta tinha *«um ambiente muito familiar»*. Dessa experiência revela ainda que a praxe lhe deu a oportunidade de alargar a sua rede de sociabilidades, fazendo assim amizades mais rapidamente com os colegas de turma. Continuou a fazer parte de uma série de associações ao longo do seu curso, assim como do jornal da universidade, tendo também realizado *«algumas colaborações com jornais locais»*. Foi uma etapa de vida que adorou, não só porque estava no curso com que sempre tinha sonhado, mas sobretudo, devido aos conhecimentos que travou com os colegas, professores e ainda com as mais variadas pessoas que vinham dos mais diversos locais como *«dos Açores, da Madeira, Braga, Algarve, tinha até pessoas de Cabo Verde e de muitos outros sítios... que me ajudaram a conhecer um mundo diferente»* (27 anos, Pós graduação em Comunicação Marketing e Relações Públicas).

Com um percurso profissional um bocado atribulado, Vitória apenas tem contacto com a sua área de formação quando realiza pequenas colaborações para jornais e revistas como freelancer.

Em síntese, como podemos verificar a relação que estes jovens estabeleceram com o ensino básico e secundário foi relativamente linear para alguns, acidentado e difícil para outros, positivo e gratificante para a maioria. Com efeito, todos ingressaram na universidade, no entanto, se para a grande maioria destes jovens esta entrada significou a concretização de um sonho, como no caso da Joana, Fernanda, Vitória, Cristina, Vera, Vasco, Francisco, Júlio e Frederico, para os restantes, Marta, Bárbara, Rute e Filipe, o início deste caminho trouxe algumas dificuldades, visto que não tiveram acesso ao curso superior pretendido, por ficarem aquém da média de admissão dos cursos desejados, levando-os a um reequacionamento das suas opções para áreas de

segunda escolha, colocando por vezes em causa todo o investimento escolar anterior.

Apesar de todos os entrevistados salientarem que a entrada no ensino superior foi basicamente uma vontade pessoal de desenvolvimento e prosseguimento dos estudos, um ou outro vai assinalando motivos como, a perspectiva de acesso a um curso superior enquanto meio de auferir um emprego melhor, a par de interesses como a área de estudo e a vontade de ampliar conhecimentos.

Estas opções, apesar de assentarem, segundo todos os entrevistados, em decisões individuais, estes não deixam de considerar também a importância e até a influência da rede familiar e de amigos na tomada de decisão. Com efeito,

«...sinto-me bem em ter a opinião da minha mãe, perceber se ela está de acordo ou não. E na altura só lhe pedi a opinião a ela» (Fernanda, 29 anos, Mestrado em Sociologia).

«...na altura o Filipe também me motivou, ele na altura falava e via que eu gostava de ir visitar museus ao fim de semana e ele disse-me, quanto mais não seja tens uns meses de experiência nesse curso que é uma área que tu também gostas e depois pedes transferência» (Rute, 31 anos, Mestrado em Museologia).

Por último, quando questionados se voltassem atrás teriam feito as mesmas opções em termos de estudos, apenas Francisco e Frederico referem que não, já que estes teriam investido noutra área de formação. O primeiro entrevistado não é porque não tenha gostado do curso que realizou, mas sim porque passar *«todo o dia atrás de uma secretária e em frente a um computador não é, definitivamente, mesmo para mim (...) teria investido numa outra área de estudos, desporto»*. No caso de Frederico, este *«mudava para outra área, mudava para um curso mais abrangente... o Direito por exemplo (...) ou para uma área que me desse mais prazer, jornalismo nunca, já mais, até porque o curso é completamente inútil»*. No que concerne aos restantes entrevistados e apesar, de por exemplo, Cristina, Bárbara e Júlio considerarem que os seus cursos também tinham uma componente teórica excessiva, que deviam ser mais práticos, todos revelaram que não desejariam trocar a suas licenciaturas por outras áreas científicas.

4.5 *Eternos estudantes*

A educação ocupa cada vez mais um lugar central na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas. A divisão tradicional de existência de períodos distintos de tempo de infância e de juventude consagrado à educação escolar já não corresponde á realidade da vida contemporânea e muito menos às exigências do futuro. Presentemente, ninguém pode apenas pensar que a bagagem inicial de conhecimentos realizada durante a juventude baste para toda a vida. Hoje em dia, o mundo laboral está em constante evolução exigindo por isso, cada vez mais, uma atualização contínua de saberes (Alves, 1998).

A integração no mundo do trabalho mostra que a educação e a formação profissional são muito importantes na medida em que a sociedade pretende pessoas com determinados valores, com perfil, com qualificações, com métodos e hábitos que ofereçam garantia para a solução das tarefas. O mundo do trabalho, cada vez mais, exige pessoas com formação e informação adequadas independentemente da atividade que desempenha. O indivíduo precisa de possuir competências não só para procurar respostas para as suas necessidades ou aspirações, mas também para a resolução de situações que se lhe possam deparar. Deve, por isso, aprender, aperfeiçoar e desenvolver capacidades, analisar e resolver problemas, adquirir conhecimentos e tornar-se apto a transferir para a vida a formação e a informação que recebeu. O indivíduo terá de se preparar de forma cultural, moral, cívica, intelectual, psicológica e profissional para que se realize na sociedade e contribua para a realização da mesma. Por todas estas razões, parece impor-se, cada vez mais, o conceito de educação para toda a vida, dadas as vantagens que oferece em matéria de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço. Além de juntar o conhecimento não formal ao conhecimento formal, o desenvolvimento de aptidões inatas à aquisição de novas competências, a educação de adultos reveste-se de variadas formas, como por exemplo, a inscrição a tempo parcial em estabelecimentos universitários, cursos de línguas, formação profissional e reciclagem, formação no seio de diferentes associações ou sindicatos, sistemas de aprendizagem abertos e de formação à distância (Delors, 1996:107). O aumento significativo da procura da educação por parte dos jovens adultos é tal neste campo que já se fala numa verdadeira explosão. Apesar de nosso país a taxa de participação da

população na educação de adultos corresponder a 11,6% (2011)¹⁰ em países como a Suécia ou o Japão, as taxas de participação já se situam por volta dos 50%, o que leva a crer que o desenvolvimento deste tipo de atividades corresponda, em todo o mundo, a uma forte tendência, capaz de reorientar a educação no seu conjunto, para uma perspetiva de educação permanente (Idem:108).

Neste sentido, com um percurso escolar bem-sucedido, Filipe optou por continuar no sistema de ensino e está neste momento, tal como Frederico, a realizar o doutoramento. Júlio (Licenciatura), Vitória, Cristina e Francisco (Pós graduação), Fernanda, Rute e Vasco (Mestrado), optaram também por regressar ao sistema de ensino depois de já estarem integrados no mercado de trabalho. Uns motivados pela competitividade patente no mundo laboral, outros por iniciativa própria, aumentando não só as suas qualificações, mas também, atualizando formações, conhecimentos e competências. Em suma, valorizando-se quer pessoalmente, quer profissionalmente.

No entanto, e apesar da educação inicial dos jovens tender a prolongar-se, este percurso formativo não se esgota na aquisição de um diploma universitário. Ele tende a andar lado a lado com a vida profissional dos nossos inquiridos de modo a colmatar lacunas de conhecimentos e competências que consideram úteis e que, por algum motivo, não foram incluídas na formação inicial.

Atualmente, as qualificações de cada indivíduo são diariamente postas em causa pelas novas formas de fazer e/ou pelo aparecimento de novos ramos de atividade assistindo-se à contínua obsolescência dos postos de trabalho (Cabrito, 2008:1001). Portanto, para fazer face à constante mudança tecnológica e ao desafio da era da informação e da comunicação, o reforço dos conhecimentos adquiridos quer na escola ou na universidade, quer em situações mais informais no âmbito de um percurso individual diversificado, desempenha um papel cada vez mais importante no contexto da sociedade atual. Os trabalhadores têm por isso que enveredar por um processo contínuo de formação, como única forma de serem capazes de responder em tempo útil, às exigências do mercado, isto é, serem empregáveis (Idem:102).

Neste contexto, a preocupação em atualizar os conhecimentos é uma constante nos nossos entrevistados, comprovando assim uma postura interessada, ativa, criativa e crítica face à formação complementar. Participam por isso em jornadas, congressos, seminários, *workshops*, estágios, formações nas mais variadas áreas. Procuram

¹⁰ Fonte: Observatório das Desigualdades <http://observatorio-dos-desigualdades.icies.iscte.pt/index>

sobretudo respostas para questões práticas que lhes surgem no trabalho no dia a dia «*porque nós quando estamos na universidade nós não temos dúvidas de como é que é na prática, as nossas dúvidas são teóricas, agora quando já estamos no mercado de trabalho nós dizemos “eu fiz isto mas não correu bem, onde é que eu errei, como é que eu posso fazer melhor” portanto nós ao fazermos novas formações temos exemplos práticos que podemos melhorar e tirar mais facilmente relações para futuras ações*» (Cristina, 29 anos, Pós graduação em Consultadoria e Marketing Político).

Em conclusão, continuar a estudar é um objetivo comum a todos os nossos entrevistados, contudo, é certo que existe uma diferença considerável entre o projeto de prosseguir os estudos e a sua efetiva concretização. Dificuldades em conciliar horários de trabalho com os do curso no caso de Marta e Joana, mas sobretudo a falta de recursos económicos segundo Bárbara e Vera, são razões apresentadas para adiarem por tempo indeterminado esse projeto.

Capítulo V. Trajetórias profissionais: relações de trabalho heterogêneas e descontínuas

A vulnerabilidade do mercado de trabalho, o aumento da taxa de desemprego, a fragilidade da relação salarial e a consequente expansão das novas modalidades de emprego e trabalho não permanentes atingem, atualmente, trabalhadores de todas as idades, profissões e habilitações. No entanto, têm vindo a ser particularmente afetadas por esta realidade nos últimos tempos os jovens diplomados. Na verdade, se anteriormente o futuro de um jovem licenciado parecia estar imediatamente garantido à saída do sistema educativo, hoje em dia, a construção de uma carreira estável (salário justo, progressão na carreira, realização profissional e boas condições de trabalho) é muito dificultada, uma vez que quem procura emprego, presentemente, encontra um mercado laboral instável, com uma acelerada mudança e reestruturação tecnológica que remete para uma crescente precariedade laboral e, conseqüentemente, para um processo de inserção profissional mais prolongado.

Assim, neste capítulo, procederemos à apresentação, de uma forma genérica, das trajetórias profissionais dos jovens por nós entrevistados desde a sua inserção no mercado de trabalho até à sua situação profissional atual¹¹.

5.1 Efetivos à procura de trabalho

Quando perguntamos a Vasco, trinta anos, se ele poderia descrever como decorreu o seu processo de transição para o mercado de trabalho após terminar o seu curso, ele muito prontamente refere que foi «*um daqueles contemplados que mal acabou a licenciatura, passado um mês e meio, já tinha uma proposta de trabalho*».

No entanto, a sua primeira experiência profissional já tinha ocorrido ainda antes da conclusão da sua licenciatura. Relembremos que Vasco não pensava em ingressar na universidade por isso decide fazer um curso de formação profissional na área de informática através do Centro de Emprego. Pouco tempo depois de ter iniciado esse curso foi-lhe feita uma proposta para trabalhar na empresa onde estava a fazer a formação. O trabalho que consistia em dar assistência técnica a nível de *hardware* a empresas, lojas, etc. Confessa que na altura viu esta proposta como sendo a sua

¹¹ Época em que se realizaram as entrevistas: janeiro – fevereiro 2012.

oportunidade de entrar no mercado de trabalho e como ainda não pensava em ingressar na universidade, aceitou. Durante os três anos de formação profissional Vasco trabalhou para essa empresa mas *«sempre num regime de por baixo da mesa, não havia descontos, não havia vínculo nenhum, de tal forma que quando me decidi a vir embora vim sem qualquer tipo de indemnização da parte deles para comigo, e sem indemnização da minha parte para com eles»*. Este seu primeiro emprego ainda se prolongou durante o primeiro ano de formação universitária, todavia, como não conseguia conciliar os estudos com o trabalho optou por o deixar dedicando-se apenas à licenciatura. Entretanto, no seu último ano de curso um amigo que dava aulas num centro de atividades de tempos livres convidou-o para ir para aquela instituição, duas vezes por semana, ensinar informática. Vasco aceitou apesar de ser *«também sem qualquer tipo de contrato»* pois seria só durante aquele ano letivo.

Quando termina a sua licenciatura em julho de 2006, em Tecnologias da Comunicação e Multimédia começa à procura de emprego. Na altura decide começar por se inscrever no Centro de Emprego e depois pensou *«bem, eu agora vou um mês descansar e depois em setembro penso novamente no assunto. Estava de férias e recebo uma chamada do Centro de Emprego para me apresentar na semana seguinte em Braga para uma entrevista...fui à entrevista e foi-me apresentado um projeto que me parecia interessante, pareceu-me inovador para um jovem que tinha acabado de sair da universidade e que tinha já alguma responsabilidade para fazer alguma coisa interessante. Pronto, isto foi em finais de agosto e em inícios de setembro comecei a trabalhar em Braga»*.

Vasco menciona que durante os primeiros tempos esteve num regime que ele denominou do *«não sei, não sei se ficamos contigo ou não»* por isso continuava à procura de emprego. Contudo, em março do ano seguinte surgiu a oportunidade de realizar na empresa um estágio profissional durante nove meses. No fim desse período, foi-lhe proposto entrar para os quadros da empresa. *«Fiquei efetivo, entrei diretamente para o quadro e fiquei durante dois anos apenas como funcionário, mas ao longo do tempo foi necessário uma mudança de estrutura e nessa altura fui promovido para diretor técnico da empresa»*. Porém, com o passar do tempo Vasco começou a não se sentir realizado. Sentia que tinha chegado a um patamar em que *«não havia evolução de carreira e comecei a procurar outra coisa... outras empresas que me pudessem realizar a nível profissional, também já estava dentro do mestrado por isso comecei a ter outras visões, queria outras coisas para mim»*. Os pais na altura não viram esta decisão de Vasco com muitos bons olhos. Ele estava efetivo. Tinha um emprego na sua área de formação. É certo que não ganhava muito mas dava para a sua independência pelo que não compreendiam como é que ele ia

agora procurar outro trabalho, ficar novamente a contrato, sem saber o dia de amanhã. Mesmo a nível dos amigos Vasco relata que esta situação de saltar *«de uma empresa onde estava efetivo para uma outra empresa onde passo a estar com um contrato por nove meses causou estranheza»*. No entanto, ele decide arriscar, pois o seu *«objetivo não era estar a desenvolver, não era estar sempre a bater tecla, mas sim ser gestor de um grande projeto e por uma questão de progressão na carreira eu queria trabalhar numa empresa grande ...e não foi difícil. É claro que as empresas grandes não contratam assim facilmente, ainda andei a concorrer aí uns seis meses, mas como estava empregado e estava efetivo, fui mandando para aqui, para ali, para acolá. Inscrevi-me no LinkedIn para saber mais ou menos as empresas que estavam a recrutar e mandava currículos por e-mail ou pelas páginas das empresas, e via também no jornal se havia alguma coisa interessante. Às vezes surgiam entrevistas... mas que não me agradaram, até que depois surgiu a oportunidade de ir para esta empresa e fui»*.

Vasco inicia, assim, o seu terceiro emprego em outubro de 2010 numa das maiores empresas a nível nacional na área de prestação de serviços informáticos, deixando para trás quatro anos de trabalho como efetivo. Refere que se sente integrado, gosta daquilo que está a fazer, gosta dos colegas, o salário não é mau, além de ter a possibilidade de se deslocar para qualquer parte do mundo através da empresa. Menciona também que desde que está nesta instituição já esteve inserido em *«três grandes projetos como o Ministério da Saúde, Mota Engil e agora estou no BCP. São três grandes empresas que dão um peso ao currículo, muito mais substancial, muito mais pesado do que todas as outras empresas em que estive até aqui, por isso estou contente por estar lá a trabalhar»*. No entanto, Vasco ainda não concretizou o seu objetivo: o de estar à frente de um grande projeto, espera que isso se realize dentro de muito pouco tempo, mas caso isso não venha acontecer na empresa onde se encontra neste momento, confessa que não tem problema nenhum em voltar a procurar e mudar de emprego as vezes necessárias até o conseguir materializar.

A trajetória de inserção no mercado de trabalho para Vasco é aquele percurso em que a grande maioria dos jovens recém-licenciados gostaria de protagonizar. Um caminho que corresponde a uma entrada direta no mercado interno das empresas, em que depois de um pequeno período probatório se celebra um contrato sem termo com a entidade patronal, passando a fazer parte do quadro efetivo da respetiva empresa. O interessante em Vasco é que ele quer ter um emprego estável, todavia, não é a segurança de estar efetivo numa empresa que orienta o seu percurso profissional, mas sim a sua vontade de progredir na carreira. Vasco não quer estar sempre a “bater tecla”, ou seja, passar o dia todo sentado numa secretária a introduzir dados, quer sim evoluir,

coordenar, dirigir um grande projeto na sua área de formação. Vasco quer ser diretor de um grande projeto informático, por isso trocou a estabilidade de estar efetivo pela instabilidade de um contrato a prazo e continuará a fazê-lo até o concretizar. Não nos podemos esquecer de que a área da informática é um setor em forte expansão no mercado de trabalho e no qual escasseiam trabalhadores (Guerreiro e Abrantes, 2007), talvez por isso, Vasco se sinta otimista e confiante no que concerne a arriscar face a um universo laboral visivelmente marcado pela insegurança e pela falta de oportunidades. Todavia, não é o único de um itinerário de efetivos que pretende um novo emprego no sentido de progredir na carreira a nível profissional.

Para Joana a estabilidade do emprego é neste momento um dado garantido. O seu posto de trabalho está à partida assegurado porque ela é efetiva, no entanto, também esta jovem procura um novo trabalho, quem sabe uma nova profissão.

Uns meses antes de terminar a sua licenciatura em Gestão dos Recursos Humanos, Joana, de trinta anos, encontra um trabalho num escritório de advogados. Consistia numa substituição de uma funcionária que se encontrava de baixa. Seria portanto um trabalho só por alguns meses o qual ela descreve como *«tenebroso, horrível, eu detestei, eu não gostei nada de trabalhar lá»*. Quando termina a sua licenciatura em setembro de 2005 Joana já não trabalhava no escritório. Depois de alguns *«meses parada»* à procura de trabalho consegue um estágio remunerado, de um ano, na sua área de formação, em Valadares, através do INOV Jovem e patrocinado pelo IAPMEI.

Joana refere que gostou muito *«de lá andar, fazia todo o trabalho administrativo que fosse necessário, lá está, tanto dos recursos humanos como na gestão da qualidade... foi muito interessante... durante um ano ter trabalho, receber e ainda por cima ter formação, é o ideal para qualquer pessoa que começa...gostei muito, só que depois no fim... temos sempre aquela expectativa de lá ficar... mas o que me disseram foi: “ ah! sim! és muito bem-vinda para ficar, mas ficas sem receber” e então eu respondi: “estou lá a trabalhar e não recebo, então não, muito obrigado»*. Durante quase um ano esteve novamente desempregada. Inscreveu-se no Centro de Emprego, *«fartava-me de mandar currículos via email, via Net, via tudo e mais alguma coisa...e durante alguns meses não consegui encontrar nada, também na altura quando se termina a licenciatura uma pessoa pensa “ ah! eu vou encontrar na área” mas não se encontra, mesmo muitos anos depois é muito difícil»*.

Em 2007 arranja um trabalho na sua área de formação como técnica de recrutamento e seleção para a linha de produção da empresa *Swedwood Portugal*.

Durante seis meses Joana fez testes psicotécnicos, entrevistas, provas de grupo, formação de acolhimento a centenas de pessoas. *«Ao fim desses seis meses não havia fundamento para eu lá continuar, aliás o contrato era a termo incerto apenas durante aquilo durasse, eu já sabia disso e pronto vim embora»*. Contudo, nessa altura Joana foi indicada pela sua *«chefe»* para um outro trabalho, também ele de recrutamento, mas desta vez para a *Leroy Merlin*. *«(...) ela indicou-me, eu não fiz qualquer entrevista e fui para lá com um contrato a termo incerto mais uma vez, durante o tempo que eles necessitavam, enquanto durasse o recrutamento e seleção daquele grupo que eles pretendiam, e terminou ao fim de oito meses»*. Mais uma vez, Joana sabia que não ia ficar porque desde o início que lhe diziam que a loja só contratava uma pessoa para a secção dos recursos humanos e o resto das pessoas não eram necessárias. Voltou novamente a ficar desempregada e a procurar emprego. Passados dois meses, a sua antiga *«chefe»* liga-lhe a perguntar se não estava interessada em voltar à *Swedwood Portugal*, já que iam começar um novo período de recrutamento e estavam à procura de colaboradores. Joana aceitou e ficou lá quase um ano. No entanto, Joana continuava a procurar emprego pois sabia que mal cessasse o período de recrutamento vinha novamente embora. *«(...) e então vi um anúncio no jornal que era para técnico de ambulância de emergência para o INEM o qual concorri, ou seja, andar nas ambulâncias, que não tem nada a ver com a minha área de formação»*. Concorreu, foi chamada para a formação, passou nos testes de aferição e iniciou um período experimental de dois meses *«que é para termos algum acidente e desistirmos, vemos mortos e desistirmos, mas eu fiquei lá, pronto»* e iniciou funções no início de 2010. Ao princípio, o contrato era automaticamente renovado e acabou por ficar efetiva no fim de 2011. Todavia, Joana confessa que *«gosto daquilo que faço, estou efetiva mas continuo à procura de trabalho porque... isto não é um trabalho para toda a vida, isto é um trabalho muito stressante, isto é muito desgastante, principalmente o trabalhar à noite, dá cabo do cérebro a uma pessoa e não é só isso...estamos com o mais diverso tipo de pessoas, muitas vezes somos ameaçados, muitas vezes somos insultados e nós as vezes não estamos para isso, não nos pagam o suficiente para nos aleijarmos, para termos um acidente para depois ninguém nos dar nada porque depois o apoio que o INEM dá não é assim grande coisa... e nós só vemos lá pessoas novas, nós não vemos o que acontece aos velhinhos lá, porque não há velhinhos lá, porque as pessoas acabam por sair, por desistir, porque não conseguem aguentar o trabalho que é, porque é muito esgotante, mas... eu vou aguentando até arranjar outra coisa»*.

Como podemos atentar no seu discurso, ao contrário de Vasco, Joana não procura progredir na carreira em termos de lugar de topo, mas sim obter um emprego que não seja tão stressante e desgastante fisicamente como o que tem agora. Refere que

gostava de voltar a trabalhar na sua área de formação, todavia, vai referindo que tem consciência de que essa situação será difícil de concretizar porque *«continuo a procurar emprego, e desde outubro até agora fui só a quatro entrevistas o que é muito pouco. Nós antes tínhamos o Jornal de Notícias e outros jornais onde se tinha muitas páginas com anúncios de emprego e agora olha-se e são muito poucas e pequeninas. Assim como na Net. Antigamente seleccionava-se uma área e aparecia duas, três, quatro páginas, agora só aparece apenas uma, já é menos quantidade e se calhar menos qualidade também, e lá está, menos entrevistas também. Não quer dizer que tenha enviado menos currículos porque eu tenho enviado exatamente a mesma quantidade que mandava antes, só acho que agora não à tanta oferta»*. Menciona por isso que caso não volte a ter essa oportunidade *«tenho mais é que seguir para a frente, eu não posso estar a pensar mais nisso...porque o tempo passa e os nossos objetivos também mudam, pronto, e o meu objetivo neste momento é ter mais dinheiro»*.

Embora Joana tenha consciência das dificuldades, as suas perspetivas face ao futuro são marcadas pelo desejo de mudar de emprego independentemente de ser ou não na sua área de formação.

5.2 Muitos trabalhos, poucos vínculos

Mas se para os dois entrevistados anteriores a mobilidade de emprego parte de uma escolha voluntária, para Fernanda, Cristina, Francisco e Frederico essa situação ocorre à revelia da sua vontade, tendo origem em fatores que lhe são muitas das vezes externos, como o fim do contrato de trabalho ou da bolsa de investigação, assim como o encerramento da empresa onde trabalhavam, ou, então, o facto de não se ajustarem aquele posto de trabalho. Estas experiências prolongam-se por vezes no tempo e acabam por se traduzir em percursos profissionais marcados pela continuidade de situações precárias de emprego alternadas com desemprego.

Francisco concluiu o seu estágio curricular em agosto de 2008, um mês depois de ter terminado a sua licenciatura em Engenharia Informática. Tal como Joana, em cima mencionada, tinha a expectativa de ficar a trabalhar na empresa onde tinha realizado o estágio, visto esta lhe ter dado a oportunidade, a um jovem que ainda não tinha terminado a formação académica, e de vir a ser um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de um jogo de vídeo de animação em *Blender*. Contudo tal não aconteceu. A empresa apesar de ter gostado do trabalho de Francisco alegou que naquele momento não tinha vagas para novos funcionários. Durante os quatro meses seguintes

procura emprego. Refere que *«não foi particularmente difícil encontrar trabalho, apenas uma questão de procura e persistência»* através de *sites* das empresas e anúncios de jornal.

No início de 2009 Francisco começa a trabalhar numa empresa que desenvolvia, distribuía e implementava *software* e *hardware* clínico, ou seja, fazia a implementação e a manutenção de sistemas informáticos na área da saúde. Fica lá a trabalhar durante dois anos, a contrato a termo, que cessa devido *«aos cortes que a empresa estava a fazer»*. O seu contrato não foi renovado, assim como, o de cerca de cento e cinquenta e nove pessoas. Pela segunda vez Francisco começa a procurar trabalho.

Pouco tempo depois inicia o seu terceiro emprego, também na sua área de formação, mas desta vez a recibos verdes. Mesmo assim, continuava a procurar emprego. Declara que não gostava do ambiente deste trabalho e muito menos da situação de ser um falso trabalhador a recibos verdes. No entanto, menciona que ia aguentando, pois esta *«ocupação»*, como ele refere, permitia ganhar algum dinheiro e mais alguma experiência profissional. Ao fim de três meses a trabalhar nessa empresa é apresentado a Francisco uma proposta de este se deslocar alguns dias por semana a Lisboa para dar assistência técnica a um cliente. Apesar de ser uma situação que ele até considerava interessante, Francisco acaba por rejeitar, levando a empresa para a qual trabalhava a dispensar os seus serviços. Francisco explica que *«era impossível deslocar-me a Lisboa várias vezes por semana, a recibos verdes, sem qualquer acréscimo do valor salarial...quer dizer...não dava nem para pagar as despesas mais básicas e rejeitei...na altura também já tinha esta proposta em aberto, a de vir trabalhar para onde estou agora e... arrisquei, ainda esperei cerca de um mês para que esta proposta fosse bem-sucedida e estou lá desde março de 2011, a contrato a termo»*.

Em março de 2011 Francisco deu início o seu quarto emprego numa empresa de tecnologias de informação fornecedora de serviços de consultadoria. Francisco confessa que o salário que auferir não é “por aí além”, que gostava de estar a desenvolver a sua profissão na área da multimédia e não tanto no desenvolvimento de *software*, no entanto, o ambiente da empresa é bom, por isso gosta de lá trabalhar. Francisco refere ainda que *«espero que com o trabalho que tenho desenvolvido me seja proporcionado uma passagem aos quadros»*. Todavia, caso isso não venha acontecer Francisco menciona que também não será nenhum drama, tem consciência de que *«atualmente já não existem trabalhos para toda a vida, o mercado mudou muito de há uns anos para cá e hoje em dia é raro, principalmente nesta área, encontrar alguém que não tenha passado já, no mínimo, por umas quatro ou cinco entidades patronais»*.

Francisco, tem portanto algumas expectativas de num futuro próximo aceder a um vínculo contratual efetivo na empresa onde se encontra a trabalhar, embora tenha muitas incertezas, por força da instabilidade que se vive atualmente no mercado de trabalho.

Tal como Francisco, Fernanda realizou o seu estágio curricular no último ano da sua licenciatura em sociologia (2005). Quando termina o curso, Fernanda, natural da Ilha da Madeira, deixa o Continente e regressa a casa da mãe. Ao fim de três meses de procura de emprego, sem sucesso, a sua orientadora de tese de licenciatura telefona-lhe a perguntar se *«estava interessada em...em concorrer a uma bolsa de investigação»*. Fernanda aceita e no início de 2006 volta novamente ao Continente iniciando assim não só a sua inserção no mercado de trabalho, mas também a sua trajetória pelas bolsas de investigação. A primeira foi no CES (Centro de Estudos Sociais) durante dez meses. Refere que adorou porque *«no estágio curricular que tinha feito não tinha aprendido nada, apenas ia para lá fazer esquemas, resumos, a...traduções, portanto, eu não fazia lá nada relacionado com a minha área... o que foi uma frustração total. Mas no CES não. Na bolsa de investigação comecei a fazer tudo. Desde contactar diretores de instituições, mandei ofícios, mandei faxes, falava com eles por telefone, eu não sabia sequer abordar as pessoas pelo telefone com cargos importantes, pronto, eu aprendi ali quase tudo. E devo muito do que sei hoje à minha orientadora...cresci muito porque... porque foi uma pessoa que me ajudou a crescer em termos académicos e em termos profissionais»*.

A seguir Fernanda esteve noutra bolsa de investigação, com a duração de nove meses, mas desta vez na Faculdade de Letras no Porto. No entanto, o projeto acabou por se prolongar por mais três meses, período em que teve que passar recibos verdes. Quando terminou a sua prestação de serviços (2008), apesar da procura, Fernanda ainda não tinha encontrado um novo emprego. Como bolseira de investigação não tinha direito a fundo de desemprego e como não tinha poupanças que lhe permitissem fazer face às despesas pessoais diárias, nem queria estar a sobrecarregar a sua mãe financeiramente pedindo-lhe que lhe enviasse dinheiro, decide voltar novamente à Ilha da Madeira. Aqui procura ativamente emprego *«para tudo o que era sítio. Mandeí currículos, imensos currículos, por correio, por email, e as pessoas até respondiam só que era: ou não tinham lugar, ou não tinham dinheiro para pagar a mais uma pessoa, ou já tinham um sociólogo, ou não precisavam de outro sociólogo»*. Contudo, Fernanda consegue pouco tempo depois um estágio profissional numa empresa de formação, todavia, acabou por

desistir ao fim de três meses *«porque tratavam muito mal as pessoas e eu ... e eu revoltei-me com aquilo tudo e comecei a encher o saco, a encher o saco até que vim embora. Porque era a mais maltratada, era a que tinha mais trabalho, era a estagiária profissional e acabei por desistir porque já não aguentava mais, estava a ficar maluca da minha cabecinha. E entretanto... como aquilo não correu bem na empresa de formação eu decidi voltar às bolsas de investigação»*. Concorreu, foi aceite e, em 2009, regressa novamente ao Porto para mais uma bolsa, desta vez por três anos.

Quanto ao futuro profissional, Fernanda não se vê muito diferente daquilo que está a fazer agora, ou seja, em princípio continuará a concorrer a bolsas de investigação *«porque pelo menos é uma coisa na minha área de formação»*. Gosta daquilo que faz, mas não está satisfeita *«porque não tenho estabilidade...eu não tenho qualquer vínculo contratual, não tenho direitos, eu não tenho direito ao fundo de desemprego, eu para as finanças eu não sou nada, ou seja, um bolseiro de investigação não faz IRS porque não é trabalhador...não estou satisfeita com o horário...eu tenho que ficar muitas das vezes depois da hora...e não estou contente com o rendimento porque eu sou licenciada e só recebo setecentos e quarenta e cinco euros...isto é complicado»*. Refere, por isso, e várias vezes durante a entrevista, que tem noção de que esta conjuntura *«não é a ideal, mas infelizmente isto é a situação atual, já não há contratos efetivos para ninguém e portanto é com isto que eu tenho que lidar...não está fácil conseguir um emprego, e enquanto não arranjo outra coisa aproveito o que consigo, que são as bolsas, porque para mim trabalhar na área em que me formei é o meu principal objetivo»*. As perspetivas profissionais futuras de Fernanda não são muito elaboradas, irá certamente continuar a concorrer a bolsas de investigação, visto ter como objetivo trabalhar na sua área de formação, sociologia. Apesar de estar desanimada com a ausência de estabilidade e vínculo contratual, as bolsas de investigação surgem para esta entrevistada como uma atividade profissional à qual, genericamente, visa dar continuidade, numa perspetiva de persecução de um trajeto qualificado numa área profissional onde se sente intrinsecamente realizada.

Cristina mal termina a sua licenciatura em Comunicação Social (2006) inicia quase de imediato o seu estágio curricular que teve a duração de três meses. Este estágio traduziu-se numa oportunidade de trabalho, pois a empresa onde tinha estagiado propõe-lhe ficar lá a trabalhar. Cristina aceita. Só um ano e meio depois de estar inserida no mercado de trabalho é que começa a ter dificuldade em arranjar emprego. A empresa para qual estava a trabalhar, dedicada à organização de eventos, encerra portas enviando para o desemprego todos os seus funcionários. Refere que a partir daquele momento *«é*

que comecei a sentir na pele a dificuldade do mercado de trabalho». Explica que não consegue dar as datas exatas do início e do término de todas as situações de emprego por onde já passou porque muitas desses trabalhos «foram experiências muito curtas para eu não estar em casa parada... eu não consigo estar em casa parada, nunca consegui, daí o facto de eu andar sempre de um lado para o outro, por isso, nunca estive até agora, e já lá vão cinco anos, nunca estive mais do que dois ou três meses em casa». Portanto, as empresas que Cristina descreve por onde passou são apenas aquelas onde o seu tempo de permanência foi mais prolongado, mas sobretudo porque foram aquelas onde trabalhou na sua área de formação. Todas as outras não passaram de part-times, prestações de serviços, substituições em lojas de roupa e de restauração, que, segundo Cristina, não vale sequer a pena fazer menção porque passaram apenas de pequenas ocupações.

Assim, Cristina descreve que o seu segundo emprego foi numa empresa internacional sediada em Portugal que produzia *software*. Esteve lá durante dois anos. Mais uma vez, quando pensava que ia passar aos quadros, a empresa para qual trabalhava, tal como na sua primeira experiência, encerra portas, ficando outra vez desempregada. Parte depois para uma empresa de consultadoria de telecomunicações onde esteve como técnica de comunicação durante quase um ano. O contrato não é renovado e vem embora. Depois esteve quase um ano a fazer assessoria de comunicação mediática numa grande exposição que se realizou na cidade do Porto. Também aqui sabia que não ia ficar, pois desde o início que lhe diziam que seria apenas enquanto a exposição durasse. Seguiu-se uma agência de viagens, novamente como técnica de comunicação, durante um ano, mas desta vez a recibos verdes. Quando realizamos esta entrevista, Cristina tinha iniciado um outro emprego, em novembro de 2011. Desta vez numa empresa de comunicação *online*. Não tinha qualquer tipo de vínculo contratual.

É com grande tristeza que menciona que se encontra numa «*situação de trabalho precário ao extremo, não tenho direito a nada*». Procurava, portanto, um novo emprego. Apesar de gostar daquilo que estava a fazer e de ser na sua área de formação, refere várias vezes ao longo da nossa conversa de que não estava satisfeita, nem tão pouco realizada porque não via na empresa onde estava trabalhar hipótese de a colocarem a contrato, nem tão pouco desenvolver ou até de progredir na carreira. Confessa, no entanto, que nos últimos tempos tem sido muito difícil encontrar emprego, por isso é que se mantém na situação precária de emprego em que está.

Frederico tirou a sua licenciatura em Jornalismo na Universidade de Coimbra. Quando termina o seu curso no final do ano letivo de 2000 inicia de seguida um estágio curricular de três meses em Lisboa, num canal de televisão. Este estágio, segundo Frederico, não só *«correu muito bem, era realmente aquilo que eu queria fazer na altura, era aquilo que eu gostava de fazer...de ser jornalista, de sair em reportagem, entrevistar pessoas, montar peças... e andava feliz da vida»*, como também, para grande satisfação deste, se transformou, tal como para Cristina, numa oportunidade de emprego, pois foi convidado a ficar a trabalhar nesse canal de televisão.

Todavia, as coisas não correram bem. O trabalho que passa a desempenhar é completamente diferente daquilo que até aí tinha realizado no estágio. Conforme nos refere Frederico, *«foi uma mudança radical»*, pois em vez de sair em reportagem e entrevistar pessoas, passa a estar a maior parte do tempo a fazer cópias de resumos e traduções de revistas e telenovelas para o computador, ou seja, trabalho de secretária, o que o levou a desmotivar-se e a decidir deixar o canal de televisão e voltar ao Porto, cidade de onde é natural, ficando desempregado durante quatro meses.

Depois, arranjou um trabalho como assistente de marketing num jornal bastante conceituado na cidade Invicta. Na altura Frederico tinha vinte e dois anos. Refere que *«estava cheio de vontade de trabalhar; cheio de vontade de fazer coisas só que fui parar a uma equipa completamente rrrr...tinha um chefe à moda do Estado Novo que nos obrigava a estar lá até às dez da noite, em que recebia quatrocentos e cinquenta euros por mês para trabalhar das oito da manhã às oito da noite...e foi aí que as coisas descambaram completamente»*. Ao fim de um ano e meio de lá estar a trabalhar, Frederico entrou em depressão devido ao ambiente difícil e pesado em que se encontrava profissionalmente. Decide por isso mudar de emprego, começando quase de seguida num estágio profissional, de um ano, na Holanda, mais propriamente na Greenpeace, traduzindo-se numa *«(...) experiência fantástica, espetacular...ganhava...ganhava quase o triplo do que ganhava quando estava a trabalhar no jornal...aí o ambiente era completamente diferente, era um espaço aberto e aí adorei, gostei muito. Infelizmente acabou, pronto, e depois voltei para Portugal»*. Ao fim de dois meses de ter regressado, Frederico começa a trabalhar como guia turístico nas Caves do Vinho do Porto, *«um emprego muito giro porque andava o dia todo de um lado para o outro a falar com estrangeiros»*. No entanto, como estava a trabalhar a recibos verdes, o que não lhe agradava, Frederico continuava a procurar emprego. Pouco tempo depois surge a oportunidade de ir trabalhar como redator para um organismo público em Lousada. Menciona que apesar de não ser um emprego muito interessante pelo menos

estava a trabalhar na sua área de formação. Contudo, ao fim de quatro anos de lá estar a trabalhar, a entidade patronal diz-lhe, depois de já ter renovado três vezes o contrato, que já não o pode fazer mais, argumentando que gostavam muito do seu trabalho e que gostariam que ele lá continuasse, mas não lhe podiam pagar. Segundo a entidade patronal seria uma conjuntura temporária, a de trabalhar sem receber, até que lhe pudessem regularizar a situação. Na altura, como tinha direito a fundo de desemprego, Frederico não quis arriscar e disse que não, explicando que *«trabalhar em Lousada e morar no Porto era efetivamente pagar muito para poder trabalhar»*. Durante um ano estive pelo fundo de desemprego. No entanto, não estive parado. Juntamente com uns amigos tentou abrir um negócio, uma loja de produtos gourmet, só que a burocracia e os impostos a pagar eram tantos que pouco tempo depois decidiram fechar.

Surge entretanto a oportunidade, no fim de 2010, de ficar a trabalhar na faculdade de Jornalismo numa bolsa de investigação de dois anos. Frederico aceita, já que *«gosto muito daquilo que faço, tenho todas as condições de trabalho, tenho direito a parque de estacionamento, tenho acesso a todo o material da faculdade, tenho um bom orientador de projeto...gosto muito daquilo que faço, o único problema é que recebo muito mal, são setecentos e quarenta e cinco euros, não dá, não dá para pensar numa vida independente»*. Sabe que quando a bolsa terminar é impossível lá continuar pelo que está à procura de emprego. Neste caso não em Portugal, mas no estrangeiro.

Quando lhe perguntamos como é que se sente por neste momento se encontrar com trinta e três anos e ainda não ter uma carreira profissional estável, Frederico refere muito prontamente: *«eu estou contente com o meu percurso profissional... mas é claro que eu gostava de ter um emprego estável... mas há coisas que realmente me escapam e eu não posso fazer nada para as mudar. Mas também vejo as gerações antigas que tinham um emprego para toda a vida...e se calhar eu não quero ficar como eles porque eu vejo a minha mãe que acabou de se formar com vinte e um anos, foi dar aulas... e pronto aquilo que ela fazia na altura é aquilo que faz hoje, não há grandes alterações... por isso eu entendo que o facto de ter tido várias ocupações ao longo destes anos e ...muito, muito diferentes entre elas e o facto de eu ter tido acesso a diferentes ambientes e áreas de trabalho até tem sido muito vantajoso para mim quer a nível profissional, quer a nível pessoal... acredito nisso, se por ventura houver pessoas que não acreditam também são pessoas que não me interessa trabalhar»*.

Em suma, Fernanda, Cristina, Francisco e Frederico têm em comum o facto de viverem uma realidade laboral que não se encaixa no conceito tradicional de trabalho. Em vez de uma rotina laboral estável que lhes permita o desenvolvimento e a

progressão de uma carreira profissional, que corresponda a um determinado número de garantias sociais que protegem o trabalhador do risco de desemprego, de doenças e acidentes, particularidades que caracterizam os tradicionais postos de trabalho, estes jovens entrevistados enfrentam diariamente um mercado de trabalho pautado pela transitoriedade e pela aleatoriedade de vínculos contratuais, inatividade e situações de trabalho precário.

5.3 Informalidade da relação do trabalho

Mas se a integração e manutenção deste conjunto de entrevistados se processa com alguma dificuldade, para outros este acontecimento só é concretizado depois de um período mais ou menos longo de procura de emprego que, por vezes, demora anos. É o caso de Bárbara e de Marta, para quem o contacto com um trabalho estável, regular e contínuo tardou em chegar.

A licenciatura em Gestão do Património tem um estágio obrigatório. Portanto, quando Bárbara termina a sua licenciatura, em 2008, inicia quase de imediato o seu estágio na Câmara Municipal do concelho onde mora. Durante sete meses e em conjunto com os serviços educativos da Área Metropolitana do Porto, Bárbara desenvolveu um projeto, segundo esta bastante interessante, para a comemoração do bicentenário das Invasões Francesas, onde criou não só um *«um livrinho com essa história contada assim numa linguagem mais simples»*, como também incrementou uma série de *«oficinas para a divulgação desse programa no seio das escolas»*. Projeto que acabou por ser um sucesso entre a comunidade estudantil. E nesse sentido, quando o estágio termina, Bárbara é convidada a dar seguimento ao programa que tinha criado, embora a título voluntário. Bárbara explica que gostou muito do seu estágio, adorou o projeto que desenvolveu, que teve pena de não lhe poder dar continuidade, mas não podia aceitar essa situação, porque segundo esta jovem entrevistada *«ninguém vive de ar e vento, não é, por isso vim embora»*.

Durante um ano procura emprego nos anúncios dos jornais, em concursos públicos, nas empresas de trabalho temporário, via correio eletrónico, contacto com colegas, professores, pessoas conhecidas da área com quem já se tinha cruzado na época em que estudava, autarquias, museus, mas sem sucesso. Decide também ir ao Centro de Emprego inscrever-se, pois considerava que estes lhe poderiam abrir mais algumas

portas, no entanto tal não aconteceu. Para espanto de Bárbara nem tão pouco sabiam em que é que consistia o seu curso. Começa a entrar em depressão. Revela que foi um período muito complicado porque *«se normalmente, enquanto o país está estável já se corta na maioria das coisas na área da cultura, numa época destas então a cultura anda mesmo de rastos...mas nunca pensei que a minha entrada no mercado de trabalho fosse assim tão caótica...eu nunca trabalhei com contrato....nunca tive nenhum trabalho que dissesse assim “agora vou ficar aqui durante seis meses” nunca tive... quando eu entrei para o curso tinha aquela noção de que se uma pessoa tivesse uma formação académica iria ser visto com outros olhos, que iria ser valorizado noutra sentido, hoje em dia vejo que é ao contrário. Acho que atualmente se dá cada vez menos importância ao facto de se ter uma licenciatura...isto está muito banalizado, agora qualquer pessoa tem um curso (...)*».

«Desesperada» por não conseguir encontrar emprego Bárbara decide começar a dar explicações individuais de português e inglês, em casa, a miúdos do primeiro e segundo ciclo. Entretanto, foram surgindo alguns part-times, trabalhos ocasionais que não duravam mais que uns dias ou semanas, coisas mal pagas, que ela ia aceitando, sempre na expectativa de que essas situações se viessem a materializar nalgum tipo de contrato. Começou também a pensar em inúmeras situações para criar o seu próprio emprego mas como não tinha verbas ia ficando sempre tudo no papel. Como achava que necessitava de ter mais alguma experiência na sua área de formação começou a candidatar-se novamente a estágios voluntários. Revela que esteve *«em quase todas as instituições culturais aqui no Porto, nas mais conhecidas mas sempre a título voluntário, como Serralves, o Museu dos Transportes e Comunicação, Museu Soares dos Reis, Caves do Vinho do Porto, Carro Elétrico, tive em todo o lado e tenho os certificados de estar lá, mas sempre a título voluntário. A nossa Junta de Freguesia tinha uma biblioteca para abrir e eu propus-me a dar desenvolvimento a esse projeto que na altura estava um bocado parado e então... criei um projeto com um conjunto de oficinas e de atividades para as crianças e fiz-lhes uma proposta: fazer lá um estágio profissional, porque por um lado ganhava eu e conseguia desenvolver a tempo inteiro aquele trabalho, por outro ganhavam eles pois aquilo ia mais depressa para a frente... só que lá está por falta de verbas.... não se mostraram muito recetivos*». Continuou a dar explicações e a enviar currículos para tudo o que era sítio, mesmo para outras áreas ou situações em que não eram necessárias tantas qualificações académicas como operadora de caixa nos supermercados. O namorado, entretanto, arranja-lhe um *part-time* na agência de aluguer de automóveis onde trabalha, mas apenas nas épocas de maior trabalho como quadras festivas e férias, nada fixo.

No fim de 2010 uma amiga faz-lhe uma proposta para, em conjunto, abrirem um

negócio, um salão de chá. Ao início Bárbara ficou um bocado apreensiva porque primeiro *«só se fala em crise»*, depois não tinha dinheiro nem queria estar a sacrificar mais os pais pedindo apoio financeiro para tal. Todavia, decide aceitar o convite da amiga e ir para a frente com o projeto. As razões eram simples: finalmente ia ter um emprego, auferir um salário, poder beneficiar das garantias e direitos sociais assim como começar a perspetivar um futuro profissional, se possível, com alguma tranquilidade, deixando para trás a condição de desempregada de longa duração à procura do primeiro emprego.

Contudo, quando realizamos esta entrevista, em janeiro de 2012, Bárbara ainda não tinha aberto as portas do seu negócio. Conjunturas como: a procura incessante de um local bem localizado, uma renda barata, toda a burocracia inerente a abertura de uma empresa e as obras que ainda estavam a realizar, levaram-na ao adiamento desta situação, que no entanto, contava ver materializada dentro de muito pouco tempo.

Apesar da formação académica ser diferente, o trajeto profissional de Marta não difere muito do de Bárbara. Um percurso não linear, pautado por sucessivas *«ocupações»* como Marta lhe chama, alternados com curtos períodos de desemprego. Portanto, também para esta jovem entrevistada o emprego com contrato, a tempo inteiro e com uma remuneração condigna tardou a chegar.

Marta, vinte e seis anos, refere que já durante a sua licenciatura se ouvia na comunicação social que era difícil os jovens licenciados conseguirem um emprego estável e na sua área de formação. Menciona que quando conversava em casa com os pais e com a irmã, com os familiares, amigos e até professores, praticamente todos lhe diziam que na área em que ela se encontrava, ciências da saúde, não havia esse problema, porque de todos os cursos estes seriam os que permitiam um aceso mais rápido ao primeiro emprego, assim como a sua manutenção no mercado de trabalho, visto deter, desde sempre na nossa sociedade, uma posição de prestígio socialmente atribuído. Marta recorda mesmo frases que foi ouvindo das pessoas com quem ela tinha este tipo de conversa, como: *«“oh! Sim! eu conheço não sei quem por isso não vais ter problemas”, “oh! Eu conheço não sei quantos e tu tens trabalho certo e não sei quê”»*. Conhecimentos que na altura em que procurava afincadamente emprego não deram em nada, levando-a mesmo a equacionar, por várias vezes, se o facto de ter tirado uma licenciatura teria sido uma boa opção.

Quando Marta termina o seu curso em Cardiopneumologia, em novembro de

2008, decide desde logo começar a procurar emprego, visto que, durante sua formação académica já tinha realizado vários estágios no contexto do plano curricular.

Depois de várias entrevistas, em fevereiro do ano seguinte, Marta, arranja o seu primeiro emprego numa clínica perto de casa que durou sensivelmente nove meses. Sempre a recibos verdes, *«a ganhar uma ninharia, quarenta horas semanais, mas que nunca o eram, eram sempre mais e...acumulava funções...era rececionista/ cardiopneumologista se é que isto é possível, receber uma pessoa na receção fazer a ficha e depois ir lá atrás fazer o exame...e acabei por desistir deste trabalho, se é que isso se pode chamar “um trabalho” porque aquilo era mais uma escravatura, era uma coisa muito, muito má».*

Durante os três anos seguintes, apesar da procura ativa que realizava através de jornais, internet, concursos públicos, Marta apenas consegue arranjar pequenos trabalhos na sua área de formação, como: substituições por doença, férias, licenças de casamento e de maternidade. Sempre a recibos verdes, em que por vezes aquilo que recebia mal dava para as deslocações. Estas propostas foram sempre encaminhadas por colegas de curso que já trabalhavam, que as recebiam e que na altura não as aceitavam por não estarem disponíveis. Apesar de ir a várias entrevistas, e de lhe dizerem que até tinha um currículo fantástico, de darem valor aos locais onde tinha estagiado e com quem tinha estagiado, porque eram nomes conhecidos, Marta nunca conseguia ser selecionada. Chegou mesmo a inscrever-se em estágios voluntários, apesar de ser contra essa situação, mas até nem para isso foi chamada.

No início de 2011, Marta encontrou uma amiga que estava a trabalhar num hospital em Londres. Em conversa *«disse-lhe “quando souberes de alguma coisa que seja na minha área diz-me”».* Pouco tempo depois a amiga liga-lhe a perguntar se estava interessada em ir a Londres, pois tinha-lhe conseguido marcar uma entrevista no hospital em que trabalhava. Marta refere que não hesitou, apesar de não ter grandes expectativas. *«E... pronto, assim foi. Foi uma coisa muito, muito rápida, eu fui lá à entrevista e fiquei a saber no próprio dia que ficava com o trabalho, fiquei muito admirada porque aqui cheguei a ir a entrevistas de seleção mas todas elas espaçadas...fui à primeira e esperei um mês, fui à segunda e esperei quinze dias...lá não. Vim para cá, passei mais um mesito, fiz as malas e fui. Estou lá, vai fazer cinco meses e estou a gostar muito».*

O percurso profissional de Marta caracteriza-se por uma trajetória de três anos de alguma atividade profissional como cardiopneumologista em diversos contextos, sem nunca conseguir um contrato de trabalho. No entanto, esta heterogeneidade permitiu-lhe enriquecer as suas competências. Atualmente, encontra-se num momento de relativa

estabilidade, a realizar funções qualificadas e consonantes com a sua área de formação, apesar de se encontrar a contrato a termo certo. Embora tenha consciência das dificuldades, tem como projetos profissionais futuros encontrar um emprego na sua área de formação em Portugal.

5.4 *Vivências de situações de desemprego*

Uma outra importante dimensão de análise que podemos observar nos percursos profissionais dos nossos entrevistados centra-se nas situações de desemprego. Estas são vividas por Rute, Vitória e Vera que, apesar de terem formações diferentes assim como percursos profissionais distintos, partilham não só da mesma condição objetiva no mundo laboral, ser desempregadas, como também o mesmo desejo, a mesma vontade: voltar a reinserir-se o mais rapidamente possível no mercado de trabalho.

Rute, trinta e um anos, terminou a sua licenciatura em Gestão do Património em 2004. No último semestre da sua formação foi fazer um estágio curricular ao Museu Soares dos Reis e quando este terminou foi convidada a ficar lá a trabalhar, a recibos verdes. Esteve durante dois anos nessa instituição a dar apoio no serviço de educação. Gostava do trabalho que fazia, gostava das pessoas com quem trabalhava, foi ganhando experiência, criou amizades, por isso quando o projeto terminou voltou novamente a ter uma nova proposta: *«criar um site onde fosse partilhada toda a informação de todos os museus do Porto, que eram trinta e dois na altura»*. Este trabalho prolonga-se durante um ano e meio, novamente a recibos verdes. Entretanto, Rute foi fazendo outras coisas pelo meio que lhe iam aparecendo através dos conhecimentos que ia travando: *«ajudei no Comissariado de Congressos, fiz inventários nas Caves do Porto Ferreira em algumas coleções, ajudei em exposições em Câmaras e Juntas de Freguesia, uma série de outras coisas, tudo isto remunerado»*.

Em 2007 Rute inicia a sua tese de mestrado em Museologia. As professoras da universidade ao saberem que o projeto onde Rute estava a trabalhar, na altura, terminava em breve perguntaram-lhe se não estaria interessada em entrar numa exposição que se iria realizar num hospital no Porto. Basicamente o trabalho consistiria em organizar todo o material antigo que a instituição tinha arrecadado num armazém. Rute aceitou. Esteve lá durante um ano, a recibos verdes e *«fizemos a exposição e o hospital gostou tanto e viu que realmente tinha potencial em termos de património para dar continuidade ao projeto que me convidou para ficar lá»*. Durante o primeiro ano, tal como Rute menciona *«estive*

outra vez a recibos verdes», todavia, em janeiro de 2009 o hospital decide trocar essa situação precária por uma outra um pouco mais estável, mas por muito pouco tempo «estive dois anos com contrato a termo certo, renovado de ano em ano até eles não poderem renovar mais o contrato, tinham que me passar para o quadro e não passaram... e atualmente estou desempregada desde fevereiro de 2011». Rute menciona que não estava a contar com esta situação de desemprego, mas sim ficar efetiva, passar aos quadros da empresa. Refere mesmo que «foi um choque...inicialmente custou-me trabalhar ali, é verdade, porque eu era mais da área... da pintura e cerâmica...e eu fui para coisas que eu não percebia nada, não percebia nada de medicina, não percebia nada entre a diferença de um espelho e de outra coisa qualquer, e isso custou-me muito, mas depois... achei que era ótimo agarrar aquela oportunidade porque me estavam a dar a possibilidade de ficar à frente daquele projeto... era quase como um filho que andei quatro anos a criar e... que ele agora finalmente ia gatinhar e que eu o ia ajudar a formar e ...que acabou por ali».

Quando realizamos esta entrevista, Rute estava inscrita no Centro de Emprego, recebia o subsídio de desemprego, procurava ativamente trabalho nem que fosse noutras áreas, pois já o tinha feito durante as férias no tempo em que andava a estudar. Já tinha enviado muitos currículos, muitas propostas para universidades, museus, Câmaras e muitas outras instituições. Concorria a todos os concursos públicos que surgiam na sua área de formação, contactava todos os amigos, professores e conhecidos com quem ao longo do seu percurso académico e profissional travou conhecimentos, mencionando que estava novamente disponível no mercado *«pois esta é uma área que funciona muito por conhecimentos»*. Rute alude que estava a ser muito complicado conseguir sequer uma entrevista, que tinha tentado varrer o país de norte a sul e mesmo enviado propostas para Espanha, mas sem sucesso. Inicialmente ainda havia quem lhe respondesse, agora nem isso. Tem dias em que se sente muito em baixo porque é muito complicado psicologicamente gerir isto tudo, outros acorda cheia de vontade de lutar e, por isso, volta a contactar sítios que sabe que estão a implementar projetos na área da cultura e para os quais já tem enviado currículos e propostas mas que não tem obtido resposta. Instituições nas quais ela já trabalhou e estagiou, que a conhecem, mas que quando liga lhe perguntam por parte de quem vai. Rute relata que é muito frustrante ouvir isto e que por vezes lhe apetece dizer *«olhe por parte do meu pai e da minha mãe que me puseram no mundo porque eu não conheço ninguém»*.

Com uma forte ligação identitária à sua formação de base e por considerar que tem tido um bom desempenho ao longo do seu percurso profissional, Rute ainda não

concorreu para empregos fora da sua área de formação, desenvolvendo uma vasta atividade de procura, contudo, face à instabilidade do mercado de trabalho começa a reequacionar as suas expectativas para o início de uma nova trajetória profissional.

Também para Vitória, vinte e sete anos, o processo de entrada no mercado de trabalho começou um bocadinho antes de ter terminado o seu curso em Comunicação Social. Ao longo da sua formação académica, Vitória fez quatro estágios curriculares durante as férias, assim como pequenas colaborações em jornais locais. No entanto, quando termina o curso, em junho de 2007, decide fazer um outro que durou até setembro desse mesmo ano numa redação de um jornal bastante acreditado na cidade do Porto. Apesar das expectativas, o estágio não se traduziu numa proposta de emprego.

Como não se via parada, a mãe que na altura trabalhava em limpezas num centro comercial arranhou-lhe um *part-time* numa loja de roupa. Vitória começa a trabalhar em outubro. Menciona que não era aquilo que esperava mas como sempre quis ter as suas coisas e como não queria estar sempre a depender dos pais não se importou porque continuava ao mesmo tempo a concorrer a trabalhos na sua área. O contrato durou três meses, até janeiro de 2008. Na altura tinha em vista uma proposta de trabalho na sua área de formação, desta vez numa rádio. Muito pouco tempo depois é aceite e inicia um novo contrato de trabalho até junho de 2008. Esteve depois desempregada durante três meses. Refere que encarou esse tempo como umas férias que até aí nunca tinha tido. Continuou a concorrer a tudo o que lhe aparecia «*desde que fosse trabalho honesto como eu costumo dizer e válido, por isso qualquer coisa me servia*». De vez em quando um ou outro jornal onde tinha realizado os estágios ligavam-lhe a perguntar se não queria fazer uma ou outra reportagem a qual Vitória nunca dizia que não. Menciona que recebia pouco mas sempre ia fazendo alguma coisa na sua área, caso aparecesse um trabalho mais fixo e lhe perguntassem o que é que tinha feito até aquela altura pelo menos podia dizer que estava no ativo. Em setembro de 2008 consegue um outro trabalho, desta vez num escritório de advogados durante dois anos. O primeiro ano a recibos verdes, no segundo já a contrato. Continuava sempre a concorrer e a aceitar pequenos trabalhos que lhe iam propondo na sua área, nunca nada fixo. Menciona que durante estes dois anos chegou a enviar cerca de duzentos currículos e se teve para aí uma dez respostas foi o máximo: «*entrevistas praticamente não existiram*». A mãe consegue-lhe novamente um *part-time* numa loja de roupa. Trabalhava até às cinco da tarde no escritório de advogados e das seis até à meia-noite, assim como aos fins de semana na loja. Durante uns meses

conseguiu conciliar os dois trabalhos. Quando o contrato de trabalho da loja terminou Vitória ficou novamente só com o do escritório. Inicia quase de seguida uma pós graduação em Comunicação Marketing e Relações Públicas, no início de 2010. No fim desse ano o escritório onde trabalhava tinha mencionado de que a ia passar a efetiva, contudo, o jornal onde tinha realizado o seu último estágio, como já conhecia bem o seu trabalho, convidou-a para ir para lá trabalhar, por seis meses, com a mesma equipa com quem tinha estado a estagiar. Segundo Vitória *«seria para fazer uma substituição de maternidade, mas com aquelas promessas que depois no futuro logo se via...e larguei tudo e fui... lá está, tinha uma situação mais ou menos estável naquele momento, mas também não era aquilo que queria, não ia estar eternamente num escritório de advogados que não tinha nada a ver comigo e arrisquei... estive lá até junho passado...não me renovaram o contrato e desde aí tenho estado desempregada»*.

Apesar de ser um trabalho cansativo, de ter dias de trabalhar mais de doze horas, não haver feriados, não haver fins de semana, não ter horário para almoçar ou até de sair, Vitória refere que gostou muito de trabalhar na redação daquele jornal. Confessa que arriscou porque tinha a esperança de ficar, de que reconhecessem o seu trabalho, porque era sobretudo na sua área de formação. Tal como Rute estava inscrita no Centro de Emprego, recebia subsídio de desemprego, enviava currículos diariamente, muitos deles entregues em mãos. Contactava com todas as pessoas que conhecia dentro da sua área de formação, divulgava disponibilidade até mesmo através das redes sociais, mas que não era *«fácil sequer obter uma resposta. Nem sim nem não. A maior parte das empresas nem responde...ou então quando recebo resposta é estágio curricular se não for uma colaboração não remunerada, ok, nem sequer neste momento os tais chamados estágios profissionais as empresas integram»*. Sabe porquê? Pergunta-me *«porque as redações estão cheias de estagiários ...é descabido mas é verdade... nas redações por onde passei a maior parte do trabalho é feito por estagiários e... isto é frustrante, muito frustrante, lutamos cinco anos por um sonho, investimos o nosso dinheiro, o dinheiro dos meus pais...para depois ir a uma entrevista de trabalho numa loja de um Centro Comercial, porque é um mercado mais ou menos fácil de integrar, digamos assim...e aí ter que ocultar que era licenciada...é estúpido nós termos que mentir no nosso próprio currículo para se conseguir umas migalhas (...) é frustrante continuarem a chamar-me para trabalhos pontuais e dizerem que gostam do nosso trabalho, que sou uma boa profissional, mas depois veem sempre com a mesma desculpa, estamos em crise, não podemos meter ninguém...»*.

Embora Vitória tenha consciência das dificuldades, tem como projeto profissional futuro encontrar um emprego na sua área de formação, Jornalismo.

Ao inverso de Rute e Vitória, o processo de inserção e manutenção no mercado de trabalho para Vera foi pautado pela linearidade e pela estabilidade. Desde que terminou a sua licenciatura em 2007 até outubro de 2011 teve apenas um emprego. Contudo, também para ela o desemprego se desenhava no horizonte.

Quando termina a sua licenciatura Vera, trinta e um anos, consegue um estágio curricular numa empresa em Lisboa durante três meses através de um protocolo que a Universidade tinha com várias empresas. Contava ficar a trabalhar naquela instituição, no entanto tal não aconteceu, apesar das pessoas com quem estagiou referirem várias vezes que gostavam do seu trabalho. Segundo Vera, já no início de 2008 «*a crise era desculpa para não contratarem ninguém*». Regressa ao Porto a casa dos pais. Confessa que estava ansiosa por começar a trabalhar, no entanto, estava ciente das dificuldades que pudessem surgir. Após dois meses de procura de emprego em anúncios nos jornais, na internet, empresas de trabalho temporário, no Centro de Emprego, decide ir à lista telefónica e começa a enviar currículos a todas as empresas que estavam relacionadas com a sua área de formação. Pouco tempo depois é chamada para uma entrevista para uma empresa de tradução em Gaia e consegue o trabalho.

Durante o primeiro ano trabalhou nas instalações dessa instituição. Corria tudo muito bem, gostava daquilo que fazia, gostava dos colegas. Não gostava era de ter que trabalhar a recibos verdes, mas também não se queixava, pois em comparação com outros colegas de curso pelo menos estava a trabalhar na sua área de formação. É no início de 2009 que os problemas começam a surgir. A entidade empregadora decide que não quer grande parte dos funcionários a trabalhar nas suas instalações. Entre escolher ficar sem emprego ou começar a trabalhar em casa para a mesma empresa, Vera opta pela segunda opção, apesar de não gostar desta situação. Confessa que na altura os amigos, o namorado e até mesmo a família inconscientemente a influenciaram um bocadinho a aceitar esta conjuntura, pois «*achavam que trabalhar em casa seria qualquer coisa de incrível porque não iria ter horários, não teria de aturar colegas, nem chefes. Que teria disponibilidade para tudo e todos. Que não iria gastar dinheiro em transportes e refeições... mas tudo isso é mentira. Eu tenho de ser extremamente rígida comigo mesma porque tenho horários a cumprir em relação à entrega dos trabalhos que tenho para fazer. Apesar de não ser presencialmente, recebo emails e telefonemas de colegas, de chefes, de clientes, portanto acabo por ter um tipo de contacto com eles como qualquer pessoa tem no seu local de trabalho (...) para quem não sabe este é um trabalho duro porque exige mentalmente*

muito de uma pessoa e também fisicamente porque tenho dias de trabalhar muitas horas seguidas para acabar dentro dos prazos o que eles estipulam».

Durante os dois anos seguintes a empresa *«foi mais ou menos cumprindo com o que tinha estipulado comigo...tinha trabalho, pagava...por vezes atrasada... mas pagava...»*. Ao contrário de Rute e Vitória nunca mais procurou emprego, tendo-se acomodado. Em outubro de 2011, a empresa deixa completamente de pagar apesar de lhe continuar a enviar trabalho. Vera foi aguentando essa situação, desenvolvia o trabalho que a empresa lhe enviava e aguardava pelo pagamento, mas no início de 2012 a empresa deixa completamente de lhe enviar trabalho não lhe fazendo qualquer tipo de pagamento pelo trabalho desenvolvido.

Devido às imensas dificuldades financeiras por que estava a passar, visto que Vera morava sozinha, procurava ativamente trabalho, na sua área de formação ou não, escondendo também em algumas ocasiões as suas habilitações académicas. Assim como Rute e Vitória, também já tinha enviado dezenas de currículos, contactado pessoalmente colegas, conhecidos e até clientes da empresa com quem tinha trabalhado, mas sem sucesso. Tal como já tinha feito na altura em que estudava tentava dar algumas explicações de inglês e procurava emprego em *«cafés, lojas de roupa ou assim, mas não consigo porque apesar de ter alguma experiência tenho demasiadas qualificações segundo dizem... nem para trabalhar em limpezas ou passar a ferro... seria até as coisas se endireitarem... tenho contas para pagar...»*. Conclui que já tinha conseguido duas entrevistas *«surrealistas»*, uma num centro de recrutamento de trabalho temporário e outra num quiosque de revistas para o qual concorreu através de um anúncio de jornal, mas que nem uma nem noutra permitiram conseguir um trabalho.

Vera refere que se sente *«muito triste, desanimada, inquieta quanto ao presente e sem qualquer tipo de perspectivas no que diz respeito ao futuro»*. No entanto, espera que *«o facto de ter tirado o curso onde o tirei, o facto de ter estagiado numa empresa de renome, o facto de dominar as ferramentas que necessito para o bom desempenho da minha profissão contribua para que pelo menos alguma entidade empregadora olhe duas vezes para o meu currículo»*.

Apesar de procurar ativamente trabalho, dentro e fora da sua área de formação, Vera não está nada otimista relativamente ao seu futuro profissional e pessoal, encontrando-se por isso numa situação de desmotivação.

Ora, o objetivo número um para Rute, Vitória e Vera é sem dúvida a procura de um emprego estável. No entanto, perante as dificuldades do mercado de trabalho sentem que talvez sejam obrigadas a aceitar o que lhes possa aparecer independentemente das

condições de trabalho ou da natureza do emprego oferecido. O desemprego vivenciado, apesar de ser uma situação relativamente recente para todas, é considerado por estas jovens como uma experiência traumatizante dominada pela procura incessante de emprego. Sentimentos de angústia, tristeza, desolação, frustração, pontuam o dia a dia destas jovens desempregadas porque constataam que se não conseguirem um emprego, seja ele qual for, será extremamente difícil concretizar os seus projetos futuros. Além das dificuldades económicas que sentem, mesmo estando a receber subsídio de desemprego, as relações de amizade entre colegas de trabalho, amigos e familiares são fortemente afetados, sendo muitas das vezes reduzidas ao mínimo quase como um ato de punição, registando-se assim não só um sentimento de solidão e sofrimento, mas também, um empobrecimento da vida social:

« (...) basicamente não tenho dinheiro para pagar nada, nem para ir a lado nenhum. Sou uma prisioneira dentro de casa, sem vida social, sem esperança, sem expectativas e quase sem sonhos» (Vera, 31 anos, Licenciada em Tradução).

«Antigamente saia todos os dias, ia para o trabalho, ia ao ginásio, ia a exposições, agora só saio quando vou a uma entrevista, a um concurso, quando é para levar currículos ao correio...é uma vida muito mais presa em casa ao computador... sou sincera uma pessoa quando está nesta situação também não tem grandes motivações... é complicado porque uma pessoa em termos psicológicos sente-se em baixo» (Rute, 31 anos, Mestrado em Museologia).

«(...) raramente saio à noite, pronto, acabo por não ter uma vida social devido à situação em que estou, não é, ou se saio à noite é sempre...um sumo ou qualquer outra coisa, ou o tal café, felizmente não fumo, portanto não tenho esse problema, mas... a verdade é que eu já fiz isto: eu tenho cinco euros à segunda-feira e digo “ vais ter que chegar a sexta-feira com estes cinco euros, se conseguires sexta-feira à noite podes sair e gastar o dinheiro, se não tiveres os cinco euros na carteira ficas em casa” ...» (Vitória, 27 anos, Pós graduação em Comunicação Marketing e Relações Públicas).

Sentem que uma pessoa em situação de desemprego é rotulada como “desempregada” vivendo sobre o signo da estigmatização social que, em geral, a responsabiliza individualmente pela situação em que se encontra (Marques, 2009:84) tal como podemos atestar nos seguintes depoimentos de Rute e Vitória:

«(...) é frustrante, é muito mau quando alguém nos pergunta “ o que é que estás a fazer?” e tu dizeres... eu principalmente habituada a trabalhar, dizer que estou pelo fundo de desemprego, é ...custa, custa muito dizer estas palavras (...))» (Vitória, 27 anos, Pós graduação em Comunicação Marketing e Relações Públicas).

«(...) às vezes estou com amigos e toda a gente diz “ então eras tão boa aluna, dizias

que fazias tudo lá” e fazia, estava à frente do projeto e tudo “ e agora mandaram-te para a rua, hum!! alguma coisa de grave tu fizeste porque caso em contrário” (...)» (Rute, 31 anos, Mestrado em Museologia).

Por isso procuram trabalho onde este é mais provável poder existir, como lojas de roupa, supermercados, cafés, *call centers*, recorrendo principalmente à proteção das redes informais como amigos, conhecidos e familiares.

5.5 Prolongamento dos estudos: a outra “estatística”

Contudo, uma grande parte dos recém-licenciados ao deparar-se com a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho optam por continuar os seus estudos, procurando aumentar as suas qualificações universitárias e profissionais, o que leva a um prolongamento da vida académica e a um conseqüente adiamento de inserção na vida ativa. Como já referimos a obtenção do diploma de licenciatura não significa o fim de um percurso escolar, mas sim, o terminar de um patamar no âmbito de uma formação que por vezes se pode tornar permanente. É o caso de Filipe que refere que *«dentro da instabilidade preferi a estabilidade»*, ou seja, continuar a estudar.

Sempre bom aluno, Filipe sempre teve o sonho de ter um doutoramento, portanto, quando terminou a sua licenciatura em Biologia no ano letivo de 2004 não lhe foi difícil enveredar pelo mestrado na mesma área. Contudo ainda andou *«a ver alguma coisa no mercado mas muito pouco, mesmo muito pouco, não vi muito sou sincero, achei mesmo complicado se tivesse que procurar na minha área algum trabalho e... como não vi muito decidi continuar a estudar. Mas eu já dei algumas aulas de xadrez. Era na altura um projeto da Câmara do Porto, era o programa Xeque-mate, dava aulas de xadrez nas escolas primárias, e posso dizer que foi assim o meu primeiro trabalho que eu tive. O programa durou uns dois anos acho eu, mas eu só dei aulas durante uns três ou quatro meses, a recibos verdes, mas gostei muito dessa experiência. Fui fazer uma substituição de um colega meu, na altura era ele que dava as aulas e depois deixou e pediu-me para o substituir. Não tive mais nenhum tipo de trabalho. Agora desde que estou no doutoramento estou com uma bolsa de investigação»*.

Quando termina o mestrado em 2007 Filipe menciona que *«foi um bocado do mesmo... acabado o mestrado... continuava a ter as mesmas opções: ir para o mercado de trabalho...mas na minha área o que fazia mais sentido era continuar os estudos e... houve a possibilidade de ter uma bolsa, eu sou bolseiro de FCT...concorri a uma bolsa ligeiramente diferente da minha área, algo mais relacionado com a química, mas tive sorte, acho eu, integrei-me no grupo de trabalho e consegui a bolsa que é o meu financiamento no*

momento...talvez não fosse necessário exatamente seguir para o doutoramento mas...eu conheço pessoas que andam a trabalhar três meses aqui, dois meses acolá, procurar um emprego relacionado com aquilo que estudaram ou mesmo que não seja... bem formadas e andam por aí completamente perdidos. O mercado também é muito ingrato porque eu vejo a pedirem pessoas com experiência e acho que ...e quer dizer... uma pessoa que acaba a licenciatura não tem experiência e nunca a vai ganhar se não lhe derem uma oportunidade, quer dizer, em todos os trabalhos se pede com experiência... e por isso tentei evitar esse tipo de situação...ainda tenho mais três ou quatro anos de doutoramento e depois talvez tenha que passar por isso...não sei». A hipótese de procurar um emprego, embora por vezes o assalte, está para Filipe por enquanto excluída, pois neste momento o principal é terminar o doutoramento. Quanto aos planos futuros no campo profissional Filipe refere que ainda anda indeciso, todavia, tem mais três anos ou quatro anos para pensar no que vai fazer, embora o mais certo seja seguir para o pós-doutoramento caso consiga uma outra bolsa. Com efeito, «devo dizer que nós cientistas, não sei se de uma maneira em geral, muitas das vezes a nossa carreira é isto mesmo, é bolsas, portanto, fazemos o doutoramento com as bolsas, depois fazemos o pós doutoramento que são seis anos com as bolsas e depois acaba o pós doutoramento e fazemos outro com bolsas e passamos a nossa vida a ser bolseiros, de certa maneira isto tornou-se a nossa profissão, erradamente a meu ver, porque a investigação deve ser paga, deve ser reconhecida como uma profissão como as outras e muitas das vezes não é isso que acontece. É uma situação que não me agrada mas tendo em conta a realidade é uma situação que não me desagrada porque eu acho que...eu vejo sempre em relação a colegas meus que estão licenciados, lá está, num emprego aqui três meses, um emprego ali outros meses, desemprego durante alguns meses, sempre a procurar emprego, às vezes muito longe da área em que se formaram e às vezes muito abaixo das suas capacidades, eu vejo que até sou algo privilegiado apesar disto não ser o ideal, ter uma bolsa, eu acho que é um bom caminho, pelo menos na minha área, é um bom caminho. É claro que não queria fazer isto a vida toda, claro que não, mas o que eu vejo é as pessoas da ciência a serem toda a vida bolseiros» (25 anos, Doutoramento em Ciências e Tecnologias do Ambiente).

Os projetos profissionais futuros de Filipe passam por terminar a sua tese de doutoramento e prosseguir se possível a sua carreira de investigação com a realização de um pós doutoramento, caso consiga uma bolsa¹² para o efeito.

¹² A fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) atribui através de concursos públicos a administrativos, direta ou indiretamente, ou em cooperação com outras entidades, um grande número de tipos de bolsas de acordo com o estabelecido no respetivo regulamento. As bolsas mais atribuídas são as de doutoramento através de um concurso de bolsas individuais de prioridade anual. Em 2010 foram concedidas 1.624 bolsas, estavam em execução 8.636 mil bolsas (PORDATA, 2012).

Ao contrário de Filipe o primeiro confronto com o mundo laboral para Júlio ocorreu quando este tinha dezassete anos. Um *part-time* «no Macdonalds. Trabalhava sexta, sábado e domingo, fins de semana, das dez às quinze horas e portanto andei assim um ano a trabalhar mas com contrato a termo» refere Júlio. Seguiram-se outros trabalhos mas mais supérfluos como «distribuição de publicidade e outras coisas do género, trabalhos temporários em bares, cheguei a trabalhar como relações públicas numa discoteca ali na zona industrial, tudo isso sem contrato». Aos vinte e um anos foi «trabalhar para uma empresa de segurança onde estive ligado durante dois anos e meio mas entretanto sai porque não me renovaram o contrato. Depois fui trabalhar durante um ano para o Portugal Telecom, na área de gestão telefónica, o contrato terminou e...e ...fiquei desempregado».

Até então, segundo Júlio, não tinha sido difícil encontrar emprego, também nunca se tinha importado com o tipo de trabalho que ia desenvolver, concorria a tudo e mais alguma coisa e para vários sítios ao mesmo tempo. Quando fica novamente desempregado em 2007 tudo muda. Durante quase um ano fez uma «busca exaustiva em jornais, na internet, sei lá... em tudo. Tive que trabalhar imenso para enviar candidaturas e conseguir arranjar entrevistas, cheguei mesmo a ter que fazer deslocações para fora, pensei até em criar o meu próprio negócio mas...portanto, foi um trabalho árduo» que contudo não deu em nada. Por isso, decide voltar novamente à escola, desta vez à universidade. Na altura os pais apoiaram, todavia, «houve alguns familiares mais...como é que eu hei de dizer...com uma mentalidade mais fechada, se calhar...não houve uma boa aceitação das minhas oscilações profissionais e depois a decisão de em vez procurar emprego querer voltar a estudar levou digamos...a algum atrito, a algumas palavras mais abusivas do tipo “vais agora estudar com esta idade” e mais alguns pontos de exclamação» mas como Júlio menciona «eu nunca tive medo de mudar; vejo-me como uma pessoa que sempre tomou as suas opções em função dos seus objetivos e o meu objetivo era ter algo melhor, que me realiza-se mais profissionalmente e não tive medo de mudar e... não estou minimamente arrependido das opções que tomei».

Em setembro de 2011 abriu uma vaga para coordenador no Centro Comunitário onde Júlio fazia há já algum tempo voluntariado. Concorreu, foi selecionado e começou a trabalhar em novembro desse ano, a recibos verdes.

Quanto ao futuro profissional Júlio também ainda se encontra um pouco indeciso. Refere que neste momento não procura um outro trabalho, sente-se integrado, gosta daquilo que faz, sente um carinho especial pelo local de trabalho, mas é claro que não se sente realizado, faz parte da sua natureza querer um pouco mais. O facto de ainda estar acabar a sua licenciatura leva-o também a não pensar muito nisso, visto que este emprego lhe permite conjugar o horário das aulas com o do trabalho, mas «obviamente

que estou atento às oportunidades que surgem à minha volta, mas não estou à procura de mudar, estou bem onde estou, mas agora... realmente se surgir uma oportunidade melhor com pena ou sem pena vou agarrá-la de facto». O sonho de Júlio passa por tentar trabalhar na área em que se está a formar, sociologia. *«(...) gostava que me dessem uma oportunidade de desenvolver projetos de intervenção nos bairros sociais, gostava que me dessem a possibilidade de linear estratégias de intervenção social, isso seria para mim o exponencial máximo da aplicação do curso ao trabalho».* Apesar de não o expressar claramente vai dizendo que o mais certo é concluir a licenciatura e prosseguir a sua trajetória académica com a realização do mestrado, também na área de sociologia.

Em traços largos podemos adiantar que no momento em que realizamos as entrevistas, do conjunto dos entrevistados Joana estava efetiva na empresa onde trabalhava. Fernanda e Frederico são bolsiros de investigação, Filipe tem uma bolsa de FCT. Bárbara estava a iniciar o seu próprio negócio. Júlio é trabalhador independente, Rute, Vitória e Vera estavam desempregadas. Cristina estava a trabalhar mas sem qualquer tipo de vínculo contratual, Vasco, Francisco e Marta também estavam empregados, com contratos de trabalho.

Joana, Rute, Júlio, Vera, Vitória e Vasco já tinham trabalhado antes e durante a sua licenciatura, mas apenas Vasco e Vitória o fizeram na sua área de formação.

Com exceção de Filipe, todos os restantes entrevistados já tiveram mais do que três empregos desde que terminaram a sua licenciatura. Apenas Cristina, Frederico e Rute não procuraram emprego mal terminou a sua licenciatura. Esta situação ficou a dever-se ao facto de continuarem na empresa em que realizaram o seu estágio curricular que surge, assim, como elemento facilitador de acesso ao primeiro emprego por parte destes entrevistados em que veem, assim, ao contrário dos restantes entrevistados, eliminado um período bastante problemático de inserção no mercado de trabalho. No caso de Bárbara, este período durou praticamente três anos.

Podemos salientar que também são muitas as vias de acesso utilizadas como meios de procura de emprego quer após o término da sua licenciatura, quer nos trabalhos seguintes, como anúncios de jornais, Internet, concursos públicos, Centro de emprego, entre muitos outros. No entanto, destacamos o papel fundamental das redes de familiares, amigos e conhecidos como meios mais utilizados no acesso a situações de emprego, confirmando-se assim dados de outros estudos (Pais, 1998; Alves, 1998; Marques, 2006; Alves, 2000; Gonçalves, Parente e Veloso, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2007).

Capítulo VI. Vida privada, autonomia e (in)dependências

Mais do que atingir uma determinada idade cronológica, deixar de ser jovem significa ultrapassar uma série de etapas do ciclo de vida no sentido de autonomia social. Estas transições chave passam, geralmente, pela emancipação em relação à família de origem e à constituição de uma outra família relativamente autónoma da primeira. Todavia, nos dias de hoje os jovens organizam e vivem a sua vida familiar de formas muito diferentes do que a geração dos seus pais. A construção de uma vida independente, sendo ainda central o modelo tradicional de casamento, é muitas vezes protelada no tempo, revelando o adiamento progressivo da independência residencial e das transições a ela associadas, como a conjugalidade e a parentalidade (Pais, 1993; Ferreira, 1999; Aboim, 2011).

O presente capítulo visa precisamente analisar os processos associadas às etapas de ciclo de vida que os jovens percorrem no sentido de autonomia e independência em relação à sua família de origem. Tenta-se demonstrar que tais processos assumem formas, combinações e tempos de duração e concretização muito diferentes.

6.1 *Autonomia residencial adiada*

Neste encadeamento e com base na análise da informação recolhida, podemos constatar que Bárbara, Rute, Cristina e Francisco têm vindo a adiar sucessivamente a saída de casa dos pais. Não é que não se sintam confortáveis ou que os pais os pressionem para tal, simplesmente sentem que *«está na altura de eu ganhar asas...ter o meu próprio espaço e constituir uma família»* como refere Bárbara (30 anos, Licenciada em Gestão do Património).

Esta situação prende-se com o facto, no caso de Bárbara, Cristina e Francisco, nunca terem tido um emprego fixo desde que entraram no mercado de trabalho, além de que o salário que auferem mal dá para cobrir as despesas pessoais, como podemos ler nos seguintes excertos:

«Eu também nunca tive a ideia de casar muito cedo nem de constituir família muito cedo, mas agora que fiz trinta anos sinto que está na altura, mas... mas é claro que o facto de não ter um trabalho fixo condiciona...é complicado uma pessoa meter-se numa casa mesmo que seja numa situação de aluguer e depois não cumprir...é dar um tiro no pé...sim, tenho vindo adiar... sobretudo o casar e constituir a minha vida e ...eventualmente ter filhos» (Bárbara, 30

anos, Licenciada em Gestão do Património).

«Tenho adiado principalmente a saída de casa do meu pai. Se eu não tenho capacidade neste momento para suportar as minhas próprias despesas associando então uma renda de casa, não dá. Vivo com o meu pai e com a esposa dele e continuarei a viver com eles por muito mais tempo. Aquilo que recebo por mês não dá para viver sozinha. Moro em Guimarães e tenho que me deslocar todos os dias para Gaia, quer dizer, praticamente aquilo que ganho vai para a deslocação e para o desgaste do carro, pouco sobra» (Cristina, 29 anos, Pós graduação em Consultadoria e Marketing Político).

«Não posso pensar em sair de casa, ou alugar, ou comprar uma casa minha, porque estou por contrato e não sei se fico lá ou não, além disso o ordenado não é grande coisa. Ter casa própria obriga a muitas despesas e neste momento é muito complicado uma pessoa sozinha ter casa. É claro que neste momento não me sinto independente, vivo com a minha mãe, não estou mal, o que ganho vai dando para as despesas, mas... gosto de sair, jantar com os amigos e passar fins de semana fora com a minha namorada, mas ela ainda me diz “ não venhas tarde” quer dizer....» (Francisco, 27 anos, Engenheiro Informático).

Rute, com trinta e um anos, também ainda está a viver com o pai, situação que lhe trás bastante tristeza e desanimo visto que o seu trajeto de emancipação face à família de origem está marcado por dois aspetos. Primeiro, o prolongamento da doença da mãe que exigiu bastante atenção por parte de toda a família e, seguido, o desemprego. A trabalhar há já quatro anos na mesma instituição, Rute, contava passar ao quadro da empresa no fim do contrato. Por isso, com um namoro de dezasseis anos pensava que finalmente as coisas se iam encaminhar, começa a delinear os seus projetos de vida privada juntamente com o namorado, pedindo um empréstimo ao banco e iniciando a construção da casa para onde iriam viver.

Todavia, Rute não fica efetiva. A entidade patronal decide *«superiormente, que por causa da crise teria que ser dispensada, com a promessa de que posteriormente haveria um concurso, não era, que eu concorreria, e que teria a vantagem de ter lá estado estes anos todos e de ter estado à frente do projeto, não é... mas... até agora não foi nada disso que aconteceu...foi uma surpresa total. Não estava minimamente a contar»*. Caindo por terra, uma vez mais, a decisão de iniciar um projeto de vida a dois *«porque a nossa ideia de vida conjunta passava por: um tinha um emprego estável, fixo entre aspas não é, mais assegurado e o outro uma vida assim mais... porque ele é empresário, ele negocia em termos de filatelia que é uma vida muito incerta, ele tanto pode conseguir vender muita coisa num mês como no outro mês... então um teria um ordenado sempre fixo que era o meu e o dele que ia variando... com o eu ficar desempregada e ele continuar com um trabalho instável como tem, as coisas... os nossos projetos ficaram um bocado tremidos e ... não sabemos por quanto tempo mais vai*

demorar a coisa...» (Rute, 31 anos, Mestrado em Museologia).

Portanto, com uma situação de desemprego há mais de um ano, com uma casa a construir, com um empréstimo para pagar, a permanência em casa do pai surge, para Rute, como um recurso para poupar algum dinheiro enquanto se encontra a preparar terreno para a mudança que tanto deseja, mas que se tem revelado tão problemática.

Ao contrário dos anteriores entrevistados, Filipe menciona que neste momento não pensa em sair de casa da família de origem. Esta situação prende-se, segundo ele, não por razões económicas porque a bolsa de estudo que recebe até lhe permite conquistar algumas coisas, como por exemplo, o carro que mantém sem muito esforço, mas sim, com a dependência afetiva que o une à sua avó, com quem vive desde criança. Esta apetência associa-se a algum conforto visto que aquilo que recebe é canalizado quase exclusivamente para os gastos com os estudos, assim como para pequenas despesas pessoais que tem em termos de lazer. Por isso, remete para quando tiver trinta anos, o planeamento de projetos de autonomia e constituição de família.

«Eu acho importante ter a nossa independência e eu equaciono isso, ir viver sozinho ou com alguém, sair de casa da família e o que eu recebo de bolsa atualmente acho que daria, não sobraria muito dinheiro mas já conseguiria viver sozinho e ter a minha própria casa por exemplo. Atualmente tenho o meu carro, a bolsa de FCT permite-me isso, mas talvez projetos mais avançados de vida como ter filhos, eu acho que é um bocado complicado, já teria que pensar muito bem quanto a isso ...mas eu tenho outras razões para não o fazer porque eu neste momento não tenho um relacionamento com ninguém, vivo com a minha avó, pronto, são questões pessoais, o não querer deixar a minha avó sozinha por exemplo, mas sim, é algo que eu gostaria de fazer... talvez por volta dos meus trinta anos comece a pensar nisso» (Filipe, 25 anos, Doutoramento em Ciências e Tecnologias do Ambiente).

Sumariamente, a saída do agregado doméstico de origem é para estes jovens adultos um evento adiado. O prolongamento escolar de Filipe, assim como a sua codependência face à sua avó, a dificuldade de integração num emprego duradouro e adequadamente remunerado, os custos de se ter uma habitação e as implicações financeiras que daí advêm, segundo Bárbara, Rute, Cristina e Francisco, são fatores que, em muito, contribuem para o alongamento dos diversos rituais de transição para a vida adulta: autonomização financeira, saída de casa dos pais, criação de um novo agregado familiar, procriação. Mantém-se assim, uma semidependência face à família de procedência que desempenha um papel importante de fonte de proteção económica até que estes se tornem completamente autónomos. Esta racionalidade baseia-se para todos os entrevistados numa reflexividade a longo prazo.

6.2 Regressar a casa da família de origem

Se os jovens anteriormente narrados são genericamente denominados na nossa sociedade por “geração canguru” (Marques, 2006), outros são designados de “geração boomerang” ou utilizando a expressão de Machado Pais (2001), “geração yo-yo”, em analogia ao ato de sair de casa dos pais para mais tarde voltar.

Júlio tinha dezassete anos quando começou a trabalhar, pouco mais de vinte quando decidiu ir viver com a namorada *«companheira na altura, agora já não vivo, vivo novamente com os meus pais... a relação foi muito complicada»*. Segundo este entrevistado o facto de ter voltado para casa dos pais nada tem a ver com questões financeiras, nem tão pouco com a instabilidade laboral, mas sim com o facto dele e da namorada na altura em que decidiram ir viver sozinhos serem muito novos, como não se entendiam a relação acabou por terminar pouco tempo depois. Júlio refere mesmo que a relação foi muito complicada. Por isso, decide regressar a casa da família de origem *«não porque tivesse necessidade financeira naquela altura, mas pessoalmente viver sozinho não é uma coisa que eu deseje, não me vejo a viver numa casa sozinho, sem ninguém, estar em silêncio, gosto de viver com os meus pais e com os meus irmãos»*. Os pais apoiaram na decisão de sair, igualmente quando regressou, quando ficou desempregado, quando decidiu entrar na universidade, já com vinte e quatro anos, sendo aluno a tempo inteiro. A trabalhar desde novembro de 2011, a recibos verdes, Júlio refere que o salário que recebe apenas dá para as suas despesas pessoais, por isso, sair de casa dos pais para ir viver sozinho ou até mesmo com alguém neste momento seria impensável, segundo este entrevistado teria que ganhar pelo menos o dobro.

O facto de morar no Porto, trabalhar em Braga e estudar em Guimarães levou Vasco a decidir ir morar para mais perto do emprego porque *«se tornava muito complicado fazer duzentos quilómetros por dia entre Porto, Braga e Guimarães, tornava-se complicado e então tive que arranjar um apartamento, também para ter cuidado com as despesas»*. Durante dois anos Vasco morou sozinho, contudo, ao fim de semana estava em casa dos pais, que sempre o apoiaram, não financeiramente porque até ganhava bem, mas com coisas básicas como: tratar da roupa, compras e de vez em quando uma limpeza no apartamento. A vontade de querer evoluir sempre mais na sua área profissional levou-o a procurar um novo emprego, desta vez no Porto, quando termina o mestrado. Na altura quando deixou o apartamento em Braga e regressa à cidade Invicta ainda pensou ir viver

com a namorada, todavia, o facto deste novo emprego o levar a várias deslocações para o estrangeiro e da namorada não ter «... *qualquer tipo de rendimento, está completamente instável... enquanto o outro lado não se sentir seguro, não se sentir capaz não nos podemos lançar em nada... não dá para arriscar*» por isso decide regressar a casa dos pais. Refere ainda que «*não foi difícil regressar porque sempre tive uma relação aberta com os meus pais, conheço bem aquilo que eles querem e o que eles não querem, por isso não foi difícil*» (Vasco, 30 anos, Mestrado em Gestão dos Sistemas de Informação).

Na verdade, este fenómeno não é novo. O aumento dos divórcios, empregos precários e provisórios, intercalados com fases de desemprego e momentos de formação são motivos que levam muitos jovens a voltar a viver em casa dos pais, depois de tempos volvidos a experienciar outras vivências. No caso de Vasco esta situação prendeu-se com a importância da realização profissional, no caso de Júlio, a experiência afetiva com a namorada fracassada e o facto de não conseguir viver sozinho.

6.3 *Autónomos, mas a viver na corda bamba*

No entanto, há também um pequeno universo da nossa amostra que já deixou a casa dos pais. É o caso de Frederico, Marta, Joana, Fernanda, Vera e Vitória.

O facto de a avó «*ter um apartamento disponível*» permitiu que Frederico, de trinta e três anos, saísse de casa dos seus pais e se tornasse independente há já algum tempo. Segundo ele «*nesse aspeto eu tive muita sorte porque não tenho que pagar uma renda*», porque com um uma bolsa de investigação mensal de «*setecentos e quarenta e cinco euros não dava para pensar numa vida independente*». Seria incomportável com este rendimento pagar uma renda de casa, mais todas as despesas que lhe são inerentes, quando ainda por cima está a iniciar o seu Doutoramento em História e não tem «*qualquer tipo de apoio para nada, nada, nada, para uma folha de papel, para uma caneta, para nada*». Por isso, reconhece que este apoio da família é fundamental.

Vitória saiu pela primeira vez de casa dos pais quando ingressou na Universidade em Tomar. Quando termina os estudos regressa novamente ao agregado doméstico. O facto de viver sozinha cinco anos levou-a a criar algumas rotinas. Apesar de os pais não a condicionarem muito, sentia a necessidade de ter um espaço só seu, por isso, mal começa a trabalhar decide correr o risco de morar sozinha. Aluga um quarto e sai de casa dos pais. No entanto, segundo esta entrevistada, tem sido «*sempre a viver na corda bamba... tem sido muito difícil, mas para mim ter o meu próprio espaço era uma*

prioridade, prefiro não sair à noite mas ter o meu espaço, mas está a ser desolador».

Com ordenados sempre abaixo do salário mínimo nacional, Vitória refere que sempre foi uma luta diária para conseguir ser independente.

«Sempre tive o cuidado em poupar e ter para amanhã...mas já não vou ao cinema à anos, portanto, isso para mim não à... comer fora também não sei o que isso é, a não ser quando excepcionalmente um amigo faz anos e a gente faz esse esforço porque é um amigo e merece, pronto, muitas das vezes digo que não vou, que não posso porque tenho um jantar de família, é o mentir mesmo, não é, e então vou só lá ter...comprar alguma coisa é sempre em promoção, mesmo as compras para casa é sempre em supermercados mais baratos e sempre a comparar preços... é poupar ao máximo, ao máximo. Mesmo... mesmo quando estava a trabalhar porque o dinheiro também era contado. É verdade. Levava sempre o almoço. Uma sandes, um iogurte, uma peça de fruta, havia se calhar um dia que até ia à rua e comia uma sopa e ficava-me por aí, mas havia dias que nem isso e ficava assim, porque tinha que ser, não havia dinheiro e tínhamos que poupar em alguma coisa, não é, muitas das vezes poupa-se na comida...». Vitória sublinha ainda que com que o pouco dinheiro que recebe de subsídio de desemprego e com mais algum que vai ganhando nuns biscates que tem vindo a fazer tem conseguido *«de uma forma ou outra pagar as minhas coisas, obviamente que com isto os meus pais pensavam que eu ia voltar para casa, mas eu faço questão de não, porque foi um passo grande que dei e não vou agora retornar. Neste momento é essa a minha maior preocupação, é conseguir aquele dinheiro para a renda e o resto logo se vê».* Mas apesar da “provação” em que vive quer em termos económicos, quer do sofrimento emocional que vivência diariamente para conseguir subsistir, Vitória demonstra muita relutância não só em pedir ajuda a amigos e familiares, mas principalmente em aceitar a ajuda dos pais como podemos ler no seguinte excerto: *«eu é que digo sempre, se saí, foi por decisão minha, por isso não vão continuar a sustentar-me porque não faz sentido, eu sempre que vivi com eles nunca me exigiram dinheiro, embora eu às vezes fizesse questão de fazer algumas compras, levar e entregar em casa. Ajudam, ajudam sempre, às vezes dão dinheiro que eu não aceito, portanto e como sabem que eu não aceito vão lá a casa e dizem “olha comprei isto em promoção” e levam... levam compras, muitas das vezes vou lá jantar, principalmente, à noite e quase sempre ao fim de semana, vou lá jantar ou almoçar, e isso parece que não mas já não é uma despesa que tenho e é uma forma de eles me ajudarem e de eu estar próximo deles, obviamente, indiretamente esta é uma forma deles me ajudarem»* (Vitória, 27 anos, Pós graduação em Comunicação Marketing e Relações Públicas).

Vera conhece bem esta narrativa. Também esta entrevistada saiu de casa dos pais para ingressar na universidade. Voltou seis anos depois. Pouco tempo após começar a trabalhar decide ir viver com o namorado de há vários anos. A relação que parecia ter

tudo para dar certo, dura muito pouco tempo. Na altura, como Vera já trabalhava em casa decide continuar a viver onde estava, sozinha. Triste e desanimada vai referindo que apesar de ser tudo muito controlado ia dando para viver. É claro que *«ano após ano tenho vindo a ser obrigada a adiar tudo o que gostaria de ver feito na minha vida...sonho de viajar, constituir família e ...neste momento até o direito de ser autónoma... porque vejo-me presentemente com dificuldades financeiras uma vez que não recebo qualquer tipo de ordenado há três meses, não sei se conseguirei aguentar por muito mais tempo na casa arrendada onde estou atualmente... mesmo com a ajuda que os meus pais me dão, e a minha irmã me dá, já mal consigo fazer face às despesas que tenho, mas também não faço ideia para onde poderei ir morar uma vez que não vejo condições para regressar a casa dos meus pais, apesar de eles dizerem que tudo se vai arranjar»*. Os pais reformados têm ajudado financeiramente, a irmã que trabalha num supermercado com bens materiais. Vera está a tentar ao máximo não voltar para casa do agregado doméstico, não que se dê mal com a família, até pelo contrário, o facto é que a casa dos pais é muito pequena e caso ela regresse terá que dormir na sala perdendo assim toda a sua privacidade. Menciona mesmo que *«esse é o meu maior receio. É algo que ocupa grande parte da minha mente diariamente, é perder o pouco que tenho, sobretudo perder a minha privacidade»* (Vera, 31 anos, Licenciada em Tradução). Vera procura ativamente emprego, responde mesmo a anúncios para trabalhos desqualificados, escondendo, por isso, as suas habilitações, no sentido de voltar o mais rapidamente possível ao mercado de trabalho e receber um salário que lhe dê para as suas despesas.

6.4 Autónomos

Com efeito, se para a grande maioria dos jovens portugueses sair de casa dos pais e ter uma vida completamente autónoma é uma realidade que não está completamente acessível, visto ser uma situação que se afigura como muito complicada de gerir no plano económico, outros há que o conseguem fazer.

Joana, trinta anos, também já saiu de casa dos pais. No entanto, ao contrário de Vera se tiver que voltar para casa dos progenitores não será *«nenhum drama»*. O facto de ter passado a efetiva na empresa onde trabalha, assim como ter um salário que lhe permite ter uma vida completamente autónoma, levou Joana a equacionar ter o seu próprio espaço. Segundo esta não tinha a ver com o facto de querer mais liberdade por que os pais nesse aspeto nunca a limitaram, mas tal como os anteriores entrevistados

sentiu a necessidade de ter o seu próprio espaço, apesar de salientar que *«decidi arriscar porque neste momento felizmente não tenho instabilidade financeira, mas também não era assim uma coisa por aí além, se ainda estivesse em casa dos meus pais não estava mal. Aliás hoje estou de folga e estou aqui, por isso...»* (Joana, 30 anos, Licenciatura em Gestão dos Recursos Humanos).

No caso de Marta, o facto de não conseguir encontrar um emprego estável em Portugal levou-a a rumar a Inglaterra, onde se encontra atualmente a dividir casa com mais algumas colegas com quem trabalha. Portanto, ao contrário dos anteriores entrevistados que saíram de casa por vontade própria, Marta saiu de casa dos pais por motivos profissionais, situação que lhe permitiu não só encontrar um emprego mais estável do que o que tinha em Portugal, mas também, auferir um salário que lhe possibilita fazer face a todas as suas despesas pessoais, ou seja, ser autónoma financeiramente. Tal como Joana, Marta refere que se as coisas não correrem bem não tem qualquer inconveniente em voltar para casa dos pais. Aliás, Marta refere mesmo que *«se eu ainda morasse cá, mesmo que tivesse um ordenado como o que tenho agora ainda ia ficar em casa dos meus pais, eu acho que ainda ia ficar lá por mais algum tempo. Claro que não ia ficar eternamente, mas que ainda ia ficar por mais algum tempo ia...porque eu acho que ainda ia fazer muito jeito à minha mãe, aliás, ela é a primeira a dizer que não me queria fora da porta...»* (Marta, 26 anos, Licenciada em Cardiopneumologia).

Fernanda é natural da Ilha da Madeira e o facto de ter concorrido a uma bolsa de investigação para o Continente, levou-a, tal como Marta, a sair de casa da mãe um pouco a revelia da sua vontade. Com efeito, Fernanda declara ter muitas saudades das suas raízes, assim como da sua família. Apesar de ter um salário que considera como reduzido, Fernanda consegue neste momento pagar todas as suas despesas pessoais, ser completamente independente da sua mãe. No entanto, tal como muitos dos anteriores entrevistados o seu rendimento tem que ser bastante controlado, o que a leva a ter que viver num quarto alugado. Fernanda refere ainda que gostava muito de ter uma casa, de ter um carro, mas o facto de ser bolseira de investigação e não saber como será a sua vida profissional quando terminar este seu contrato, leva-a a não ir avante com esses planos, pois caso fique desempregada terá que voltar para casa da família, na Ilha da Madeira, pois não tem como suportar as despesas sozinha aqui no Continente.

6.5 *Estamos adiar, adiar e vamos adiar*

Verifica-se também nos discursos dos entrevistados de que a maternidade/parentalidade é uma decisão que tem vindo a ser adiada e que continuará a ser adiada, sobretudo, até conseguirem segurança financeira, aliada à estabilidade profissional. Associado a este fenómeno está igualmente o facto de alguns destes jovens ainda não terem um relacionamento estável, apenas relações transitórias, não adequadas ao nascimento de um filho. Ter filhos simboliza, para estes entrevistados, uma vida profissional e pessoal já estabelecida. Contudo, podemos constatar que os rapazes têm uma perspetiva ligeiramente diferente do das mulheres.

Enquanto os primeiros encaram esta situação como algo natural, acontece quando tiver que acontecer, e se tiver que ser adiado adia-se, como podemos verificar no seguinte excerto:

«É claro que todos nós queremos ter uma família, ter filhos, casamento, mas se neste momento não é possível, adia-se» (Vasco, 30 anos, Mestrado em Gestão dos Sistemas de Informação).

A maioria das entrevistadas tem receio de que esta conjuntura, ameaça generalizada do desemprego e da incapacidade de transitar de uma situação de vínculos informais ou precários para uma situação de pleno emprego, com vínculos formais e de longa duração, se prolongue por muito mais tempo, que ultrapasse até para lá dos limites do seu relógio biológico, incapacitando-as assim de concretizar esse sonho. Aspeto que se pode constatar no discurso da seguinte entrevistada:

«(...) neste momento onde estou é num quarto arrendado... pensar em ter a minha casa ou constituir família ou pensar na maternidade, quer dizer, é impensável. Depois uma pessoa começa a pensar, ok, estou a chegar aos trinta anos e começamos a pensar que estamos a adiar, adiar, e sabemos que vamos adiar até aos trinta, e aos trinta e cinco, porque já adiamos aos vinte cinco, quer dizer, e...e não sabemos o que devemos fazer...nós também queremos dar tudo aquilo que não tivemos aos nossos filhos e...vamos adiando, adiando e neste momento não sabemos até quando vamos adiar...se calhar até ser tarde de mais (...)» (Vitória, 27 anos, Pós graduação em Comunicação e Marketing).

No entanto, convém salientar que dois dos entrevistados, Joana e Frederico, não pretendem de todo ter filhos.

«(...) casar e a ter filhos não faz parte de mim, das minhas projeções nos próximos... sei lá... nos próximos dez anos, por issoé uma situação que eu não quero para mim... porque eu tenho amigos meus que são casados e que têm filhos e que se matam a trabalhar e

ainda dependem dos pais, por isso... (Frederico, 33 anos, Doutorado em Historia).

No caso de Frederico esta decisão não significa que queira viver uma vida sem encargos e responsabilidades, para este jovem entrevistado a sua «grande frustração é mesmo a nível profissional» símbolo de progresso e independência financeira. Portanto, o casamento e a parentalidade neste momento seriam fatores limitadores das oportunidades que lhe podem surgir, visto que ele pretende iniciar uma carreira fora do nosso país. Remete esse pensamento para um futuro longínquo.

Já Joana coloca completamente de parte essa ideia, revelando que não se sente preparada para tal responsabilidade, preferindo sim uma maior liberdade para viver a vida, sobretudo, viajar e passar por outro tipo de experiências, consumos, lazeres e sociabilidades.

«(...) nem pensar, não, não é uma opção, nem pensar, fale-me antes em hobbies, gosto muito de viajar, se eu tivesse dinheiro para viajar era o que eu fazia, eu só viajava, filhos não» (Joana, 30 anos, Licenciatura em Gestão dos Recursos Humanos).

Relembremos, então, que todos os entrevistados são solteiros e não têm filhos. O prolongamento dos estudos para Filipe, a situação económica difícil relacionada com a precariedade do emprego para Bárbara, Cristina, Francisco e Júlio, assim como as dificuldades de inserção no mercado de trabalho para Rute desde que está desempregada, leva estes jovens a prolongarem a sua estadia em casa do agregado doméstico de origem, por não se sentirem auto suficientes financeiramente. Representa, em alguns casos, um impasse na relação conjugal em curso, assim como a limitação da concretização de todos os projetos de vida privada. Vasco também vive com os pais apesar de ter autonomia financeira.

Vera e Vitória têm autonomia habitacional, contudo, o facto da primeira não receber o ordenado há já alguns meses e da segunda se encontrar em situação de desemprego leva-as a depender financeiramente das famílias de origem. Fernanda e Frederico também têm autonomia residencial, todavia, o facto das bolsas de investigação estarem a terminar leva-os igualmente a continuar ancorados no reduto familiar. A família, em todos os casos continua a exercer uma função protetora, quer material, quer emocional, apesar de algumas delas também vivenciarem dificuldades económicas. Apenas Marta e Joana conseguem neste momento ter autonomia residencial e financeira face à família de procedência.

Ter filhos também está profundamente inscrito nas suas intenções, contudo, esta situação simboliza para estes jovens entrevistados uma vida profissional e pessoal já estabelecida, sobretudo, com maiores capacidades financeiras. Como podemos observar apenas Frederico e Filipe estabeleceram um prazo de concretização destes projetos de vida privada, apesar de serem num futuro ainda longínquo. De salientar também que apenas Vitória e Francisco enfatizaram o facto de os pais lhes imporem algumas reservas, como o de não chegarem tarde a casa ou até de saberem para onde é que eles iam quando saíam, o que aponta para que, no geral, a família de origem também não incentiva estes jovens a deixar a casa paterna, apoiando-os, por isso, nos mais diversos sentidos até que estes consigam atingir uma vida completamente independente.

Capítulo VII. Um futuro em aberto

Neste capítulo, o enfoque da análise recairá sobre a construção de projetos profissionais e pessoais futuros dos entrevistados. A análise permite perceber como as dificuldades de inserção e manutenção no mercado de trabalho destes jovens qualificados contaminam os restantes aspetos da sua vida pessoal, visionando diferentes imagens da sua vida futura.

7.1 Futuro profissional e pessoal

Um dos traços que mais representa a condição juvenil portuguesa atualmente é a situação de impasse vivida por muitos jovens em relação ao seu futuro.

As profundas transformações que o mercado de trabalho tem sofrido nas últimas décadas, não só devido ao fenómeno da globalização, do avanço tecnológico mas também de toda uma conjuntura sócio económica que se faz sentir nos últimos anos, são de uma enorme transcendência para os jovens que vivem hoje um quotidiano complexo, marcado pelos mais diversos problemas que lhes limita as suas aspirações de inserção e manutenção no mercado laboral. Dentro desses merecem especial destaque o desenvolvimento de formas atípicas de trabalho, do incremento da flexibilização e da precariedade assim como a vertiginosa diminuição de postos de trabalho.

Rodopiando por uma multiplicidade de trabalhos precários, alternados com inserções temporárias no mundo laboral e desinserções periódicas, os jovens por nós entrevistados vivem assim uma realidade que não se encaixa no conceito tradicional de trabalho. Esta situação leva-os a encarar o futuro como um cenário onde se projetam expectativas e receios (Pais, 2003) que determinam, em certa medida, o adiamento da sua independência e, conseqüentemente, a constituição da sua própria família.

Apesar de terem rumos diferentes no que se refere ao seu futuro, quando questionados no que concerne à construção dos seus projetos profissionais e pessoais futuros, o denominador comum entre todas as respostas assentou na dimensão do emprego. Ou seja, todos os entrevistados esperam encontrar um emprego mais estável ou pelo menos ter um contrato a longo prazo, de preferência na sua área de formação, mas sobretudo terem uma melhor remuneração de modo a que esta lhes conferira uma maior autonomia financeira, elemento determinante para estes jovens como processo de materialização dos seus desejos atuais e vindouros. De salientar que para a maior parte

dos entrevistados a obtenção de um diploma ainda não lhes proporcionou uma garantia de acesso a um emprego estável e devidamente remunerado, o que os leva a algum desencanto face ao futuro laboral, como se pode ler, por exemplo, nas seguintes palavras:

«As minhas expectativas são em primeiro lugar fazer aquilo que eu gosto de fazer, que é exercer na minha área, sociologia. Se eu não o conseguir fazer pelo menos ter um ordenado decente, e um ordenado decente para mim é um ordenado de licenciado (...).» (Fernanda, 29 anos, licenciada em Sociologia).

Todavia, admitem a possibilidade de virem a aceitar um trabalho que não almejem caso vivam situações económicas difíceis relacionadas com a precariedade no emprego ou com a dificuldade de inserção ou manutenção no mercado de trabalho, visto recearem não poder cumprir com responsabilidades sociais e económicas que tenham ou possam vir a ter a longo prazo. Tal como nos relata o seguinte entrevistado:

«...eu gostava de continuar na minha área uma vez que fiz este investimento todo. O meu objetivo é se chegar a setembro e acabando o fundo de desemprego se não conseguir nada na minha área ...e eu vou batalhar ao máximo até setembro mas se não conseguir na minha área pois terei que ir trabalhar para outra área, seja ela qual for...» (Rute, 31 anos, Mestrado em Museologia).

Importa também salientar que o trabalho não é visto por estes jovens apenas como uma mera posição para se alcançar uma situação económica favorável, é sobretudo considerada como fonte de realização pessoal, ponto fulcral que surge com muita força nos discursos de todos os entrevistados no que diz respeito às suas expectativas futuras. Por isso, têm consciência de que esta situação pode levar tempo e até se necessário, alguma mobilidade geográfica, o que implica, por vezes uma passagem por múltiplos empregos e profissões até encontrarem uma atividade que seja considerada como gratificante.

Esta situação, segundo os entrevistados tem e irá continuar a interferir, influenciar e sobretudo limitar as oportunidades e os recursos de concretização de, alguns se não todos, projetos pessoais privados como: a autonomia económica e habitacional face à família de origem e posteriormente a constituição da sua própria linhagem.

Relembremos que os rendimentos reduzidos, as situações profissionais precárias e instáveis, a procura de profissões diferentes do ponto de vista funcional e simbólico relativamente às exercidas atualmente, levam Bárbara, Rute, Cristina, Francisco, Filipe,

Júlio e Vasco a viverem com os seus progenitores, representando, como anteriormente referido, em alguns casos, um impasse na relação conjugal em curso. Frederico, Marta, Joana, Fernanda, Vera e Vitória têm autonomia habitacional, contudo, a incapacidade de alguns destes entrevistados suportarem autonomamente todas as despesas relativas a um projeto de emancipação individual, devido aos mesmos fatores cima mencionados, levam-os, tal como aos primeiros, a serem semidependentes face à família de origem.

Neste contexto, da análise realizada podemos verificar que os percursos profissionais e a constituição de projetos de vida familiar privados estão particularmente dependentes da estabilidade profissional. A continuação da transitoriedade e da aleatoriedade, pautada nos seus percursos profissionais atuais, irá tornar difícil a concretização desse desejo a curto prazo, como nos relata Francisco:

«É claro que a vida pessoal e familiar estará inerentemente ligada à situação profissional de todos os envolvidos. Gostaria de constituir família, ter o meu cantinho, ser pai, ser feliz, mas com a incerteza que se vive nos dias que hoje correm sinto que ainda está tudo muito longe de ser concretizado» (Francisco, 27 anos, licenciado em Engenharia Informática).

A maioria destes jovens adultos perspetiva, por isso, que o seu futuro profissional e pessoal continue a ser muito incerto, tendo mesmo no horizonte, a médio e longo prazo, uma acentuada desconfiança no seu trajeto arquitetado, não só devido às dificuldades de inserção e manutenção porque tem passado no mercado de trabalho desde que entraram na vida ativa, mas também porque as instituições, os princípios e os valores que lhes proporcionava um sistema consolidado de referência e que lhes assegurava um sensação de segurança parecem estar a desaparecer. Como se pode depreender dos relatos de Francisco e Rute:

«Vejo o meu futuro muito incerto porque cada vez mais as leis beneficiam as entidades patronais e não os trabalhadores, ainda por cima com as novas leis que foram acordadas esta semana a estabilidade laboral é mínima ou nula para quem como eu começou agora a trabalhar» (Francisco, 27 anos, Licenciado em Engenharia Informática).

«Gostava de poder dizer que eram boas mas sinceramente acho que não, acho que vou lutar muito até setembro para....pelo menos é isso que eu penso, vou lutar muito, vou continuar a falar com as pessoas que eu conheço porque as que eu não conheço também não me recebem... não basta abrir um lugar e eu concorro e pelo meu mérito eu consigo ficar, não, tem que ser alguém que eu conheça e que conheça o meu trabalho e que goste de mim que eu lhe fale ao coração para que ele me recomende, por isso eu acho que neste país infelizmente o nosso futuro não está nas nossas mãos, pelo menos na minha área, não está nas nossas mãos...por isso eu acho que nestes próximos anos não vou conseguir voltar para a minha área»

(Rute, 31 anos, Mestrado em Museologia).

Noutros casos, os entrevistados não mostraram ter algo idealizado em concreto quando questionados sobre os seus projetos vindouros, tendo mesmo dificuldade em antever o seu futuro. Tal pode-se constatar no discurso de Vera e Marta:

«Dadas as minhas condições atuais não consigo antever um futuro risonho. Neste momento da minha vida sinto-me tão descrente e desmotivada face a tudo que por mais que eu lute e me esforce não consigo sequer equacionar que algo de bom vá mudar na minha vida, por isso ...não sei como é que vai ser daqui para a frente...» (31 anos, Licenciada em Tradução).

(...) Infelizmente como eu continuo a acompanhar as notícias ... não sei... imagino-me trabalhar na minha área, não sei se cá, ou lá, ou noutra sítio qualquer... não faço a mínima ideia, para já é vamos indo e vamos vendo, não tenho nada estipulado, vamos ver...» (Marta, 26 anos, Licenciada em Cardiopneumologia).

No entanto, existem casos de entrevistados com algum otimismo face ao futuro. Se atentarmos no discurso da Bárbara e da Vitória podemos verificar que estas projetam estratégias e orientações que tentam confinar e superar a imprevisibilidade e a precariedade da sua situação laboral, quer atual, quer futura.

«Eu espero que seja melhor (...), espero que seja brilhante visto que estou a fazer este investimento (salão de chá) por isso tenho que ser positiva» (Bárbara, 30 anos, Licenciada em Gestão do Património).

«Eu sempre fui uma otimista por natureza se calhar por...por ser uma pessoa que me adapto facilmente a qualquer meio, acho que não deve ser difícil, seja ou não seja na minha área hei de conseguir alguma coisa, conseguir vingar (...) acho que também devemos acreditar que as coisas vão mudar, pôr os receios para trás das costas, temos que acreditar nas nossas capacidades» (Vitória, 27 anos, Pós graduação em Comunicação Marketing Relações Públicas).

De sublinhar, ainda, que apesar de a maioria destes jovens estar um pouco céticos em relação ao futuro não estão de braços cruzados. O receio de não vir a ter um emprego estável e duradouro tão cedo, de cair numa situação de desemprego ou de continuar a ter um rendimento reduzido, dimensões base para terem independência e autonomia, leva-os a perspetivar estratégias para tentar gerir as suas incertezas e imprevisibilidades face ao futuro. Como por exemplo: considerar em alguns casos o risco de criar o seu próprio negócio, noutros, pensar em emigrar.

7.2 *Pensar, criar, aplicar um sonho: ser empreendedor*

Milhares de jovens portugueses apostam e investem, longos anos, na sua qualificação escolar no sentido de vir a conseguir obter uma situação profissional favorável no futuro, ou seja, aquando a sua entrada no mercado de trabalho. Porém, quando lá chegam deparam-se com uma outra realidade pois “*o acesso a um emprego não é um fenómeno espontâneo, imediato, mesmo para quem, independentemente da sua área de formação, detém qualificações elevadas*” (Sousa, 2003:204).

Este contexto de crescente instabilidade, incerteza e precariedade, que se faz sentir atualmente em Portugal, leva a que uma grande maioria de jovens mude por isso de atitude relativamente às suas opções de carreira, aderindo à vertente do empreendedorismo, designadamente, “*constituírem o seu próprio projeto profissional como forma de se inserirem e de se manterem no mercado de trabalho*” (Marques, 2009:89) respondendo assim a um dos grandes desafios que a sociedade lhes coloca.

Do total dos entrevistados apenas três enfrentaram o desafio de abrir o seu próprio negócio. É o caso da Bárbara, do Vasco e do Frederico.

Conforme anteriormente referido o início de uma atividade empresarial, qualquer que ela seja, surge para muitos jovens como uma necessidade de resolução de um problema: a falta ou a ausência de melhores alternativas de emprego. Esta situação é vivida por Bárbara como se pode relembrar no seguinte depoimento:

«Nunca exerci na minha área. Desde que acabei o meu curso (2008) nunca trabalhei com contrato, todos os trabalhos que tive, fora dar explicações em casa, foram de quinze dias, um mês. Part times em lojas para ajudar nas épocas mais altas ou em épocas de mais trabalho. Sobretudo tenho estado mais tempo a trabalhar num escritório, é trabalho temporário. (...) Neste momento (2012) estou a abrir um salão de chá com venda de produtos gourmet, os biscoitinhos tradicionais e artesanais, as compotas, os licores, os chocolates, assim disso (...) é uma sociedade com uma amiga e inicialmente com uma funcionária e depois esperamos ter que meter mais, será um bom sinal» (Bárbara, 30 anos, licenciada em Gestão do Património).

Como podemos verificar, Bárbara é uma dessas pessoas para quem o empreendedorismo é fruto de uma necessidade. Cansada de se sentir como ela mesmo refere *«marginalizada, entre aspas, na sociedade, porque uma pessoa estudou com um objetivo, fez tantos esforços, ultrapassou tantas barreiras e chega ao fim da corrida e agora para onde é que eu vou?...e estar sempre a ser rejeitada é um bocado...é frustrante»*, decidiu por isso, com uma amiga, na mesma situação, abrir o seu próprio negócio. Um salão de chá com venda de produtos gourmet. Um projeto aliciante, muito *«muito bem pensado, porque nós*

estávamos à espera de uma loja bem situada e que a renda não fosse exorbitante. E já estamos nisto assim, a sério a sério, desde quando criamos a empresa, foi em junho de 2011», porque segundo a entrevistada *«isto não está para brincadeiras»*. A criação da sua própria empresa permite-lhe assim não só reinserir-se no mercado de trabalho, fator particularmente importante para os jovens com qualificações superiores, mas também obter *«um sustento financeiro para dar continuidade à minha vida familiar privada»*.

Ora, em linguagem comum ser empreendedor está relacionado com o facto de se iniciar um negócio, contudo, isto é uma aplicação bastante livre de um termo que tem uma história rica e uma interpretação mais significativa. O termo empreendedor tem origem na palavra francesa “*entrepreneur*” que segundo Dees (2001:1) significa alguém que empreende um projeto ou uma atividade significativa. Esta expressão que foi mais especificamente usada para identificar os indivíduos arrojados que ao criarem novas e melhores formas de fazer as coisas estimulavam o progresso económico. Termo que descreve não o empreendimento que o indivíduo faz, mas sim a sua postura, o seu comportamento, assim como o conjunto das suas qualidades. Por esse facto é que Drucker (1987) preconiza que para um indivíduo ser empreendedor não tem que necessariamente criar uma empresa ou inventar um novo negócio. Na sua visão, os empreendedores não causam mudanças, exploram sim as oportunidades que as mudanças criam. O empreendedor procura as fontes de inovação para criar oportunidades. Segundo as suas palavras “*o empreendedor procura sempre a mudança, responde a ela e explora-a como uma oportunidade*” (Idem: 1987:36). Tal descrição que aplica-se à capacidade de iniciativa de Vasco que refere:

«Eu tenho, entre aspas, o meu próprio negócio. Faço algumas coisas para fora embora não seja legalizado. Faço algumas coisas para fora, ajudo algumas empresas a melhorar a sua prestação na Internet e noutras situações, claro que vejo isso e já...já me deu algum dinheiro. Já pensei nisso mais afincadamente, tenho alguns colegas meus a pedirem-me para o fazer mais oficialmente mas para já não me vejo a fazer isso a cem por cento. Vejo-me a fazer isso no meu tempo livre, ajudar este ou aquele em termos de gestão e em termos de desenvolvimento de pequenas coisas, mas não a cem por cento, porque acho que...na minha maneira de ser não me vejo atrás de uma secretaria atender clientes e a não fazer aquilo que gosto».

É certo que nem todas as pessoas têm as denominadas qualidades para serem empreendedores, contudo, isso não quer dizer que não possam desenvolver os seus talentos. A vertente de empreendedorismo para Vasco situa-se mais num molde de oportunidade, não só de ganhar mais algum dinheiro extra, mas também de desenvolver

situações, que por vezes, não lhe são permitidas onde trabalha. Apesar de estar por contrato a termo certo na empresa onde trabalha, e de não saber ao certo como vai ser o seu futuro profissionalmente dentro daquela instituição, ele prefere a estabilidade dentro da instabilidade. Nomeadamente, ele prefere a estabilidade de estar a trabalhar por conta de outrem do que estar arriscar num negócio próprio, que, face à atual conjuntura económica em que se vive, no nosso país conjuntamente com a sua falta de espírito de risco, «...principalmente agora que tens que pagar imensos impostos, onde o teu lucro é esmigalhado e cada vez à mais concorrência, por isso eu prefiro se calhar continuar a fazer o que estou a fazer neste momento, pequenas coisas e continuar a gerir alguns projetos para amigos a...a estabelecer-me completamente a cem por cento numa empresa ou num escritório. Acho que é muito arriscado» (Vasco, 30 anos, Mestrado em Gestão Sistemas de Informação).

Naturalmente que passar de uma ideia para um negócio propriamente dito implica riscos, sobretudo não se ser bem sucedido. Tal como refere Drucker (1987), empreender é uma iniciativa arriscada, porém, esse risco pode ser reduzido ou minimizado, caso o empreendimento seja submetido a uma disciplina, a uma metodologia de trabalho. É por isso necessário um planeamento prévio, ter um conhecimento não só do negócio que se vai iniciar, mas também sobre o mercado e sobre os riscos envolvidos na nova empresa. Outra razão patente passa pela simples questão da dificuldade em obter um financiamento adequado. A falta de capital, quer muitas das vezes para o arranque da atividade, quer para o seu crescimento, é uma das principais causas para o insucesso das empresas. Atentemos por isso no discurso de Frederico quando lhe perguntamos se já tinha pensado em enfrentar o desafio de abrir o seu próprio negócio, de criar o seu próprio emprego:

«Nem me fale. Já fiz isso e foi o maior desastre da minha vida. Enquanto estive desempregado, naquele ano até ter esta bolsa juntei-me com uns amigos meus e abrimos uma loja aqui no Porto. Uma loja com uns produtos muito engraçados, muito diferentes, produtos novos e...e o que aconteceu foi que, como tínhamos tantos impostos para pagar, e tanta coisa para pagar, que e ainda hoje estamos a pagar dívidas da loja que já está fechada. Ainda hoje estamos a pagar segurança social, IRC e não sei que e não sei que mais. Nós éramos de várias áreas, áreas diferentes, fizemos ótimas estratégias de comunicação e de marketing, as pessoas gostaram muito, mas retraíram-se muito em comprar a partir do momento em que começaram a sair essas notícias da crise. Ajudas não há. Não à nenhuma instituição que nos dê ajuda para esse tipo de coisas, e nós chegamos aquela altura em que dissemos, já tinha passado um ano, e nós dissemos “ bom, ainda não estamos a ganhar dinheiro, ainda não estamos naquela fase de estarmos a perder dinheiro, ou apostamos tudo agora e pedimos um empréstimo para se

continuar com isto, ou acabou por aqui” e optamos por não pedir um empréstimo porque também fomos aconselhados, na altura. Fomos a algumas instituições de crédito e eles disseram que sim senhor, era um bom projeto, mas que não era boa altura para se começar uma loja, por isso, tão cedo não quero voltar a pensar nisso» (Frederico, 33 anos, doutoramento em História).

De facto, a realidade nacional neste momento não é de todo animadora. E a somar a essa situação o sistema de financiamento português está fundamentalmente baseado no crédito, existindo, por isso, uma aversão ao risco. Neste contexto a grande maioria dos jovens empreendedores, tal como Frederico, não consegue obter financiamentos externos significativos, fruto das entidades financeiras preferirem financiar empresas já existentes do que apoiar iniciativas mais inovadoras e arriscadas, especialmente no caso das lançadas pelos jovens.

Um outro exemplo desta realidade é o caso da Vera. Face à difícil situação profissional em que vive atualmente, esta entrevistada pensou com uma amiga criar a sua própria empresa de tradução, mas a burocracia, a falta de apoio e financiamento levaram-na a desistir da ideia.

«Não posso pedir um empréstimo, nós até temos uma boa ideia para o negócio mas não nos concedem um empréstimo, pelo menos eu não tenho nem bens, nem fiador. Já procuramos apoios junto das nossas Juntas de Freguesia, na Câmara Municipal, no Centro de Emprego e outras instituições mas a resposta tem sido sempre a mesma, não» (31 anos, licenciada em Tradução).

Avançar para um negócio sozinho pode ser bastante difícil. Ao se optar por realizar uma sociedade, ou seja, partilhar o negócio com mais alguém, o esforço financeiro pode ser menor para cada um dos empreendedores. Assim o risco também poderá ser suportado por todos. Por isso, muitas das vezes, os capitais necessários para se investir no novo projeto, pelos jovens empresários, são constituídos por economias pessoais, de familiares, amigos e até conhecidos.

«Não, tudo capital próprio, sobretudo da minha amiga» (Bárbara, 30 anos, licenciada em Gestão do Património).

Contudo, para além dos fatores acima mencionados existem muitos outros constrangimentos estruturais que dificultam o estímulo do empreendedorismo, por isso, na realidade, são muito poucos os que avançam com a sua ideia para a frente.

Dos demais entrevistados, apenas mais dois admitem, tal como Vera, que não só já pensaram como tentaram mesmo criar o seu próprio projeto profissional, porém, como nos relata o Júlio, esta situação: *«(...) não saiu do pensamento. Fiquei-me pelo*

pensamento. Já pensei em abrir uma empresa online, no ano passado, mas devido a questões burocráticas, na altura, não se concretizou (...) a ideia passava por comprar barato no fabricante lá fora e vender aqui, às taxas nacionais, mas não tive qualquer hipótese de investir devido a questões monetárias. De facto, o que pesou mais foi a questão de não ter dinheiro para investir e a burocracia. Efetivamente pensei que o investimento a fazer fosse menor» (28 anos, licenciatura em sociologia).

É necessário ter em mente que para a constituição formal de uma empresa há todo um processo burocrático e jurídico a ultrapassar, sendo mesmo esta uma das fases mais penosas, existindo até negócios que necessitem de legislação específica para a sua atividade. Apesar de nos últimos anos se terem introduzido novas políticas como a criação de empresas na hora, a perceção de que o tempo e o capital que se gasta com essas burocracias levam a um desânimo de quem quer iniciar o seu próprio projeto.

Um outro aspeto a realçar é que muitos dos jovens empreendedores cultivam ilusões com muita facilidade, pois as expectativas colocadas na criação de uma nova empresa são muito superiores às barreiras que depois vão ser encontradas na realidade. O empreendedorismo não engloba apenas o jovem e as suas ideias, há todo um conjunto de circunstâncias nacionais, locais, económicas e sobretudo culturais que não são completamente neutras, situações que influenciam a consecução dos seus projetos inovadores. Observemos por isso o caso de Rute:

«Já tive essa experiência. (...) quando estive a fazer o estágio na Câmara de Matosinhos, na altura fizeram-me essa proposta, como funcionária não, mas porque não criar uma empresa de prestação de serviços e nós contratávamos os seus serviços e... depois apresentei a outras câmaras também. Com as outras câmaras que cheguei era difícil marcar reuniões porque eles não nos conheciam e nós não conhecíamos ninguém nas câmaras, alguns por acaso, os da Trofa recebeu-nos mas não percebia nada do que nós falávamos... eu acho que havia essa barreira de das pessoas que nos atendem nas câmaras e até os responsáveis em algumas instituições na área da museologia não saberem, não serem entendidos, não percebem, e no caso de Matosinhos apesar de terem dito que sim, que se eu tivesse uma empresa que iriam para a frente, acabou por não acontecer e acabaram por meter uma estagiária a fazer esse serviço. Esta é uma área um bocado complicada, esta área mesmo a criar uma empresa própria é difícil, porquê? Porque uma pessoa tem que ter os conhecimentos sociais, já nem digo as tais cunhas, tens que pertencer a uma determinada sociedade, a um determinado grupo social e... se não pertenceses e não fores assim um nome sonante é complicado» (31 anos, Mestrado em Museologia).

O facto de se ficar desempregado e ter direito a subsídio de desemprego não significa que não se pense em alternativas ou se volte as costas à própria iniciativa. Contudo, no processo de criação de uma empresa as dúvidas são muitas e a falta de informação continua a ser mais um entrave a superar.

«Sim, é algo em que tenho pensado, embora ainda não tenho um projeto idealizado, mas é algo que aproveito nesta pausa forçada para ponderar...sim. Principalmente desde que fiquei desempregada é algo que tenho pensado (...) mas também noto que não há muito apoio a esse nível, não à muita informação (...) acho que é importante os jovens munirem-se e avançarem e os próprios centros de emprego ou institutos ajudarem nisso porque com certeza, tal como eu, à muita gente que poderia, não é, se calhar pessoas ligadas à área das finanças e etc. poderiam juntar-se num projeto comum, e nisso noto que não há esse projeto nos institutos e nas entidades competentes, somos mais um número e ficamos perdidos nos números (...)» (Vitória, 27 anos, Pós graduação em Comunicação Marketing e Relações Públicas).

Numa conjuntura económica difícil e incerta, num ambiente de trabalho que não cessa de evoluir perante riscos repetidos de perda de empregos, a ascensão de programas que fomentam a aprendizagem do empreendedorismo são fundamentais para muitos jovens durante o processo de transição da universidade para o mundo do trabalho. Visão que se encontra no seguinte relato.

Filipe, como anteriormente já referido, ainda não entrou no mercado de trabalho, apenas estuda, porque *«eu cheguei a procurar trabalho na minha área, mas através de contactos com outras pessoas do meu curso fiquei com a noção de que as coisas estariam difíceis e então pareceu-me bastante lógico continuar os estudos e ir para mestrado e depois para doutoramento que é como muita gente faz»*, no entanto, e apesar de ainda lhe faltarem dois anos para terminar os seus estudos, ele demonstra alguma preocupação em relação à sua capacidade de encontrar uma posição no mercado de trabalho condizente com suas expectativas iniciais aquando o termino do seu doutoramento. Por esse facto, este jovem estudante vai perspetivando um futuro profissional possível através da capacidade de formulação de estratégias de inserção profissional que passam pela aprendizagem de formações em áreas, como por exemplo, a criação do seu próprio emprego (Marques, 2007), contando nesse prisma com um conjunto de competências validadas que não são de descurar.

«(...) já pensei, tenho várias ideias, de vez em quando vou a workshops de empreendedorismo, falo com pessoas sobre isso, vou trocando impressões realmente com amigos, e é uma das opções, já pensei sim (...) isto ainda não está decidido, ainda são coisas que ando a ver, é como eu digo, estar no doutoramento tem coisas boas e coisas más, mas, os

dois anos que ainda me faltam dão-me alguma segurança, estou preocupado com o que falta mas ao mesmo tempo vou pensando no que fazer a seguir sem grandes preocupações para já» (Filipe, 25anos, Doutoramento em Ciências e Tecnologias do Ambiente).

Apesar das condições de desenvolvimento do empreendedorismo terem vindo a melhorar ao longo dos anos no nosso país, o fator psicológico e cultural ainda se mantêm como obstáculos para muitos jovens portugueses, porque o medo de falhar fala muitas das vezes, mais alto, uma vez que a nossa sociedade ainda penaliza muito o insucesso. Talvez por isso os restantes cinco entrevistados tenham aludido que nunca pensaram em abrir o seu próprio negócio ou criar o seu posto de trabalho.

«Não, nunca tinha pensado nisso assim seriamente. Devido à falta de recursos, à minha inexperiência e principalmente o facto de não gostar de correr riscos» (Francisco, 27 anos, Engenharia Informática).

Resumidamente, da análise realizada constata-se que a maioria dos entrevistados gostaria de iniciar um projeto profissional próprio, contudo, apenas três o realizaram. Problemas de natureza burocrática, falta de apoio financeiro, entraves de carácter cultural, existência de lacunas em termos de informação por parte das entidades responsáveis, muitos impostos sobre as novas empresas e sobre aquelas que estão em crescimento são alguns dos obstáculos apontados por cinco dos jovens inquiridos, que dificultam o estímulo ao empreendedorismo. Remetem esse sonho para um futuro remoto. Os remanescentes cinco não demonstram grandes intenções empreendedoras, alvitados pelo facto de não quererem correr riscos. Preocupação denotada constantemente em todos os discursos em estudo.

Em bom rigor ser empreendedor exige mais do que simplesmente uma boa ideia para um negócio, pois esta, como vimos, fica muitas das vezes pelo caminho ao confrontar-se com as mais diversas adversidades. Motivação, persistência, conhecimento do mercado e do setor onde se quer atuar, capacidade de investimento, rigor e dedicação são alguns dos fatores determinantes no processo de criação de uma empresa. Todavia, todo o empreendedor tem que ter alguma propensão ao risco porque antes de lançar um produto ou serviço ele não tem a certeza de que vai conseguir produzir o desejado, se vai ao encontro das necessidades dos consumidores ou se vai gerar lucro. Por isso, quando se fala sobre o risco verificamos que estamos sempre perante cenários de incerteza, onde os resultados nunca podem estar garantidos à primeira. Socialmente construído, o risco, afigura-se por vezes como algo incontrolável visto que os atores sociais nem sempre conseguem saber se aquilo que estão a fazer é

suficientemente seguro para prevenir a ocorrência de acidentes ou de efeitos indesejados. Ele pode ser minimizado, localizado, evitado, mas nunca pode ser dissipado porque ele é condicional e omnipresente (Areosa, 2008). Neste sentido, a formação, a promoção, o apoio e a iniciativa de uma cultura empreendedora e de criação de empresas deve ser um objetivo estratégico prioritário de qualquer governo ou instituição empenhada no desenvolvimento económico e social futuro do seu país.

7.3 Não há um sítio para se estar, o sítio é o mundo

Apesar de não existirem dados concretos sobre a emigração que se faz sentir atualmente no nosso país, o que dificulta a criação de um quadro fiel à realidade, devido quer à livre circulação de pessoas que se faz sentir na União Europeia, quer à ausência de estatísticas desde que o registo consular deixou de ser obrigatório, estima-se, através dos dados que são possíveis de obter que, por ano e em média, mais de cem mil portugueses atravessem as nossas fronteiras em busca de uma vida melhor.

A nova geração de emigrantes apresenta características diferentes de outrora. Na sua generalidade tem qualificações superiores. Isto não quer dizer que os indivíduos com baixas qualificações deixaram de emigrar, pelo contrário, eles continuam a ser os mais numerosos, o que os leva a acarretar formas de inserção profissional em segmentos pouco qualificados da indústria transformadora e na construção civil nos países de acolhimento. Contudo, há um número crescente de jovens de ambos os sexos, com licenciaturas, mestrados e doutoramentos, profissionais especializados que quer por necessidade económica, quer por desafio, procuram novas oportunidades de trabalho ou formação fora de Portugal.

Quando questionados acerca da hipótese de virem a ter uma experiência profissional no estrangeiro, dos treze entrevistados, sete referiram que equacionam emigrar no futuro, caso continuem a não conseguir condições laborais estáveis no nosso país (6 sexo feminino, 1 sexo masculino). Dos restantes entrevistados três referiram que não equacionam emigrar de todo (dois do sexo masculino, 1 feminino). Um dos entrevistados emigrou em 2011 (sexo feminino), um está deslocado por motivos profissionais também desde 2011 (sexo masculino) e um outro pretende emigrar em setembro de 2012 aproveitando o programa de mobilidade Erasmus (sexo masculino). Atentemos, por isso, de seguida aos seus discursos.

À semelhança de muitos outros jovens portugueses e conforme anteriormente referido, Marta, vinte e seis anos, licenciada em cardiopneumologia desde 2008, decidiu deixar Portugal e rumar a Inglaterra à procura de uma oportunidade de realização profissional que não conseguia no nosso país, e por lá se mantém desde 2011. A crise económica e de emprego que se faz sentir no nosso país nos últimos tempos leva a que muitos diplomados sintam muitas dificuldades no seu processo de inserção profissional, episódio ao qual Marta não escapou. Facto que podemos relembrar no seguinte excerto:

«Tive sempre pequenos trabalhos na área, sempre a fazer substituições, licenças de parto, licenças de casamento, algumas horas extras, férias, mas nunca tive um contrato, era sempre a recibos verdes (...) por isso para mim a entrada no mercado de trabalho aqui (Portugal) nunca aconteceu mesmo. Ao longo de um ano e meio tive uns quatro ou cinco trabalhos desses (...) As entrevistas aqui sempre me correram muito bem, toda a gente gostava muito de mim mas por qualquer motivo eu nunca conseguia o trabalho. (...) Agora estou a trabalhar na minha área mas em Inglaterra. Trabalho num hospital público. (...) Tenho um contrato de um ano mas é sempre renovável. E eles já me disseram mais que uma vez que se estivessem a pensar me mandar embora não estariam tão preocupados com a minha formação, nem em me treinar (...) Eu estou a gostar e agora sim começo a sentir-me realizada (...)».

Deste modo, ao inserir-se no mercado de trabalho inglês, Marta, marca, assim simbolicamente o fecho de um ciclo de procura de emprego, de uma série de ocupações precárias e temporárias que desempenhou, intercaladas com períodos de desinserção profissional. O início da obtenção de um emprego, de uma situação profissional contratual estável tão desejado por ela, que lhe proporciona condições satisfatórias e perspectivas de um futuro profissional e pessoal melhor, marca sobretudo, o fim de um sentimento de não estar inserida no mercado de trabalho e o início de uma sensação de realização profissional e pessoal.

Para Frederico, trinta e três anos, a emigração também é uma aposta entendida como única via para uma melhor inserção profissional futura. Aliás, como o mesmo refere o seu *«projeto principal é sair do país (...) é um grande objetivo neste momento»* porque apesar de gostar *«muito de Portugal, é o meu país, é aqui que está a minha família e os meus amigos, mas neste momento ele não me oferece nada. Eu concorro a coisas e...eu sou um bom aluno, eu tive uma média de dezoito no mestrado, tenho tido sucesso no meu doutoramento... só que é assim, eu concorro a bolsas e depois quando se vai a ver quem fica é uma pessoa que já lá está a trabalhar à alguns anos e que é só uma situação para regularizar o caso, eu concorro a apoios de FCT e não me dão apoios por diferenças de 0,01 de média, eu sou um bom profissional, mas isso são coisas que me escapam, eu dei o melhor de mim, tanto*

que sou reconhecido pelo meu orientador que me renovou o contrato, mas é só até julho (...)».

O facto de já ter estado durante um ano na Holanda a realizar um estágio profissional internacional na Greenpeace, leva-o a fundamentar a crença de *«que lá fora realmente as oportunidades são diferentes, o mérito é valorizado, aqui em Portugal não o é, e isso é frustrante (...)*». Com uma carreira profissional também atribulada, *«horrível», «traumatizante mesmo»* devido não só a algumas experiências de trabalho que correram muito mal, mas também, ao facto de viver constantemente períodos de emprego alternados com outros de desemprego, este bolseiro de investigação, a frequentar o primeiro ano de doutoramento em História, pretende sair do nosso país no início de setembro *«através do programa de mobilidade Erasmus»*. Para este jovem, o futuro planeado fundamenta-se quase como um rompimento com o passado. Este novo começo que pretende realizar em setembro surge assim como uma possibilidade de viabilização de um futuro profissional mais sorridente. *«(...) e quando chegar lá (Barcelona) vou tentar encontrar alguma ocupação profissional mesmo que não seja na minha área, nem que seja numa loja...e a partir daí tentar construir uma carreira, quem sabe se não dá certo»* (Frederico, 33, Doutoramento História).

Assim, tal como Marta e Frederico, outros jovens entrevistados, que não vendo perspectivas de futuro na nossa pátria, equacionam procurar a sua sorte noutras destinas, tais como: a Espanha a Inglaterra e até mesmo no Brasil. Estes jovens entrevistados referem que a sua opção de saída, mesmo quando transitória, tem como objetivo:

- a) arranjar um trabalho na sua área de formação, no caso de Bárbara;
- b) encontrar um emprego, no caso da Vitória e da Rute que se encontram desempregadas;
- c) melhorar a condição financeira, no caso de Fernanda e Joana;
- d) proporcionar uma formação e contactos com outras culturas e com novos métodos de trabalho através de uma experiência internacional, no caso de Filipe e Cristina.

Contudo, nem todos saem ou pretendem sair à procura de melhores oportunidades de trabalho, há também quem saia porque a empresa onde trabalha lhes dá a possibilidade de ir para outro país. É o caso de Vasco. Como ele próprio refere:

«Eu não emigrei, eu estou deslocado (...) eu fui para a Polónia por três semanas mas afinal já lá estou há oito meses e é para continuar, e a qualquer momento podem-me dizer que a seguir eu vou para o Rio de Janeiro ou para outro lado qualquer (...) porque nesta área é diferente, não há um sitio para se estar, o sitio é o mundo, por isso eu posso ir para qualquer parte do mundo neste momento».

Todavia, quando lhe perguntamos se antes de estar a viver esta experiência profissional na Polónia alguma vez tinha equacionado a hipótese de emigrar, ele explica que: *«Não sei, dependia. Toda a gente coloca essa possibilidade em cima da mesa, sendo que essa possibilidade é colocada em duas vertentes: tentar explorar a tua área noutra país, ou vais fazer outra coisa qualquer para outro país, sendo que a maior parte das pessoas vai é fazer outra coisa. Claro que gostava na perspectiva de ganhar alguns dólares, em Angola, no Brasil, mas tudo dependia do projeto, eu não olho muito à dificuldade, dependia do projeto. Se me fosse apresentado um projeto nem que fosse em Timor e eu visse “eh pá isto é porreiro!” se calhar eu ia, mas agora, se não me apresentarem um projeto com pés e cabeça, ir só porque é muito giro ir para lá, não, para ir para uma empresa portuguesa e depois ter que voltar para trás, porque é isso que acontece a muitos, vão para lá com uma perspectiva muito grande “ ah eu vou para lá trabalhar para a empresa x” e chegar lá e dormir em contentores, isso não. Claro que tem que ser tudo muito bem pensado, tem que ser tudo bem medido (...) mas a mim disseram-me que ia ficar num hotel com pequeno-almoço feito, almoço fora, ganhar alguns cobres, ok, e depois ao fim de uma semana dizem que vou ficar mais dois meses e depois passa para quatro, passa para seis e já vai em oito meses. (...)».*

Vasco sublinha ainda que *«Ao primeiro foi complicado porque a aceitação dos polacos não é a mesma que a gente sente no sul da Europa, como os portugueses, os espanhóis e dos italianos, a falta de amigos, a falta daquele bem-estar de quando a gente chega a casa é complicado, essa parte foi a mais complicada (...) a maneira de trabalhar é completamente diferente da que se faz cá porque eles têm muita influência dos alemães e dos russos a nível do trabalho (...) é um trabalho mais metódico, mais específico, enquanto em Portugal se faz um trabalho mais na base do desenrasca (...) é uma questão de habituação. Agora gosto. Gosto da cidade, gosto da cultura mas não gosto da alimentação, passamos muita fome, mas são aquelas coisas que a gente se consegue adaptar bem a partir dos dois meses, e já fiz seis, e já fiz oito, já começa a ser a gente já começa a ser polaco, já olhamos de lado para os estrangeiros que lá vão e deitam o papel para o chão, já os olhamos de lado e tu já fizeste aquilo à seis meses atrás, já começamos a viver um bocadinho o país e a cultura»* (30 anos, Mestrado em Gestão dos Sistemas de Informação).

Deixar o país natal, por tempo curto, longo ou indeterminado representa assim para muitos jovens uma experiência terrível, uma rotura com o quotidiano conhecido a favor de um novo espaço geográfico, social, cultural. Porém, este entrevistado apresenta-nos uma outra face de quem sai do nosso país que não pode ser vista como um lado negativo, porque a mobilidade que Vasco vivência entre projetos, equipas e instituições surge como tendencialmente cumulativa ao permitir-lhe não só tomar contacto com novas pessoas, situações, experiências, mas também, acumular um

currículo que lhe facilitará uma integração e promoção no trabalho seguinte. Portanto, para ele esta experiência significa um novo passo no sentido de integração e valorização profissional (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Apesar de apresentarem ao longo dos seus discursos algum ceticismo em relação ao futuro do nosso país, para Vera, Francisco e Júlio a ideia de emigrar está posta completamente de lado.

«Não penso nisso. A vida que tenho aqui, como por exemplo a desportiva, pertença ao clube de andebol, ou mesmo a familiar atual, inibe-me de poder pensar nesse assunto com mais seriedade (...) Apesar de neste momento me sentir revoltado com isto tudo, com a situação que estamos a viver, com o aproveitamento por parte do governo e das entidades patronais, ainda dizem que os jovens estudam e depois são exigentes em relação ao mercado de trabalho, que querem só bons empregos (...)» (Francisco, 27 anos, Pós graduação em Sistemas Gráficos e Multimédia).

Sinteticamente, a emigração surge para a grande maioria dos jovens entrevistados como uma projeção futura que tem na sua base a problemática da inserção e a manutenção no mercado de trabalho.

Apesar de todos considerarem que só rumarão a outros destinos caso tenham boas propostas de trabalho no atual mercado de trabalho internacional, é de salientar que os seus discursos apresentam um paradoxo. Por um lado, o descontentamento com a sua situação profissional precária vivida atualmente. Uma grande frustração devido à falta de perspetivas e oportunidades de emprego que, em alguns casos, impossibilita uma autonomia face à família de origem, à formação de um relacionamento afetivo estável e consequentemente ao adiamento da entrada na vida adulta. Este desapontamento *«pensar que Portugal teve durante quinze anos ou mais, sei lá, desde a primeira classe até ao doutoramento, a investir numa pessoa e que a vai deixar fugir assim, porque não lhe dá uma oportunidade de emprego»* (Frederico, 33 anos, Doutoramento em História), *«saber que estamos a ser empurrados para isso tendo em conta as notícias que têm saído. Acho que é descabido ouvir um ministro que diz que os jovens devem emigrar. Apesar de sermos um país de emigrantes, é uma ideia que me enfurece estarmos a sentir que estamos a ser empurrados, somos expulsos, não é»* (Vitória, 27 anos, Pós graduação em Marketing e Relações Públicas).

Estas situações leva-os a uma falta de horizontes futuros de bem-estar para si e para os seus familiares, equacionando, assim, a possibilidade de emigrar.

Por outro, o receio das suas qualificações não serem reconhecidas no país de acolhimento. As dificuldades na língua e de inserção na cultura dos países de destino, assim como a difícil separação da família, o que gera um sentimento de saudade que os acompanha permanentemente, porque a decisão de partir não afeta só o jovem que emigra, mas toda a sua família, o que os leva a alguma hesitação acerca dessa possibilidade.

Conclusão

Tradicionalmente, os processos de transição para a idade adulta eram vividos como um tempo linear, uma sucessão progressiva e organizada de etapas previsíveis, muitas das vezes marcadas por ritualidades que tendiam a configurar normativamente regularidades associadas às trajetórias juvenis e que identificavam o cumprimento sucessivo de determinados marcadores de passagem à idade adulta. A finalização da carreira escolar, a inserção no mercado de trabalho, a autonomização residencial face à família de origem, a constituição de uma nova família através da conjugalidade e, um pouco mais tarde, a parentalidade, são alguns dos marcadores com maior valor social e normativo de passagem para a vida adulta nas sociedades ocidentais, nomeadamente em Portugal. Contudo, atualmente, a clássica linearidade das transições para a idade adulta tendem a perder o seu caráter contornável, efetuando-se menos ordenadas no tempo e no espaço social, ancoradas em trajetórias menos padronizadas e mais flexíveis relativamente ao passado, marcadas muitas das vezes por percursos oscilantes, apanágio de um mundo social em constante mutação (Pais e Ferreira, 2010).

Com efeito, nas últimas décadas as sociedades contemporâneas têm assistido a um conjunto de alterações sociais que têm exercido influência sobre os modos como a passagem dos jovens para a idade adulta é efetuada. Se, por um lado, este período de transição se perspectiva cada vez mais extenso, por outro este tem envolvido um conjunto de características próprias no qual a escola tem assumido um papel central. A escola é, para muitos jovens, um lugar por excelência de transmissão e de aquisição de saberes, de legitimação ou de deslegitimação de posições, um espaço social onde se combinam diversas lógicas de ação que são resultantes de uma dinâmica entre aspirações individuais, projetos de futuro e elementos do sistema educativo, um espaço que se apresenta como definidor de regras e procedimentos que se impõem, muitas das vezes, aos atores sociais, independentemente da sua vontade (Alves, 1998). Por essa razão, a passagem pela escola nem sempre é vivida por todos os jovens da mesma forma e da mesma maneira.

Deste modo, a análise das entrevistas realizadas permitiu realçar alguns dos principais componentes da forma como a escola foi vivida e sentida pelos jovens entrevistados. A escola foi sem dúvida um lugar que os marcou. As experiências descritas fazem referência a percursos relativamente lineares para alguns, acidentado e difícil para outros, positivo e gratificante para a maioria. Contudo, o percurso escolar

para grande parte destes jovens não termina com a obtenção de um diploma de ensino superior. Na verdade, verifica-se a tendência para estes jovens diplomados não só continuarem os seus estudos académicos para níveis superiores, como mestrados e doutoramentos, mas também o facto de recorrerem a uma formação contínua nos anos que se seguem à conclusão da sua licenciatura, com o objetivo de adquirirem, reciclarem ou renovarem conhecimentos e competências úteis ao desempenho de uma atividade profissional. Segundo estes jovens, a obtenção de um diploma académico não confere por si só a preparação necessária ao desempenho de uma atividade profissional; ele apenas atesta a certificação de que aquele indivíduo tem capacidade para desenvolver uma dada atividade (Gaio, 2003). O percurso escolar destes jovens tende assim a configurar-se num processo ao longo da vida, com abandonos e regressos intermitentes.

Efetivamente, a saída do sistema escolar marca o fim de uma etapa relativamente protegida e decisiva no processo de socialização e inicia um outro, mais ou menos longo, marcado por alguma vulnerabilidade e onde atualmente a instabilidade e a incerteza tendem a imperar, o do mundo do trabalho (Alves, 1998), marco importante na vida destes jovens diplomados. Além de permitir desenvolver sentimentos de autonomia, de valorização, de gratificação, autoestima, bem como garantir segurança material e independência económica, acesso a bens e serviços, desenvolvimento de relações sociais e crescimento intelectual, trabalhar contribui para a realização pessoal enquanto indivíduos e membros de uma sociedade. Portanto, o momento de saída do sistema de ensino e entrada na vida ativa constitui-se como um momento chave, pois é a partir desta conjuntura que o jovem começa a construir a sua identidade profissional de base, influenciando o seu percurso futuro em matéria de emprego e formação. No entanto, as alterações na estrutura económica, as estratégias de flexibilização da mão de obra e a passagem de uma situação de pleno emprego para uma outra de desemprego estrutural que se generaliza, assim como o aumento de todo um conjunto de formas de trabalho atípicas, precárias e temporárias, que atingem nos últimos tempos os jovens diplomados, têm vindo a produzir modificações profundas na forma como ocorre presentemente a transição para a vida ativa.

Neste sentido, os discursos dos entrevistados são elucidativos de como a passagem do universo escolar para o mundo do trabalho é um processo longo e complexo, pautado por uma passagem errática entre emprego instável ou ocasional, desemprego ou inatividade, estágios, formação académica ou profissional, subemprego

e o emprego temporário, situações que, para muitos jovens, deixam de ser uma experiência esporádica para assumir um caráter recorrente.

Como pudemos observar, não só a iniciação de uma atividade profissional apresenta obstáculos, como a instabilidade que caracteriza as primeiras experiências profissionais tendem a prolongar-se no tempo. A celebração de um contrato sem termo, sinónimo de estabilidade, de construção de uma carreira e de salários bem remunerados, apresenta-se, cada vez mais, um privilégio reservado apenas a uma pequena minoria. Sucessão de estágios, contratos a prazo de curta duração, bolsas de investigação, situação de falsos recibos verdes, desemprego e ausências de qualquer mecanismo contratual de ligação entre as partes, fazem parte do trajeto profissional diário da maioria destes jovens entrevistados. Este conjunto de situações contratuais arrasta-se por vezes indefinidamente no tempo, o que os leva a saltar “entre empregos e trabalhos”.

Neste contexto, como é que estes jovens conciliam uma atividade profissional incerta, sem que tenham a possibilidade de desenvolver uma carreira programada, com a constituição de um projeto de vida familiar e/ou privada?

Com efeito, é visível nos discursos dos entrevistados os impactos da instabilidade profissional ao nível do adiamento da autonomia residencial, da conjugalidade e parentalidade. Como consequência, e na ausência de possibilidades de aceder a um emprego estável que proporcione uma progressão na carreira, estes jovens optam por investir mais na esfera profissional e menos na esfera familiar, sobretudo na questão da parentalidade que se vê assim protelada no tempo. Ter filhos simboliza, segundo os entrevistados, uma vida profissional e pessoal já estabelecida. Uns sabem bem aquilo que querem, fazem planos, organizam os enxovais, tratam das poupanças para dar um passo em frente no momento certo. Estes jovens querem sair de casa dos pais, mas apenas quando estiverem preparados e tiverem condições mínimas de conforto para o fazer. Apesar de não dependerem financeiramente dos pais, dependem da habitação deles e lamentam continuar a ter que “adiar a vida”. Para outros, cortar ou remediar nos consumos, como saídas com os amigos, férias, idas ao cinema, compras em lojas mais baratas, em troca de autonomia, passa por ser a solução, quando o que se ganha apenas dá para as despesas do dia a dia. Apesar de terem autonomia residencial, tal como os primeiros, alguns destes jovens continuam também dependentes dos pais. A família detém aqui um papel central, exercendo uma função protetora quer material, quer emocional, de forma pontual ou recorrente, em praticamente todos os casos. É com

a família que estes jovens contam nas situações de maior aperto e imprevisibilidade, quando se pretende investir em recursos de maior valorização pessoal ou profissional, ou até para arriscar num negócio ou projeto de futuro. Portanto, ter autonomia económica e residencial, constituir a sua própria família apresenta-se para estes jovens como uma situação que não é atingida de forma fácil e rápida.

E o futuro? Como perspetivam estes jovens o seu futuro? Estes jovens perante um cenário de incerteza, instabilidade, imprevisibilidade, aspiram, genericamente, a aceder a um emprego estável, se possível na sua área de formação, consequência lógica do investimento realizado na educação, prosseguir novos trajetos formativos como via de enriquecimento dos seus recursos profissionais e pessoais, constituir um agregado familiar autónomo face aos ascendentes, ou seja, deixar de saltar “entre empregos e trabalhos” que os leva “adiar uma vida”.

Nesta ótica, quando questionados sobre que medidas considerariam importantes de serem tomadas de modo a minimizar este problema social que afeta cada vez mais a nossa juventude, as opiniões dos jovens entrevistados foram praticamente unânimes. Resumidamente, os jovens entrevistados referem que *«esta situação não é um problema exclusivo apenas daqueles que têm um curso superior, é um problema para todos aqueles que entram no mercado de trabalho e também dos que já lá estão, portanto (...) os nossos responsáveis políticos tem é que mudar de discurso (...) principalmente deixar de dizer às pessoas que têm que emigrar, em vez disso devem apostar mais nesta geração que é a geração com maior qualificação de sempre (...) mudar o paradigma do emprego barato (...) investir sim em tecnologia de ponta, em pessoas formadas, ciência e tecnologia (...) e parar de estar sempre a mudar as leis (...) porque as pessoas e as empresas não sabem com o que podem contar (...) se as regras estiverem sempre a mudar as empresas não têm capacidade de se instalarem, nem de singrarem, nem de facto fazerem um empreendedorismo saudável (...) criar sim mais apoios e iniciativas de criação de emprego, mais incentivos às empresas para que estas possam contratar e dar realmente a oportunidade de as pessoas terem um estágio, de serem mais recetivos aos jovens (...) acabar com esta precariedade, com a facilidade de despedir as pessoas (...) porque esta instabilidade leva a que as pessoas tenham cada vez mais stress e depressão (...) fazer uma reestruturação no ensino porque Portugal tem demasiados licenciados, mas não tem técnicos. As universidades estão muito voltadas para o conhecimento teórico e académico, dissertação, introspeção, desenvolvimento de teorias e pouca aplicação prática (...) uma aposta maior na interligação entre as empresas e as universidades, uma ligação maior para que as empresas possam desde logo, desde o primeiro ano darem estágios aos alunos, em vez de serem cinco dias na universidade passarem a ser só quatro, para que nós*

jovens tenhamos desde logo um contacto com o mercado de trabalho (...) porque quando se sai da universidade não se tem experiência e quando se olha para um jornal só se vê anúncios a pedir pessoas com experiência e alguém tem que a dar».

A grande questão social dos nossos tempos é a crise do emprego. Fenómeno que se manifesta através do aumento do desemprego e na redução do emprego seguro e regular a tempo integral, numa determinada empresa, com base num vínculo contratual estável e num compromisso a longo prazo entre empregador e empregado, a favor da difusão de uma grande variedade de formas de emprego cujo denominador comum é a flexibilidade em termos contratuais, de tempo, de trabalho, de espaço, de estatutos e de remunerações. Como podemos constatar através dos discursos dos entrevistados esta situação transforma-se, para muitos destes jovens diplomados, num ciclo de vida laboral descontínuo, com interrupções e carreiras profissionais acidentadas, levando-os a um sentimento de falta de perspectivas profissionais e pessoais, assim como à criação de um ambiente de angústia, de insegurança e ansiedade, despojando-os de uma esperança face ao futuro (Kovács e Lopes, 2010). É certo que muitos jovens conseguem ultrapassar esta condição, todavia, outros ficam amarrados a uma trajetória marcada pela mobilidade "entre empregos e trabalhos" intercalados com situações de desemprego e com reduzida proteção social que os leva a "adiar uma vida" de autonomia face à família de origem, de ter uma casa, uma vida independente, entrar numa vida a dois, ter filhos. Urge, por isso, encontrar novas soluções de configuração de relações de trabalho digno e de qualidade, ou seja, que não sejam reduzidas quase exclusivamente a modalidades de emprego dominadas pela flexibilidade e precariedade, aumentando a vulnerabilidade, a incerteza e a incapacidade de os jovens imaginarem "futuros possíveis".

Referências Bibliográficas

- ABRANTES, Pedro (2003), "Identities juvenis e dinâmicas da escolaridade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 41, pp.93-115.
- ABRANTES, Pedro (2008), *Os muros da escola: as distâncias e as transições entre ciclos de ensino*, Tese de Mestrado.
- ABOIM, Sofia (2011), "Jovens e vida familiar", *Observatório das Desigualdades*, disponível em: <http://www.poj.ics.ul.pt.>, [agosto, 2012].
- ALMEIDA, João Ferreira (1994), *Introdução à sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta
- ALVES, Natália (1998), "Escola e Trabalho: atitudes e trajetórias", in Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (Coord), *Jovens Portugueses de hoje*, Oeiras, Celta, pp.53-132.
- ALVES, Natália (2007) *Inserção profissional e formas identitárias: percursos dos licenciados da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Educa.
- ALVES, Natália (2008), *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, Educa, Coleção Ciências da Educação.
- ALVES, Nuno de Almeida; CANTANTE, Frederico; BATISTA, Inês; CARMO, Renato Miguel (2011), *Jovens em transições precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa, Mundos Sociais.
- ANDRADE, Cláudia (2010), *Trabalho e família na transição para a idade adulta*, Porto, Livpsic.
- AREOSA, João (2008), "O risco no âmbito da teoria social", *VI Congresso Português de Sociologia*, Universidade Nova de Lisboa, disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdf>, [junho, 2012].
- BARDIN, Laurence (2011), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70, Lda.
- BELL, Judith (1997), *Como realizar um projeto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*, Lisboa, Gradiva.
- BENAVENTE, Ana; CAMPICHE, Jean, SEABRA, Teresa; Sebastião João (1997), *Renunciar à escola. O abandono escolar no ensino básico*, Lisboa, Fim de Século.
- CABRITO, Belmiro Gil (2008), "Educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida", in Mariana Gaio, Belmiro Cabrito, Margarida Chagas Martins, António Pires, Ana Luísa Pires, *Universidade e formação ao longo da vida*, Oeiras, Celta Editora, pp. 91-114.

- CASACA, Sara Falcão (2005), “Flexibilidade, trabalho e emprego: ensaio de conceptualização”, *Socius Working Papers* nº10, disponível em: <http://pascal.iseg.utl/socius/index>.
- CERDEIRA, Maria da Conceição; CASACA, Sara Falcão; SANTOS, Maria João; SAMPAIO, José João; SILVA, José Luís Almeida; SOUSA, Maria Teresa; SANTOS, Maria do Rosário (2000), *As novas modalidades de emprego*, Lisboa, Cadernos de Emprego.
- CRUZ, Sofia (2002), “Uma cartografia do trabalho precário”, *Revista de sociologia da Faculdade de Letras*, VOL.XII, pp.155-183.
- DEES, Gregory (2001), *O significado do empreendedorismo social*, (versão traduzida do original 1998), disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/cec/significademprededor.pdf>.
- DELORS, Jaques (coord.) (1996), “Educação um tesouro a descobrir “ – *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*, coleção: Perspetivas atuais/ educação, Porto, Edições Asa, disponível em: <http://4pilares.net/text-cont/delors-pilares.htm> [setembro, 2012].
- DRUCKER, Peter (1987), *Inovação e espírito empreendedor*, São Paulo, Pioneira.
- DUARTE, Ana Maria (2004), “Precariedade e identidades. Questões para uma problemática”, *Atas do ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, pp.11-17, disponível em: <https://docs.google.com> [agosto, 2012].
- DUBET, François (1997), *Sociologia da experiência*, Lisboa, Instituto Piaget.
- EUROSTAT (2010), *EU27 population 501 million at 1 January 2010*, European Demography, disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics>, [setembro, 2012].
- EUROSTAT (2012), *Unemployment statistics January 2012*, disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statisticsexplained/index.php/Unemployment_satist, [setembro, 2012].
- FERREIRA, Vítor Sérgio; FERNANDES, Ana Matos; VIEIRA, Jorge; PUGA, Pedro; BARRISCO, Susana (2006), *A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio. Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005*, Lisboa, Instituto Português da Juventude.
- FERREIRA, Vítor Sérgio (1999), “Família”, in Alexandra Lemos Figueiredo; Catarina Lorga da Silva; Vítor Sérgio Ferreira, *Jovens em Portugal: análise longitudinal de fontes estatísticas (1960 – 1997)*, Oeiras, Celta Editora, pp. 51-92.

- FODDY, William (1996), *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta.
- FREIRE, João (1997), *Variações sobre o tema trabalho*, Porto, Edições Afrontamento.
- FREIRE, João (2002), *Sociologia do trabalho: uma introdução*, Porto, Edições Afrontamento.
- GAIO, Mariana, (1997), *Inserção na vida ativa de jovens diplomados do ensino Superior*, Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- GAIO, Mariana (2003), *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspetiva educativa. O caso da Faculdade de Ciências e Tecnologias*, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- GAIO, Mariana, (2010), “A inserção profissional de graduados em Portugal: notas sobre um campo de investigação em construção” in Ana Paula Marques e Mariana Gaio Alves (coord.), *Inserção Profissional de Graduados em Portugal: (Re)configurações Teóricas e Empíricas*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, pp.31-48.
- GIDDENS, Anthony (2007), *Sociologia*, 5ªed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GRINT, Keith (1998), *Sociologia do Trabalho*, Lisboa, Instituto Piaget.
- GHIGLIONE, Rodolph; MATALON, Benjamin (2005), *O inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora.
- GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina; VELOSO, Luísa; GOMES, Sandra; JANUÁRIO, Susana (1998), “Os jovens, a formação profissional e o emprego: resultados de uma investigação internacional”, *Revista de Sociologia da Faculdade do Porto*, I Série, VOL.VIII, pp.137-178.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2005), “Evoluções recentes do desemprego em Portugal”, *Revista de Sociologia da Faculdade do Porto*, VOL.XV, pp.125-163.
- GONÇALVES, Carlos Manuel; QUINTÃO, Carlota; PARENTE, Cristina; DIAS, Isabel; VELOSO, Luísa; SANTOS, Mónica; CRUZ, Sofia Alexandra (2009) *Licenciados, precariedade e família*, Porto, Estratégias Criativas.
- GUERREIRO, Maria das Dores; PEGADO, Elsa (2006), *Os jovens e o mercado de trabalho. Caracterização, estrangulamentos à integração efetiva na vida ativa e a eficácia das políticas*, Lisboa, DGEEP.
- GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro (2007), *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, 2ª ed. Editorial do Ministério da Educação.

HILL, MANUELA Magalhães; HILL, Andrew (2009), *Investigação por questionário*, Lisboa, Edições Sílabo.

IEFP (2012), *Informação mensal do mercado do emprego agosto 2012 nº8*, disponível em: http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/informacaoMensual/Documents/2012/Inf_Mensual_agosto_2012.pdf, [setembro 2012].

INE (2002), *Nupcialidade em Portugal 2010*.

INE (2010), *Estatísticas do emprego – 3º trimestre de 2010*.

INE (2011), *Estatísticas do emprego – 1º trimestre de 2011*.

INE (2011), *Estatísticos demográficos 2010*.

INE (2012), *Estatísticas do emprego – 2º trimestre de 2012*.

JORNAL LUSA/NORTE (fevereiro, 2011), *Despedimentos, precariedade e despedimentos*, disponível em: http://www.sntsf.pt/index.php?option=com_content&view=Article&id=899:despedimentos-precariedade-e-desemprego-a-realidadeportuguesa, [maio, 2011].

KOVÁCS, Ilona. (2002), *As Metamorfozes do Emprego*, 1º Ed., Oeiras, Celta Editora.

KOVÁCS, Ilona (2004), “Emprego flexível em Portugal”, *Sociologias*, Porto Alegre nº12, pp.32-67.

KOVÁCS, Ilona (2005), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*, Oeiras, Celta Editora.

KOVÁCS, Ilona (2006), “Novas formas de organização do trabalho e autonomia do Trabalho”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 52, pp.41-65.

KOVÁCS, Ilona; CASACA, Sara Falcão; FERREIRA, JOSÉ Maria Carvalho; Sousa, Maria Teresa (2006), “Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias”, *Socius Working Papers nº 8*, disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>.

KOVÁCS, Ilona; LOPES, Margarida Chagas (2010), “Alternativas à crise do emprego: desafios à educação/formação e novas formas de regulação”, *Socius Working Papers nº9*, disponível em: <http://www.proximofuturo.gulbenkien.pt/pfIKovacseM.CLopes.pdf>, [agosto, 2012].

LALANDA, Piedade (1998), “Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa Sociológica”, *Análise Social*, Vol. XXXIII (148), pp.871-883.

MARQUES, Ana Paula (2006), *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto, Edições Afrontamento.

- MARQUES, Ana Paula (2007), *MeIntegra – Mercados e estratégias de inserção profissional. Licenciados versus empresas da Região Norte*, Relatório Final, Coleção DS/CICS, Universidade do Minho, disponível em:
[URL: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8633](http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8633).
- MARQUES, Ana Paula (2009), *Trajétórias quebradas. A vivência do desemprego de longa duração*, Porto, Profedições.
- MARQUES, Ana Paula (2009), “Novas” legitimidades de segmentação do mercado de trabalho de jovens empreendedores”, *Revista Portuguesa de Educação*, VOL. 22, nº 2, pp. 85-115, disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/374/37412031005.pdf>.
- NILSEN, Ann (1998), “Jovens para sempre? Uma perspetiva da individualização centrada nos trajetos de vida”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 27, pp.59-78, disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/780/1/6.pdf>.
- PAIS, José Machado (1993), *Culturas juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Edições Âmbar.
- PAIS, José Machado; FERREIRA, Vítor Sérgio (2010), *Tempos e transições de vida. Portugal ao espelho da Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- PORDATA, Base de dados Portugal contemporâneo (2012), disponível em: <http://www.pordata.pt>.
- PÚBLICO (março, 2012), *Número de licenciados a emigrar aumentou 49,5% entre 2009 e 2011*, disponível em: <http://economia.publico.pt/Noticia/numero-de-licenciados-a-emigrar-aumentou-495-entre2009-e2011-1535996>, [setembro, 2012].
- QUIVY, Raimond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1992), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.
- REBELO, Glória (1999), *A (In) Adaptação no trabalho. Uma perspetiva sociorganizacional e jurídica*, Oeiras, Celta Editora.
- REBELO, Glória (2003), *Emprego e contratação laboral em Portugal – uma análise Socioeconómica e jurídica*, Lisboa, RH Editora.
- SAÚDE, Sandra (2010), “Empregabilidade e percursos de inserção profissional – o caso dos diplomados pelo Instituto Politécnico de Beja”, in Ana Paula Marques e Mariana Gaio Alves (coord.), *Inserção Profissional de Graduados em Portugal: (Re)configurações Teóricas e Empíricas*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, pp.51-71.

SILVA, Catarina Lorga, (1999), "Educação e formação profissional", in Alexandra Lemos Figueiredo; Catarina Lorga da Silva; Vítor Sérgio Ferreira (1999), *Jovens em Portugal: análise longitudinal de fontes estatísticas (1960 – 1997)*, Oeiras, Celta Editora, pp. 97 – 115.

SOUSA, Luís Nuno (2003), *Processo(s) de transição ao trabalho: o caso dos diplomados em Comunicação Social*, pp.195-225, disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/258.pdf>.

TORRES, Anália; MENDES, Rita; LAPA, Tiago (2006), "Famílias na Europa", in VALA, Jorge; TORRES, Anália, *Contextos e atitudes sociais na Europa*, Imprensa de ciências sociais, pp. 97-141.

VALA, Jorge (2005), "A análise de conteúdo", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

Anexos

Guião de entrevista

A presente entrevista insere-se no âmbito da dissertação de mestrado em Sociologia intitulada “Entre empregos e trabalhos: o adiar de uma vida”. Este estudo visa aprofundar os diversos caminhos profissionais e pessoais de jovens qualificados, entre os 25 e os 35 anos, bem como as suas expectativas e preocupações face ao futuro.

Salientamos que toda a informação será tratada com confidencialidade, sendo guardado igualmente o anonimato de todos os intervenientes. Agradecemos, desde já, a disponibilidade e a colaboração prestadas.

I. Trajetória juvenil e percurso escolar

1. Que recordações retém da sua infância?
2. Qual era a atividade profissional dos seus pais? E que habilitações académicas têm?
3. A escola é um lugar que nos marca quando lá chegamos. Lembra-se do seu primeiro dia de escola? Que impressões detém que o tenham marcado na sua passagem pela escola?
4. Na passagem para a universidade, há, por vezes, hesitações e dificuldades em escolher o curso superior. Foi a sua situação?
5. Se voltasse atrás, teria feito a (s) mesma (s) opções em termos de estudos ou investiria noutra área de formação? Poderia Justificar?

II. Trajetória profissional e estratégias de procura de emprego

6. Poderia descrever como decorreu o seu processo de transição para o mercado de trabalho após terminar o seu curso? Quanto tempo demorou até conseguir o primeiro emprego?
7. Já teve outras experiências profissionais? Podia descrevê-las?
8. Quando se confrontou com o mercado de trabalho, nomeadamente, através de uma entrevista de seleção e recrutamento, qual foi a reação dos empregadores? O seu diploma é facilmente reconhecido em termos conteúdos, de funções a exercer ou pedem-lhe que explicita o que poderá fazer pela empresa?
9. Na sua opinião, neste contexto, o que tem sido mais valorizado ao nível do seu perfil de formação académica?

Fonte: Guião de Entrevista realizado no âmbito de dissertação de Mestrado em Sociologia, na área de Organização e Trabalho. “Entre empregos e trabalhos: o adiar de uma vida”. Realizado por Ana Paula Santos.

Situação profissional atual: Empregado

10. Se neste momento se encontra a trabalhar poderia descrever a atividade que está a desenvolver?
11. Face à sua situação atual considera que este emprego corresponde às suas expectativas profissionais? Está contente com este trabalho? Sente-se realizado profissionalmente? Sente que está integrado nesta empresa ou pelo contrário procura um novo emprego? Porquê?
12. O facto de não ter um vínculo de trabalho permanente alterou a perceção que os outros tinham de si? Se sim, em que sentido?
13. E você, como se vê a si próprio perante uma carreira profissional que não é estável?
14. Para além do trabalho profissional como ocupa o seu tempo livre? Que atividades de lazer mais gosta de fazer? Fá-lo com que frequência? Com quem? Que possibilidades tem para o fazer?

Situação profissional atual: Desempregado

15. Se neste momento se encontra desempregado poderia descrever qual foi a última atividade profissional que desenvolveu? Estava relacionada com a sua área de formação? Há quanto tempo está desempregado? Que motivos o levaram ao desemprego?
16. Que impressão (sentimentos) ficou quando soube que a sua colaboração tinha terminado naquela empresa?
17. Desde que ficou desempregado como ocupa o seu tempo? Como é o seu dia a dia?
18. O que se alterou na sua vida com a situação de desemprego? E em termos de atividades de lazer? Fá-lo com que frequência? Com quem? Que possibilidades tem para o fazer?
19. O facto de neste momento se encontrar desempregado alterou a perceção que os outros tinham de si? Se sim, em que sentido?
20. E você como se vê perante esta situação de desemprego?

Situação atual Estudante: Investimento em formação profissional/académica

21. Se neste momento se encontra a realizar um curso de formação profissional/ académica poderia referir que curso está a frequentar?
22. Porquê essa escolha? Que motivos mais o influenciaram na sua decisão para frequentar a formação profissional/ académica?
23. É importante para si esta formação? Esta satisfeita(o)? E quanto à utilidade do curso em termos profissionais corresponde as suas expectativas? Que proveitos retira desta formação?
24. No futuro vai continuar a investir na sua formação?

III. expectativas face a um futuro em aberto

25. O facto de ter uma situação profissional incerta, o facto de não ter uma carreira profissional programada, estável, leva-o a adiar este tipo de projetos pessoais? Quais? Porquê?
26. Em termos profissionais como acha que vai ser o seu futuro? Quais são as suas expectativas, os seus projetos a nível profissional? O que desejava ver concretizado na sua vida profissional? Quais são os seus receios? Porquê?
27. E em termos de vida pessoal e familiar privada? O que desejava ver concretizado na sua vida privada? Quais são os seus receios? Porquê?
28. Numa altura em que a obtenção de um emprego estável se apresenta cada vez mais difícil para os jovens licenciados criar o seu próprio emprego pode ser uma alternativa atrativa. Já pensou em enfrentar o desafio de abrir o seu próprio negócio? Criar o seu próprio emprego? Iniciar uma carreira como empreendedor?
29. Uma outra opção que se coloca nos dias de hoje aos jovens licenciados é o mercado de trabalho além-fronteiras, ou seja, procurar alternativas de emprego fora do nosso país. No seu caso e face às qualificações académicas que tem, já equacionou a hipótese de emigrar? É algo que desejaria? Ou, pelo contrário, é algo que nem se quer ponderou?
30. Que medidas consideraria importantes de serem tomadas por exemplo pelo nosso governo de modo a minimizar este problema social que afeta cada vez mais a nossa juventude? Será possível combater esta situação? E pelas universidades? E pelas empresas? E os jovens?

IV. Outras questões

31. Gostaria de acrescentar alguma informação adicional ou comentar algum aspeto em particular?

V. Identificação do entrevistado

Sexo:

Idade:

Estado civil:

Composição do agregado familiar:

Área de residência:

Situação de habitação:

Poderia dar-me o seu contacto caso seja necessário algum esclarecimento adicional?

